

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de
ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária**

Autor: José Luis de Paiva

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

200327844

2003

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e
extensão: recreação comunitária**

Autor: José Luis de Paiva

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação de mestrado defendida por José
Luis de Paiva e aprovada pela Comissão
Julgadora em 10 de fevereiro de 2003.

Assinatura: _____

Orientador Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP P166L
V	EX
TOMBO BC/	55301
PROC.	16-724103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$11,00
DATA	21/08/03
Nº CPD	

CM00188238-2

BIB ID 297050

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Paiva, José Luis de
P166L Lazer, política e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária / José Luis de Paiva. – Campinas: [s.n], 2003.

Orientador: Nelson Carvalho Marcellino
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Lazer. 2. Extensão universitária-Brasil. 3. Educação Física. 4. Política cultural. 5. Comunidade e universidade. I. Marcellino, Nelson Carvalho, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Dedicatória

Ao meu pai (in memoriam) e minha mãe,
pela simplicidade e profundidade de seus exemplos,
que podem ser sintetizados em: seja honesto e faça o bem.

AGRADECIMENTOS

À Flávia, por seu amor, que hoje me é essencial.

Aos meus irmãos (Marco, Carlo e Zé), pela presença constante, mesmo quando distante.

A minha vó, pela sabedoria disfarçada que possui.

Às amigas e amigos, pela presença companheira.

Ao Marcellino, companheiro desta e de outras viagens, que passaram e que virão.

Sumário

Resumo	xiii
Abstract	xv
Introdução	01
1. Extensão universitária, cultura, lazer e educação física	06
1.1. Sobre extensão universitária	06
1.2. Sobre cultura	15
1.3. Sobre lazer e educação física	26
2. A Universidade e sua Faculdade de Educação Física – aspectos históricos e legais	37
2.1. A criação e desenvolvimento da UNICAMP	37
2.2. O trato legal sobre a extensão universitária no interior da UNICAMP	42
2.2.1. Na Universidade	42
2.2.2. Na Faculdade de Educação Física	46
2.2.3. No Departamento de Estudos do Lazer	49
2.3. Uma confusão e suas conseqüências	51
3. O projeto de lazer comunitário	54
3.1. Metodologia de coleta e análise de dados: sobre pontes e amigos	55
3.2. A história do projeto	58
3.3. A estratégia operacional: ação comunitária	63
3.4. A experiência da Vila 31 de Março	74
3.5. A experiência da Vila Costa e Silva	85
3.6. As experiências nos municípios de Diadema e São José dos Campos	95

3.7. A participação dos discentes	97
Considerações finais	103
Referências bibliográficas	112
Anexos	115

RESUMO

O presente estudo, uma combinação de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, investigou as relações entre Extensão Universitária, Política Cultural e Lazer, tendo por base o Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária, desenvolvido a partir do Departamento de Estudos do Lazer, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. A interligação entre ensino, pesquisa e extensão no interior das universidades é um importante instrumento quando se objetiva redimensionar a própria ação da academia, visto que, paralelamente com outras medidas, poderão apontar para uma efetiva democratização do Ensino Superior em nosso país. Na UNICAMP porém, quando analisado seu Estatuto Geral, não se percebe uma clareza para designar o que se entende por extensão, nem para apresentar quais deveriam ser suas especificidades. Ao contrário disso, observa-se acentuada confusão da extensão com o ensino, em que a primeira aparece muitas vezes como apêndice do segundo. Além disso, a própria terminologia utilizada nos Estatutos Gerais da Universidade transparece uma postura assistencialista em relação aos possíveis grupos com que a universidade possa vir a trabalhar, em especial os menos favorecidos economicamente. Essa mesma realidade é encontrada com pouca variação nos documentos da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, e somente no Projeto Acadêmico do Departamento de Estudos do Lazer, pertencente a essa Faculdade, é que a extensão recebe um novo dimensionamento, sendo tratada de forma equânime em relação ao ensino e à pesquisa, além de enfatizar o papel desta a partir da perspectiva “não extensionista”, de SAVIANI. O trabalho destaca que as ações de extensão podem também ser vistas como um embrião de políticas culturais, quando fomentam formas de intervenção na realidade cultural de uma determinada comunidade, considerando cultura no seu sentido mais amplo, enquanto produto e processo da ação humana, e que a possibilidade de fomento de uma política cultural através da extensão pode se dar, de forma privilegiada, no campo do lazer, a partir de faculdades de educação física. A pesquisa documental e de campo demonstraram a viabilidade do projeto “Recreação Comunitária” nesse sentido, destacando a validade da estratégia “Ação Comunitária”, como alternativa operacional.

ABSTRACT

The goal of this study is to investigate the relation between university extension, culture politics and leisure, from the project of teaching, research and extension: Community Recreation, developed by Leisure Studies Department at Faculty of Physical Education - UNICAMP. This study is characterized by a bibliography, documental and field research. The relation among teaching, research and extension inside the university is an important tool to re-signifying the academic activities, with others issues that could point to an effective democratization of college education in our country. However at UNICAMP general statute there isn't an explicit concept of university extension, as well as the specification of this activity. On the contrary we can observe an obscure relation between teaching and university extension terms, in which the first one is understood as an arm of the second one. Besides, we can find an assistance posture in the concept of university extension assumed at the UNICAMP general statute, especially with minorities groups, which are the focus of this kind of work. This context is almost the same as the one we founded in the documents of the Faculty of Physical Education at UNICAMP, and only in the Academic project at Leisure Studies Department we founded a different meaning for university extension. In this project, university extension is so important for the academic project as teaching and research, and the concept of university extension is based on "*não extensionista*" perspective of SAVIANI. This work highlighted that the extensions activities could be seeing as a seed of cultural politics, when it is a possibility of intervention in a cultural reality of certain community, considering culture in a wide meaning, as process and product of human interaction. And, also pointed the importance of faculty of physical education, especially leisure studies to develop culture politics through university extension. The documental and field researches show us the possibility of the project "Community recreation" in this sense, and also show us the viability of "Community action " as an operational alternative.

Introdução

Quando tomei a decisão de participar do processo seletivo para a pós-graduação em nível de mestrado, no primeiro semestre de 1999, vi-me diante de uma série de providências a realizar.

Algumas decisões a serem tomadas foram mais simples, como por exemplo, a escolha do programa de pós-graduação que buscava ingressar. A existência na Pós - Graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP (FEF-UNICAMP) de uma linha de pesquisa pela qual eu tinha interesse e também o vínculo anterior que havia tido com a instituição, foram fatores que de imediato fizeram-me optar por este programa.

Outras decisões, porém, como a escolha do tema a que me proporia investigar, demandaram um esforço mais intenso para serem encaminhadas.

Entendo que essa decisão, assim como todas as outras que tomamos, seja pautada por um conjunto de valores que construímos no decorrer de nossas vidas, refletindo um pouco de nossa história. Foi então a essa história, principalmente após o meu ingresso na universidade, que recorri, com o intuito de definir qual seria o meu problema de pesquisa.

Cursei minha graduação nessa mesma faculdade (FEF-UNICAMP), formando-me no final do ano de 1995, como Bacharel em Educação Física, na modalidade Recreação e Lazer. Nesse período, algumas passagens marcaram-me profundamente, a começar pelo meu envolvimento com o movimento estudantil, atuando tanto internamente, junto ao Centro Acadêmico e às representações discentes da FEF, quando externamente, como membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNICAMP, representante discente no Conselho Universitário da UNICAMP e membro da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF).

Além do aprofundamento da minha percepção política, foi nas discussões travadas no interior desse movimento que iniciei minhas reflexões acerca da universidade, em especial a pública.

O papel da universidade, a forma como ela se colocava e interferia nas questões da realidade em que se inseria, sua relação com os diversos grupos sociais era o centro de nossa atenção, servindo como pano de fundo para as ações desenvolvidas.

Ao lado de minha militância no movimento estudantil, e muitas vezes prejudicado por ela, desenvolvia meu curso de graduação, aprofundando-me nas questões relativas ao lazer.

Foi no desenvolvimento das atividades vinculadas ao curso, que tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão, de importância fundamental no meu processo de formação cidadã e acadêmica.

A possibilidade de atuar inicialmente junto a comunidades pertencentes a bairros periféricos de Campinas e, no decorrer do projeto, junto a prefeituras municipais, desenvolvendo questões discutidas e aprendidas no interior da universidade, numa perspectiva de transformação da realidade encontrada, com a participação efetiva dos grupos locais envolvidos no projeto, respondia a muitas de minhas angústias, decorrentes da imobilidade que observava na universidade.

Dentre os vários frutos advindos da realização desse projeto, um deles, o desenvolvimento de minha monografia de conclusão de curso, teve sabor especial, pois a considero como ponto culminante, em termos científicos, de minha graduação, quando pude discorrer sobre uma das etapas do projeto de extensão, o que na seqüência desdobrou-se inclusive como um capítulo de um livro sobre políticas públicas de lazer.

Após o término de minha graduação, participei por quase um ano e meio dos quadros de um executivo municipal que, em meio às dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de meus trabalhos, possibilitou-me vivenciar cotidianamente a estrutura da administração pública, o que me marcou profundamente.

De volta à Campinas, retornei à universidade, agora na condição de assessor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, via um de seus órgãos internos, a então APEU (Assessoria de Apoio a Eventos), com a função de desenvolver projetos culturais no interior da universidade.

Em decorrência dessa reaproximação com a universidade, voltei meus interesses à pós-graduação e, como havia colocado, deparava-me com a necessidade de escolher o tema a investigar.

De imediato, estava interessado em dirigir minha atenção à análise de alguma questão relativa às administrações municipais, especificamente na área do lazer.

Uma outra possibilidade era aprofundar os estudos realizados na graduação que tinham como foco a extensão universitária. Essa possibilidade, estimulada por pessoas com quem busquei auxílio nesse momento, não me causava uma grande empatia, pois sentia que o assunto já havia sido por mim tratado e, dessa forma, não simbolizava a nova etapa que estava almejando.

Porém, analisando mais detidamente essa possibilidade, percebi que poderia no mestrado realizar um estudo sobre a extensão universitária de uma forma mais abrangente, o que na graduação não havia sido possível.

Atrelado a isso, novamente tive a oportunidade de estabelecer um novo contrato com a Pró-Reitoria de Extensão da UNICAMP, agora como parte de um projeto mais

amplo, o que me possibilitaria, caso optasse por estudar a extensão, uma posição de análise privilegiada.

Diante dessa conjunção de fatores e principalmente motivado por estudar uma área que sempre me foi muito cara, pois envolve diretamente a luta pela mudança de papel da universidade perante a sociedade em que está inserida, é que defini como problema a ser pesquisado no esperado mestrado, qual a política cultural presente nas atividades de extensão desenvolvidas pela UNICAMP, pois é de se esperar que haja, mesmo implicitamente, traços de uma política cultural mais ampla dentro da própria política de extensão da universidade, e ambas irão definir sob que perspectiva se desenvolve a relação entre universidade e grupos sociais envolvidos nos diversos projetos e/ou ações de extensão.

O foco para essa análise, devido à minha especificidade de estudo, seriam as atividades de extensão relacionadas com o lazer, em especial as que tratassem de seus conteúdos físicos-esportivos.

Apesar de buscar a realização de um estudo com uma abrangência maior que na graduação, foi necessário já durante o decorrer do mestrado, reduzir a amplitude do projeto inicial, centrando-o, dentro da perspectiva colocada acima, na análise de todas as fases e dos desdobramentos do “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” que foi desenvolvido a partir do Departamento de Estudos do Lazer, da FEF-UNICAMP, do qual havia participado.

Dessa forma, o presente trabalho, dividido para efeitos metodológicos em quatro capítulos, apresenta no primeiro uma aproximação teórica entre os temas centrais que o compõe, a saber: extensão universitária, cultura (política cultural), lazer e educação física, o

que se fez através de uma revisão bibliográfica realizada a partir de pesquisa desenvolvida no Sistema de Bibliotecas da UNICAMP.

Na seqüência, já no segundo capítulo, realizei um estudo acerca do trato legal dado à extensão dentro da universidade, e para isso recorri à análise dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas, do Regimento Interno da FEF-UNICAMP e do Projeto Acadêmico elaborado para a instauração do Departamento de Estudos de Lazer dessa mesma faculdade.

Finalmente, no terceiro e último capítulo dessa dissertação, apresento um relato detalhado do “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”, a partir do vasto material documental e científico relativo ao projeto, que se encontra atualmente à disposição pública no acervo da Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. E a fim de melhor contextualizar o leitor em relação ao “Recreação Comunitária”, faço uma análise da própria metodologia que o sustenta, ou seja, a ação comunitária.

Também nesse capítulo, trago a contribuição dos alunos participantes que, através de questionários, forneceram subsídios sobre como avaliam seu próprio envolvimento com o projeto e o reflexo disso em suas respectivas formações acadêmicas e cidadã.

Encerrando a dissertação, nas considerações finais busco resgatar os principais apontamentos presentes nos capítulos que a compõem, relacionando-os entre si e discutindo-os de acordo com os objetivos aqui propostos.

1. Extensão universitária, cultura, lazer e educação física

Extensão universitária, cultura e lazer são termos que, por serem utilizados em diferentes contextos e por grupos sociais diversos, comportam uma significativa pluralidade de interpretações, mesmo quando expressos por pessoas que compartilham de uma posição política próxima.

Diante disso, apoiado na visão de alguns especialistas, faço neste primeiro momento um exercício de esclarecimento e interligação destes termos, que, conjuntamente com outros, como educação física, política cultural e conteúdos físicos esportivos, darão suporte teórico para esse trabalho.

1.1. Sobre extensão universitária

As primeiras iniciativas de extensão universitária em nosso país datam da década de 1910, com a criação da Universidade Livre de São Paulo, considerada pioneira por ter “[...] seu surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior [...]”, como nos coloca Gurgel (1986, p. 33). Suas atividades eram baseadas no oferecimento de “lições públicas” (cursos de extensão) abertas para quem quisesse participar.

Uma outra experiência extensionista teve lugar em nosso país a partir do ano de 1926, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, fortemente influenciada pelo padrão extensionista norte-americano, que era baseado principalmente pela prestação de serviços no meio rural (GURGEL, 1986, p. 63).

Essas iniciativas, a de São Paulo baseada no oferecimento de cursos à população, e a de Viçosa centrada na prestação de serviços, influenciaram o caráter que a extensão

tomou na Reforma Universitária de 1968, momento em que se tornou obrigatória nas universidades brasileiras.

Podemos verificar isso através da análise da Lei Federal n.º 5540 (BRASIL, 1968), que instituiu essa Reforma, e traz em um de seus artigos a seguinte consideração sobre o tema:

“Artigo 20: As universidades e os estabelecimentos de ensino superior **estenderão à comunidade**, sob a forma de **cursos e serviços especiais**, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhes são inerentes”. (grifo nosso)

Na busca de compreender melhor essa relação entre universidade e comunidade presente no artigo acima, pretendo realizar uma reflexão sobre o próprio termo extensão e, com esse objetivo, apoio-me em Freire (1975, p. 22), que considera o termo carregado por significações como: transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, entre outros.

Ainda Freire (1975), buscando uma contraposição a esse termo, prefere utilizar-se da palavra comunicação, alegando que é na sua prática que universidade e grupos sociais envolvidos¹ poderão dialogar na busca de soluções para seus problemas.

Porém, caso o extensionista, no curso de suas tarefas, baseie-as no entendimento presente no termo extensão (transmissão, entrega,...), dificilmente reconhecerá que o outro sujeito envolvido na ação possa ser também tão agente no processo de transformação do meio quanto ele próprio, pois ao se classificar mais sábio que os demais, sendo o dono exclusivo de conhecimentos a serem estendidos, esse extensionista estará “[...] absolutizando a ignorância dos outros, [que] na melhor das hipóteses relativizam sua própria ignorância” (FREIRE, 1975, p. 46).

¹ No caso específico deste estudo é observada a relação entre agrônomos e comunidades agrárias.

Essas considerações nos ajudam a perceber os equívocos que o termo extensão carrega, mas sendo que seu uso no seio da universidade é institucionalmente obrigatório, sua alteração neste trabalho não é possível. Porém, devemos nos manter sensibilizados e atentos à sua significação, base para um trabalho crítico na área.

Observei anteriormente que a Reforma Universitária de 1968 foi responsável pela obrigatoriedade da extensão nas universidades brasileiras. Porém, esse movimento de implementação da extensão, segundo o que nos coloca Fagundes (1986, p.14), tem como uma de suas justificativas a diminuição da distância e do isolamento da universidade em relação ao conjunto da população, a partir do reconhecimento de que tanto o ensino como a pesquisa, não davam conta de, por si só, justificarem plenamente a importância social da academia, isso principalmente por não atenderem diretamente a um número significativo de pessoas, evidenciando assim o caráter elitista e excludente desta.

Porém, a denúncia desse pretense isolamento, devido ao fato de que a universidade não atende no seu interior a grandes parcelas da população, busca desviar a atenção de um outro problema, mais grave que o primeiro, que é o direcionamento do foco das ações universitárias, seja no ensino ou na pesquisa, para determinadas parcelas da sociedade, que historicamente foram as que majoritariamente pertenceram e pertencem a seus bancos.

Já Garcia (1976), sobre essa questão, coloca que a extensão funciona como “[...] uma espécie de contra-discurso para encobrir o não envolvimento da universidade com as transformações mais profundas no seu esquema básico de relacionamento com a sociedade [...]”, ou seja, ao invés de denunciar uma universidade alienada da realidade em que se insere, a extensão encobrirá essa situação.

Complementando essa análise, Sousa (2000, p. 16) coloca-nos que a extensão traz em seu bojo valores comprometidos com a situação em que se insere, marcando-se “[...]”

pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela permanente vinculação com os interesses das classes dominantes [...]” e, como nos mostra Garcia (1976), funcionando de álibi para a manutenção do *status quo* universitário.

Dessa forma, ao invés de diminuir a distância existente entre o que se produz no interior da academia e a população de uma forma geral, ou ainda, ao invés de proporcionar que o que se produz em seu interior seja balizado na realidade dessa população e a ela retorne, a extensão contribui justamente com o contrário, ecoando a estrutura social que gera tal distanciamento.

Sobre esse ponto específico, Botomé (1996, p.56) coloca que:

“[...] a substituição do ensino alienado e alienante e da pesquisa pouco útil ou, ainda, o pouco acesso ao conhecimento criaram duas tendências nas instituições universitárias, substituindo possíveis esforços para aprimorar o ensino e a pesquisa: a prestação de serviços e a oferta de conhecimentos”.

Botomé (1996) defende com isso que, ao invés da implementação da extensão no sistema universitário, era necessário que ensino e pesquisa tivessem sido redimensionados, pois caso esses serviços fossem desenvolvidos de forma comprometida com a realidade social na qual a universidade está inserida, a própria extensão não se faria necessária.

Concordo com a necessidade de uma profunda reflexão acerca do papel e da própria identidade da universidade, o que acontecerá de forma gradual, sujeito a avanços e retrocessos constantes, merecendo justamente por isso, um empenho cotidiano para sua efetivação.

Este processo de redimensionamento da universidade também ocorre a partir do trabalho diário em cada um de seus campos (o ensino, a pesquisa e a extensão), o que nos deve impelir para a construção de políticas e práticas que tragam entre seus valores esta

perspectiva de mudança, como pretende ser, inclusive, esta própria pesquisa, realizada a partir de um projeto de extensão universitária.

Ao olhar como deveria ser encarada a extensão no quadro universitário do país, Saviani (1995), propõe uma visão não-extensionista em que as práticas de extensão deveriam ter como pano de fundo a responsabilidade da universidade para com as classes de poder aquisitivo mais baixo, justamente por serem essas que, apesar de contribuírem efetivamente para a manutenção do sistema universitário, através de um regime tributário marcadamente regressivo, têm pouco acesso direto a ele, seja via vestibular ou pela apropriação dos conhecimentos produzidos pela universidade.

Como fator essencial para essa aproximação, Saviani (1995) defende que a extensão seja como uma via de mão dupla entre universidade e comunidade. Esta via proporcionaria uma troca entre conhecimentos produzidos pela população de uma forma geral, porém não sistematizados, e os produzidos no seio da universidade que, através dessa aproximação, poderia desenvolver uma maior coerência com a realidade que a cerca.

Isso minimizaria uma grave situação destacada por Botomé (1996, p. 106) acerca dos problemas da universidade, ou como nos coloca:

“Se a origem da pesquisa não tem relação com os problemas com os quais os componentes da sociedade se defrontam, dificilmente seus resultados dirão respeito a esses problemas e, nesse sentido, a origem determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido”.

Após analisar algumas questões referentes ao próprio significado da palavra extensão e a perspectiva em que se deu sua criação, atentando para aspectos do relacionamento mais amplo da universidade com a realidade em que se insere, podemos

fazer agora algumas considerações sobre o tratamento dado à extensão no interior da própria universidade.

Um enfoque bastante comum sobre o papel da extensão, verificado em freqüentes discursos universitários, é o que lhe empresta uma importância desproporcional e não integrada ao ensino e a pesquisa. Este enfoque contradiz a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que em seu artigo 207, registra que o “[...] princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão [...]” deve reger as universidades brasileiras.

Esta importância desmedida está presente em afirmações que considero equivocadas, que colocam a extensão como a grande salvadora da universidade, capaz de, por si só, redimi-la de todas as mazelas que levaram-na à criação de uma nova estrutura, no caso a própria extensão, que a reaproximasse da vida social do país.

Admitir que apenas a extensão possa dar conta desse papel é fechar os olhos para uma estrutura maior, definida pela história das políticas de educação e pelas forças hegemônicas que formulam e executam essas políticas, estas sim definidoras do papel da universidade dentro do quadro político nacional.

Da mesma forma, é preciso atentar que comungam dessa mesma responsabilidade o ensino e a pesquisa (BOTOMÉ, 1996, p.77), que não podem de maneira alguma deixar de ser analisados de forma integrada com a extensão, quando se discute a responsabilidade social da universidade.

Acreditar que seja possível dar conta de modificar ou de justificar socialmente a universidade através da mudança isolada das políticas de extensão é um equívoco, pois além de todos os ditames já colocados – políticas educacionais e de financiamento – internamente os atores que contribuem para a manutenção dos rumos da universidade são

os mesmos que definirão em grande parte as políticas de extensão, circunstância que tende a traçá-la de tal forma que ali seja o espaço do continuísmo e não da mudança.

Mesmo que sejam realizados projetos ou que haja políticas de extensão não assistencialistas ou como coloca Saviani (1995), “não extensionistas”, estes pouco adiantarão para mudanças do quadro universitário como um todo, o que de modo algum pode significar um convite ao imobilismo, mas sim um estímulo para que aqueles setores da universidade e da sociedade de uma forma geral engajados em propostas transformadoras, atuem vislumbrando o todo em que se inserem, buscando entender a rede de poder que sustenta a estrutura universitária e buscando agir para modificá-la.

Quando se parte dessa visão equivocada de que a extensão possa ser a redentora da universidade, outro risco se apresenta, pois, ao se acreditar que a extensão detenha esse poder, é necessário intensificar a realização de ações extensionistas. Assim, é de se esperar que muitas vezes serão consideradas sob a rubrica da extensão as mais diversas iniciativas, mesmo que algumas dessas ações estimuladas levem ao agravamento da situação inicial analisada – o pretense distanciamento entre universidade e sociedade – criando-se espaço para, entre outras distorções, cobrar-se financeiramente por ações que já deveriam estar no escopo de ação da universidade, mais especificamente a universidade pública, emprestando a esta um caráter privado e, não muito raro, como fonte de remunerações extras, eticamente questionáveis, aos docentes envolvidos nestes projetos.

Assim impõe-se nessa discussão a necessidade de se estabelecer alguns parâmetros que possam orientar um avanço para além dos conceitos assistencialista e compensatório presentes na criação da extensão, a fim de que se possa pensar-lhe um outro estatuto, que não somente o de ser uma discutível válvula de escape da pressão por uma universidade

mais democrática, e caminhar no sentido de transformá-la, a extensão, num instrumento que possa redirecionar tanto o ensino quanto a pesquisa para questões até agora distantes de ser objetos de atenção da universidade, ou como nos coloca Saviani (1995, p. 55):

“[...] transformar os objetos de suas pesquisas em algo realmente relevante para a sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade, que já está presente nas massas, de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para a elevação geral do nível de vida desta sociedade”.

Para isso, também é necessário entender a extensão como parte da estrutura acadêmica, que seja interligada com as demais funções da universidade, ou seja, com o ensino e com a pesquisa. O próprio Saviani (1995) coloca que a extensão tem mais chances de se colocar da perspectiva “não extensionista” a partir do momento em que também o ensino e a pesquisa forem entendidos como uma responsabilidade da universidade para com a sociedade que a cerca, e não como instâncias isoladas uma das outras e da própria realidade social.

Por essa perspectiva, as ações de extensão devem estar integradas ao eixo acadêmico-pedagógico da instituição em que elas estão sendo desenvolvidas, atitude que ajudaria a impedir o uso indiscriminado da rubrica extensão para os mais variados projetos, dos que apresentam uma grande justificativa social aos que apresentam uma outra justificativa financeira e pessoal. Isso também contribuirá para que haja uma comunicação horizontal e um processo de retroalimentação entre as três atividades básicas da universidade.

A consideração de projetos sociais isolados como sendo de extensão é um desserviço à construção da área nas bases até agora colocadas. Porém, antes de maiores polêmicas, cabe deixar claro que sou completamente a favor da execução de projetos

sociais pelo corpo discente ou por qualquer outro setor da universidade e da sociedade, em especial os projetos que trabalhem visando modificar as condições estruturais que geraram o quadro de miséria e abandono tão alarmante que eles buscam minimizar.

Não podemos deixar nossos braços cruzados diante das condições sociais extremamente precárias que se abatem sobre a maioria de nossa população, porém, não são estas condições que definirão, *a priori*, o que seja um projeto de extensão. Como vimos, a extensão, na perspectiva “não extensionista”, só terá sentido se criada, executada e avaliada no bojo da instituição em que se situa, ou seja, da universidade, integrada às suas outras atividades (ensino e pesquisa), sob o risco de que não possa ser um instrumento de sua modificação.

Para considerar o que é ou não um projeto de extensão, devemos verificar se sua existência está balizada no eixo acadêmico da unidade de ensino em que se situa e se possui uma interligação com o ensino e a pesquisa. Pelos motivos aqui colocados, o público que irá atingir deverá ser prioritariamente o das classes sociais normalmente excluídas do ambiente universitário, mas não é o público em si que unicamente caracterizará uma ação como sendo de extensão.

Além disso, a simples consideração de projetos sociais como projetos de extensão justificará que toda uma outra série de projetos, da mesma forma desvinculados da estrutura acadêmica, passe também por ações de extensão, mesmo que não tenha relevância social alguma. Ou seja, se não existe critério claro, a definição será cada vez mais subjetiva.

Os Centros Populares de Cultura (CPC's) da União Nacional dos Estudantes (UNE) (SOUSA, 2000, p. 41) de ontem e os cursinhos pré-vestibulares² de hoje, são exemplos

² Cursos pré-vestibulares voltados a população de renda mais baixa, com bolsas ou mensalidades reduzidas, ministrado muitas vezes pelos próprios universitários.

importantes e relevantes ações do Movimento Estudantil, que além de possuírem uma grande importância social, também são comumente tratados como exemplos de programas de extensão surgidos no meio estudantil.

Porém, tanto um quanto o outro não fazem parte de estrutura acadêmica alguma, não podendo assim ser classificados como de extensão, mas apenas como projetos sociais.

Frente a este equívoco, reforço que apenas o tratamento específico da questão dentro da instituição, estabelecendo critérios definidores básicos que devam permear as ações de extensão, de sua idealização e até de sua avaliação, incluindo até mesmo a inter-relação com o ensino e a pesquisa, poderá coibir que se utilize desta denominação indiscriminadamente.

Assim, no momento de pensarmos na elaboração e execução de políticas e projetos na área, buscando não nos deixar levar pelos equívocos supra mencionados, é essencial que busquemos levar em conta essas reflexões acerca do papel da extensão na realidade universitária e o significado desta em um país marcadamente injusto como o nosso, que, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), é a décima primeira economia do mundo, porém, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupa apenas a 73ª posição, entre os 173 países pesquisados, segundo a última classificação da ONU (PNUD, 2002).

1.2. Sobre cultura

A extensão deve ser uma das partes de uma política universitária mais ampla, que abarcará também em seu interior outros diversos segmentos. Assim, como parte dessa política geral, deveremos ter articuladas questões como o ensino, a pesquisa, o financiamento, os recursos humanos, entre outros.

A ação de extensão tem como uma de suas características principais a viabilização de um canal de relacionamento entre universidade e grupos sociais diversos, e por isso, a partir do momento que se configura com uma intervenção social, pode também ser entendida como uma política cultural ou mesmo como parte desta.

Disso decorre a necessidade de realizarmos uma discussão acerca do significado de cultura, que será a base para que desenvolvamos nossa concepção de política cultural.

Para isso, analiso inicialmente as considerações feitas por Demo (1982), em que o autor levanta três “noções impróprias de cultura”. Na seqüência é que irei desenvolver o conceito com o qual trabalho, apoiado novamente na produção de especialistas.

As noções impróprias de cultura levantadas por Demo, ou seja, as considerações que o autor julga inadequadas são: cultura como “manifestação elitista”, cultura como “manifestação supérflua” e cultura como “manifestação apenas artística”.

Demo (1982) classifica como manifestação elitista, a redução da cultura a apenas àquela produzida pelas elites, sendo pois, privilégio de seus membros. A afirmação de que *o povo não tem cultura* é calcada nessa determinação, que acredita que cultura seja simplesmente o cultivo do intelecto e da erudição.

Também uma rápida análise etimológica sobre o termo *cultura* e o termo *erudição* pode ser uma útil ferramenta para entendermos o exposto por Demo. Desse modo, é interessante notar que o significado inicial de cultura vem do latim *colere*, que significa cultivar, e inicialmente ligado ao cultivo agrícola. Seu significado evoluiu, ainda junto aos pensadores da Roma Antiga, também para cultivo da alma, passando a significar refinamento e *erudição*, que, diga-se de passagem, origina-se também do latim, em que *rus ruris* significa campo, e *erudito* significa literalmente “aquele que saiu do estado rural, rústico, rude”. (VANNUCCHI, 1999, p.33).

Demo (1982, p.14), ainda na análise da cultura reduzida apenas à cultura da elite, afirma que essa

“[...] pode assumir a conotação própria de profunda alienação social, não somente no sentido de manter seus privilégios às custas da maioria popular, mas sobretudo no sentido de descaracterizar o desenvolvimento social, econômico e político de um povo, reeditando uma espécie de colonialismo cultural”.

Ora, esta mesma afirmação também é válida quando passamos para a análise das universidades em nosso país, que muitas vezes confundem-se com um feudo para as classes sociais mais privilegiadas, baseando suas ações para esse segmento da população, distanciando-se de outros, que pouco acesso têm aos bancos universitários.

Essa relação entre a universidade e as elites, atrelada à cultura como manifestação elitista, é em grande parte responsável pelo equívoco de se considerar a academia como a grande depositária da cultura, tendo inclusive ela, a partir dessa distorção, a necessidade de estender esses conhecimentos para a população em geral.

Contudo, e Demo (1982) faz essa ressalva, é necessário que se reconheça a importância da cultura das elites, porém não da forma como aqui foi colocado, mas sim como pertencente a uma classe que também produz suas manifestações, assim como os setores menos abastados de nossa sociedade produzem a sua, e nunca de forma estanque, pois essas culturas estão constantemente se defrontando, se relacionando e se transformando, ora de forma mais intensa, ora não.

Tendo por base nossa sociedade, uma série de exemplos sobre essas relações pode ser trazida à tona, exemplos que mostram como as diferentes classes apropriam-se de elementos culturais das outras, modificando-os e incorporando-os ao seu universo cultural, o que se dá também, e mais fortemente em nossos dias, de forma global, na relação de

culturas de nações diversas. Fechar os olhos para essa realidade ou mesmo ver nessas apropriações apenas um risco de perda de identidade cultural, é ignorar a capacidade dos povos e de cada grupo social de produzir sua própria cultura, com os elementos que tem em mãos.

Segundo Santos (1983), também pode ser considerada uma das origens históricas dessa concepção de cultura o seu entendimento como “nível de desenvolvimento humano”, visão que foi hegemônica durante o período das grandes colonizações européias, em que se classificavam os diversos grupos sociais das terras colonizadas em comparação com a própria Europa e seus referenciais de desenvolvimento.

Logo, os europeus, segundo eles próprios, eram os mais desenvolvidos, portadores de mais cultura, e os subdesenvolvidos ou selvagens, em comparação ao Velho Continente, os menos desenvolvidos e com menos cultura.

Essa alegada diferença de níveis, baseada numa comparação arbitrária, juntamente com outros fatores, como por exemplo a política da Igreja Católica Romana, de catequizar os povos do Novo Mundo, justificava as ações colonizadoras feitas pelos europeus sobre esses povos, em que se cometia todo o tipo de atrocidade em nome de uma posição cultural mais elevada.

Na seqüência, ao tratar a “cultura como manifestação supérflua”, Demo (1982) a examina a partir do viés das políticas culturais, que, segundo ele, ficam submetidas ao ponto de vista da produção econômica e da geração de riqueza.

Demo (1982, p. 14) critica essa hierarquização por parte daqueles que determinam as diretrizes políticas em geral, colocando que “o desempenho econômico é instrumento do desenvolvimento, não a própria finalidade em si”. Essa frase, apesar de escrita há vinte anos, permanece atual em nossos dias, especialmente se analisamos a necessidade premente

de se superar o atual estágio de paralisia nas políticas sociais e de busca da estabilidade da moeda. Deve-se buscar um novo momento em que qualidade de vida, desenvolvimento social e humano andem juntos com um crescimento econômico sustentável.

Ainda analisando a cultura como manifestação supérflua, o autor faz a ressalva de que em estágios de pobreza absoluta tem-se que priorizar a melhoria das condições materiais, e, para ilustrar essa situação, Demo (1982, p.16) utiliza-se propositadamente de exemplos que reduzem a cultura justamente às manifestações produzidas pelas elites, realçando como aquela visão não pode ser a base de políticas culturais. Vejamos:

“Na verdade, entendida de modo tradicional, é algo supérfluo no quadro da pobreza. Despertar o gosto pela música clássica num contexto de miséria, pode parecer escárnio. Falar de bom uso do ócio a trabalhadores que vivem do mínimo, pode significar acinte. Cultivar o lazer num ambiente de desemprego, pode ser humor negro”.

São freqüentes os equívocos ao se buscar estabelecer uma ordem de prioridade entre as necessidades humanas, o que não pode ser feito a não ser em casos extremos, ainda mais em temas que não têm uma grande ressonância social, como é o caso específico das políticas culturais, nas quais também se incluem as de lazer.

Um exemplo disso no campo do lazer, é o estudo de Magnani (1984, p. 134), em que o autor, fazendo uso de métodos de coleta de dados tradicionais (questionários, por exemplo), detectou que a importância dada ao lazer por uma determinada parcela da população não aparecia entre as suas prioridades. Porém, quando este mesmo autor lançou mão de uma pesquisa participativa, verificou que a mesma comunidade demonstrava dar uma grande importância ao lazer, alçando-o para uma de suas mais importantes demandas.

Demo (1982) analisa ainda mais uma noção imprópria de cultura, aquela que tem seu significado vinculado unicamente à manifestação artística. A análise desse ponto será

feita sob dois aspectos: o primeiro proposto pelo autor, em que ele analisa a relação entre arte, criatividade e política cultural, e o segundo a partir do equívoco que reduz o significado da cultura ao de “artes e espetáculos”.

A discussão proposta por Demo (1982, p.17) centra-se na necessidade de se estimular o traço criativo de nossa cultura, porém não reduzindo-a apenas ao campo das artes que, segundo o autor, são o “saudável grito de alerta e procura imorredoura de alternativas” frente a nossa sociedade cada vez mais fechada e sistêmica, mas considerar que a ação criativa está presente nas diversas manifestações humanas. O estímulo à arte, tão necessário em nossos dias, deve vir acompanhado de uma visão crítica sobre os perigos que podem estar vinculados a essa ação, como por exemplo o de se favorecer posturas elitistas, que pressupõem a preservação de privilégios de classe.

Esta redução do significado de cultura, restrito a manifestações artísticas, pode ser observado fartamente no nosso cotidiano, desde as agendas culturais das televisões, rádios e jornais, que se reproduzem na fala diária das pessoas, até às universidades, em que esse discurso é amplamente reproduzido, excetuando-se em alguns casos aqueles pesquisadores que tomam a cultura como seu objeto de estudo, direta ou indiretamente.

Na área do lazer, essa visão está arraigada em diversas obras correntes nas bibliotecas especializadas, o que contribui para o estabelecimento equivocado de políticas tanto públicas como privadas, muitas delas separando em campos estanques os trabalhos ditos culturais (artes, exposições, literatura, teatro e cinema) de um lado, e de outro os trabalhos de lazer, que por sua vez também ficam restritos a *jogos e brincadeiras*.

Passada a análise destes equívocos, ciente de que muitos outros possam não ter sido levantados, o que mereceria um trabalho exclusivo para debatê-los, tarefa impossibilitada pela exigüidade de tempo e espaço de uma dissertação de mestrado, e também por não se

tratar do objeto central da presente análise, voltarei minha atenção para discutir a noção de cultura que fundamenta meu estudo.

Macedo (1982, p. 35) traz a seguinte definição de cultura:

“Cultura consiste num conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, define o modo pelo qual a vida social se desenvolve”.

A cultura nesta abordagem é fruto das relações sociais historicamente situadas e, desta forma, só pode ser entendida à luz dessas relações, distanciando-se das noções impróprias analisadas por Demo (1982).

Também a partir da visão de Macedo (1982), evita-se que os termos “cultura da elite” ou “cultura erudita” sejam tomados como o todo cultural, passando a ocupar apenas o espaço que lhes é devido, ou seja, encarados como o produto das ações e interações de determinadas classes sociais, que por não estarem isoladas, encontram-se em constante embate com valores de outras classes que a cercam.

Da mesma forma, a consideração de cultura somente como manifestação artística ou a partir de um suposto caráter supérfluo é rapidamente refutada se considerarmos que cultura é produto e processo de produção das relações humanas.

Entendida ainda de forma dinâmica na sociedade, levando-se em consideração não só o caráter de “[...] produto da atividade humana, mas também como processo dessa produção [...]” (MACEDO, 1982, p. 35), a ação humana será reveladora e afirmadora de seu “ser e estar” no mundo, definindo as características dos variados extratos sociais e a forma como estes se relacionam.

Na moderna sociedade de classes, cada grupo constrói a sua cultura a partir da realidade que vivencia, dando significados próprios a ela e, dessa forma, enfrentando, ora assimilando, ora resistindo, a todas as manifestações a que estão expostos.

Chauí (1982), analisando a inerente disputa presente no interior da sociedade capitalista, discute algumas relações entre a cultura dos grupos dominantes e a dos dominados. Busca com isso a autora trazer elementos que contribuam para uma melhor compreensão destas relações, evitando entre outros equívocos uma visão romântica acerca da “cultura do povo”³.

Isso significa que não é o simples fato de ser *do* e produzida *pelo* povo que garante a essa cultura traços libertadores. Recolocando o aqui já comentado, é de se esperar que elementos presentes na cultura de um grupo perpassasse as de outros, visto estes estarem mergulhados dialeticamente no mesmo caldo social.

Assim, faz-se necessário esclarecer que também a cultura do povo traz consigo traços marcadamente alienadores e carregados ideologicamente pela cultura hegemônica. Fechar os olhos para essa ou qualquer outra análise romântica da realidade é, nas palavras de Chauí (1982, p. 123), “[...] prestar inestimáveis serviços aos dominantes”.

Também a distinção semântica entre “cultura do povo” e “cultura popular” faz parte dessa questão mais profunda, ou seja, a da disputa de projetos de sociedade. A fim de não buscarmos um viés homogenizador, portanto harmônico, defendido pela classe dominante, presente com mais ênfase no adjetivo “popular”, Chauí (1982) defende o uso de “cultura do

³ Sobre o uso do termo *povo*, Chauí (1982, p.123) coloca que se “[...]a cultura for considerada como uma ordem simbólica que exprime o modo pelo qual homens determinados estabelecem relações determinadas com a natureza e entre si e o modo pelo qual interpretam e representam essas relações [...] permite que não ocultemos a dificuldade contida no próprio termo “povo”, pois lato senso costuma-se considerar como povo não só o operariado, o campesinato e os assalariados dos serviços, como ainda as camadas que constituem a pequena burguesia, não sendo possível, portanto agrupar em um todo homogêneo as manifestações culturais desses vários setores da sociedade.

povo”, o que reforça que este é produtor de sua própria cultura, ou culturas, se formos radicalizar a análise, em que cada grupo, em determinado momento histórico, produz a sua própria cultura, sendo assim uma diversa das demais.

Em oposição a uma supostamente harmônica “cultura nacional”, temos uma série de culturas produzidas pelo povo, que muitas vezes carrega traços alienados e valores dominadores, porém apesar disso, é no seu interior que são gestados novos valores, questionadores da nossa estrutura social.

Levando-se em conta os objetivos desse trabalho, faz-se necessário buscar compreender como se manifestam no âmbito das políticas culturais as questões aqui tratadas, buscando assim ferramentas para a pesquisa de campo.

Considerando-se política cultural, devemos lembrar que o termo política pressupõe uma série de elementos que são forjados a fim de alcançar-se determinado objetivo (BOBBIO, 1992, p.954), porém devemos considerar nesta problemática o “efeito pendular” (FREITAG, 1987) que distingue dois momentos: um marcado pela “intenção original e básica de disciplinar mentes”, reproduzindo as estruturas sociais, e um outro, capaz de “dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social”, portanto transformador.

Esse conjunto de elementos mencionado por Bobbio (1992), mesmo que integrados e orientados para alcançar determinado fim, não raro alcança outros objetivos, muitos não pensados na ação original ou mesmo contrários a essa mesma ação.

Assim, como colocado sobre os dois aspectos de análise da cultura, ou seja, enquanto processo e produto da ação humana, duas perspectivas também emergem quando do estudo das políticas culturais: a participação e a difusão cultural.

Faço esse paralelo por considerar que existe uma identificação entre cultura percebida enquanto processo dinâmico de produção e as políticas culturais realizadas a partir do viés da participação, visto que ambas aproximam-se pela valorização do papel criador da ação humana.

Da mesma forma, outra aproximação possível seria considerar que a cultura, enquanto produto dessa ação humana, será veiculada a partir das políticas de difusão.

Como na análise do termo cultura, em que tratamos da necessidade da não desvinculação entre processo e produto (sob o risco de perderem-se as referências históricas dessa dinâmica, dando assim margem às ações nem sempre benéficas da indústria cultural), também o trabalho estanque com políticas de difusão ou participação cultural provocará seus equívocos.

Políticas de difusão cultural podem ser entendidas como sendo aquelas marcadas por programas que privilegiam a veiculação para o público em geral de valores e produtos culturais, o que no campo do lazer recebe a denominação de *pacotes de atividades*, muitas vezes desconectados da realidade a que se remetem. Esta perspectiva de trabalho, que numa análise superficial pode ser taxada como prejudicial e invasiva, propicia um maior conhecimento de aspectos da cultura muitas vezes ignorados pela população alvo, independentemente de sua classe social, que passa a ter acesso a produtos da atividade humana até então desconhecidos, o que pode significar o primeiro passo para um futuro interesse em seu processo de produção (CAVALLEIRO & SALGADO, 1996, *passim*).

Admitir a importância da difusão cultural não significa, de maneira alguma, que é preciso restringir-se a ela, pois simplesmente o desenvolvimento de políticas de difusão não garante a elevação do nível crítico da população, mas, para que isso aconteça, o desenvolvimento de políticas de participação cultural é essencial.

Se quando da análise do conceito de cultura ressaltou-se também sua compreensão enquanto produto da ação humana, que dá significado a essa ação, nada mais coerente que insistir na participação coletiva como um dos aspectos de uma política cultural a ser mais explorado, pois é através do conhecimento dos passos da construção dos diversos produtos culturais, com o conseqüente resgate dos valores a eles intrínsecos, que a sociedade criará as condições efetivas para afirmar sua existência, minimizando a devastadora ação da indústria cultural, situação que Macedo (1982, p. 37) coloca da seguinte forma:

“Produção e consumo de cultura surgem dissociados, abrindo-se o campo da produção cultural ao controle de certos detentores dos “meios de produção da cultura”, para os quais surgem novas possibilidades de controle social e político sobre parcelas cada vez mais ampliadas da população à medida que essa própria indústria se expande”.

Construir a participação cultural significa desenvolver projetos culturais que tragam em sua essência os valores da democratização cultural (MARCELLINO, 1994), que busquem:

“[...] além de diversificar os conteúdos (...), minimizar as barreiras sociais; otimizar o uso de equipamentos específicos e não específicos (devidamente adaptados); elevar os níveis de desenvolvimento, tanto nos gêneros da prática, como da fruição e no do conhecimento, pois uma política cultural pode contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas e criativas com relação às esferas pessoal e social dos indivíduos, ou simplesmente, acentuar o conformismo, levando a processos de acomodação”. (CAVALLEIRO & SALGADO, 1996, p. 108).⁴

Ainda em relação ao termo *democratização cultural*, Coelho (1997, p. 144) identifica-o ao senso-comum, ou seja, como caracterizado por políticas de popularização da arte erudita, que neste caso assume o papel de cultura, como anteriormente analisado. Em contraposição a este ponto de vista, o autor coloca o da “democracia cultural”, que não

⁴ As categorias: “conteúdos do lazer”, “barreiras sociais”, “equipamentos específicos e não específicos”, “níveis de desenvolvimento”, “gêneros”, são desenvolvidas, em detalhes, por Marcellino (1996).

se baseia “[...] na noção de serviços culturais a serem prestados à população, mas no projeto de ampliação do capital cultural de uma coletividade, no sentido mais amplo desta expressão”.

Concordo com a existência dessas duas linhas de políticas culturais colocadas por Coelho (1997), porém não concordo que os termos *democracia* e *democratização* comportem esses dois significados antagônicos, por esse motivo e baseado nas colocações aqui já realizadas é que neste trabalho a opção será por utilizar o termo *democratização cultural*.

1.3. Sobre lazer e educação física

Dando seqüência à análise, discutirei questões acerca do termo lazer que, juntamente com os termos extensão e cultura/política cultural, compõem o pano de fundo teórico básico dessa pesquisa.

Marcellino (1995) coloca que a pluralidade de significados emprestados ao termo lazer pode ser em parte explicada pela sua recente incorporação ao vocabulário cotidiano, baseado não numa extensa produção científica, que somente agora se firma com mais intensidade, mas principalmente pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas para atender de modo eventual à massa da população, com características marcadamente carregadas de um caráter de dominação e de controle ideológico.

Essa variedade de significações e o pouco aprofundamento sobre o tema contribuem para difundir entre a população em geral e também entre setores da própria universidade uma série de visões classificadas por Marcellino (1995) como “funcionalistas”, que tratam o lazer de forma ora “utilitarista”, ora “moralista” ou mesmo encarado de forma “compensatória” ou “romântica”.

Até mesmo entre os autores aqui trabalhados é possível distinguir alguns destes equívocos, como por exemplo quando Demo (1982, p. 16), ao enxergar no *lazer* uma possibilidade educativa, não deixa de explicitá-la através de uma visão compensatória e romantizada:

“Nele [no lazer] está também uma noção fecunda da **superação do dia de trabalho**, na busca de definir a pessoa além do trabalhador. E, dentro da esfera do lazer, costuma aparecer uma outra oferta cultural. Não se pode negar que esta concepção tenha sentido, mesmo porque o pobre também tem direito e tem necessidade de lazer e de desdobramento dos dotes culturais. E não somente isto: ele de fato diverte-se, a seu modo. Por vezes **irradia mais alegria e menos neurose que a elite**”. (grifo nosso)

Sobre a questão anterior, o preconceito que permeia o uso do termo lazer, advindo principalmente de sua utilização como instrumento ideológico, com mais ênfase durante o recente regime de exceção vivido em nosso país, podemos também notar a presença destes preconceitos em alguns escritos que tratam do tema, ainda que de forma indireta. Para exemplificar isso, mesmo que hoje essa visão já tenha sido reformulada pela autora, é possível citar Chauí (1989, p. 52), que no seu texto “Cultuar ou cultivar”, colocou:

“[...] seria o de pensá-la [a cultura] como um campo específico da criação: criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência. Um campo específico, não mais contraditório e polarizado da divisão de classes, mas como um tipo de atividade social, como atividade da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão que não é definido pelo prisma do mercado, pois o **prisma do mercado reduz a cultura à condição de lazer/diversão e espetáculo**”. (grifo nosso)

Estes exemplos vêm reforçar a necessidade de se explicitar o conceito de lazer aqui adotado, sempre buscando um paralelo com as análises dos termos extensão e cultura já detalhadas.

Para isso evoco novamente Marcellino (1995, p.31), que considera o lazer como:

“[...] a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. É fundamental como traço

definidor, o caráter desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”.

Inicialmente é necessário destacar que o próprio autor evita considerar a definição acima como uma idéia fechada sobre o tema, mas sim como um conceito operacional que deve ser sempre lido à luz da sociedade e da época em que se está inserido, ou seja, considerando-o historicamente situado e em relação direta com outros elementos que compõe a estrutura social.

Visto desta forma, a abordagem do termo lazer minimizará duas considerações equivocadas muito comuns na área. Uma delas é trata-lo de uma forma ideal, como produtor solitário de valores que por si só modificariam toda a estrutura social em que vivemos.

Ao se adotar essa postura, na busca da sonhada sociedade do lazer, ao invés da denúncia das mazelas sociais e do anúncio de uma nova sociedade a se alcançar, o que se tem é uma luta alienada e inútil, que ao não entender que o lazer é parte de uma estrutura social mais ampla, funcionará nos mesmos termos colocados em relação à cultura, como um importante serviço de manutenção da ordem vigente, ignorando os conflitos existentes na sociedade.

Numa outra direção, temos o que Marcellino (2001, p. 20) considera como “visão fechada e cínica do lazer”, através da qual alguns autores entendem somente ser possível implementar ações no campo do lazer a partir de uma nova estrutura social, ponto de vista que, ao invés de gerar a ação, produz o imobilismo, pois se considerando as atuais condições de afirmação da estrutura capitalista de produção, não é possível vislumbrar, a

não ser num exercício de futurologia, uma ruptura imediata para se chegar a uma nova sociedade.

Entender o lazer historicamente situado em nossa sociedade pressupõe que este deva ser visto como um componente de uma estrutura social mais ampla, sujeito à influência dessa e também como um possível agente de mudança, que através de sua prática cotidiana, poderá revelar e promover valores contra hegemônicos, base para a construção de uma utopia, portanto realizável, de uma nova sociedade.

Voltando à conceituação do lazer colocada acima, é importante destacar que a visão de cultura compreendida em seu sentido mais amplo adotada por Marcellino (1995) tem a mesma fundamentação da analisada neste trabalho, o que permite considerar também o lazer de uma forma bastante ampla, não somente como normalmente é feito, ou seja, restrito aos *jogos e às brincadeiras*.

Qualquer manifestação de nossa cultura, quando vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível, ou seja, liberado das obrigações sociais (profissionais, familiares, religiosas,...), porém condicionada por uma série de ditames sócio-econômicos, pode ser considerada como lazer, desde que essa vivência seja balizada por algumas atitudes básicas, como a *livre adesão* à uma prática prazerosa e o *caráter desinteressado* envolvido em seu desenvolvimento.

Por estar no campo liberado das obrigações é correto supor que a opção ou não pela realização de determinada atividade far-se-á a partir do desejo interior da pessoa envolvida, o que aqui considero como a *livre adesão*. Porém, por viver em sociedade, esta livre adesão não deixa de ser balizada nos valores que compõe o todo social.

Já o *caráter desinteressado* dessa opção significa que, pelo menos *a priori*, essa pessoa não busca na realização das atividades de lazer outra recompensa senão o próprio prazer envolvido em sua realização.

Porém, para realização dessa vivência, em qualquer um de seus gêneros (prática, assistência e conhecimento), devemos levar em conta uma série de barreiras sócio-econômicas que se manifestam de diversas formas, restringindo o acesso ao lazer para determinados grupos, enquanto outros são privilegiados.

Tendo como pano de fundo as condições econômicas, porém não se restringindo a elas, percebemos que as classes sociais mais favorecidas de uma forma geral apresentam condições melhores para vivenciar suas atividades de lazer, seja por muitas vezes poderem contar com um maior tempo disponível, ou mesmo por terem maiores chances de desfrutar de uma gama mais ampla de serviços.

Isso não quer dizer de maneira alguma que haja uma relação direta de determinação entre classe social e possibilidade de vivência do lazer, pois em qualquer nível social, independente de poder econômico, é possível observar a ocorrência de sua manifestação. É preciso admitir porém, que em nossa sociedade altamente dominada pela indústria cultural e também marcadamente desigual em relação à educação, um dos importantes alicerces para o desenvolvimento de uma postura mais crítica em relação a essa própria indústria, há uma maior possibilidade de que as pessoas pertencentes aos estratos mais elevados da população possam ter chances mais claras de poder usufruir seus momentos de lazer de forma mais crítica e criativa.

Um exemplo disso é a própria análise de nosso ambiente doméstico, espaço em que a maior parte das atividades de lazer são desenvolvidas, devido inclusive à escalada da violência, que vem em grande medida expulsando a população dos espaços públicos,

fazendo com que se tranquem cada vez mais em suas casas ou descubram espaços alternativos de lazer, como os shopping centers, que desde meados da década de 1990 vêm se transformando em grandes equipamentos para esse fim, dotados de inúmeras salas de cinema, teatro, espaço para exposições e debates, apresentações artísticas e principalmente grande área de convívio, mesmo que ainda tendo como objetivo principal o estímulo às compras. Fora das ruas, em suas residências, quem poderá desfrutar de um melhor espaço físico e mesmo de maiores possibilidades de conteúdos culturais? Quem estará menos suscetível à dominação exercida pelo discurso da televisão, inclusive por ter outras opções de atividades?

Faço questão de frisar novamente que a relação colocada não é de determinação, pois podemos encontrar com facilidade exemplos que a neguem, mas de forma geral, é um retrato do universo a que pertencemos.

Além disso, outra série de barreiras apresentam-se para determinar quais grupos são mais privilegiados em relação ao desfrute de oportunidades de lazer. Estas barreiras por sua vez perpassam qualquer classe social, umas de forma mais aguda, outras menos, porém podem ser observadas em todas elas.

O preconceito em relação ao papel da mulher em nossa sociedade é uma delas, pois ainda que isso venha sendo minimizado cotidianamente, não podemos fechar os olhos para o fato de que a mulher ainda enfrenta uma carga de preconceitos que restringem suas possibilidades de vivência do tempo disponível para o lazer e, até mesmo restringem esse tempo.

Seja por ainda ser a principal responsável pela maioria das obrigações domésticas, tendo muitas vezes que enfrentar jornadas duplas ou triplas de trabalho, seja por ser vítima constante de um discurso moralista em relação ao seu papel social e a suas normas de

conduta, a mulher vê suas possibilidades de acesso ao lazer bastante inferiorizadas em relação aos homens.

Da mesma forma que a mulher, porém com outras justificativas, temos as crianças e os idosos, vítimas da mesma situação, porém esses têm seu acesso restringido ao lazer por não fazerem parte ainda do mercado produtivo ou, no segundo caso, por já o terem deixado, sendo então relegados a um plano inferior em relação a quem está inserido neste mercado, detendo portanto um maior poder de compra.

O padrão estético corporal e a necessidade de *performance* na realização das atividades, principalmente as esportivas, também funcionam como um filtro para os que não se encaixam nesse padrão ou não possuem as habilidades hercúleas exigidas pela grande mídia.

Todas essas questões que compõem um “todo inibidor” para a prática do lazer, são aprofundadas por Marcellino (1983, pp. 49 – 56) e nos deixam clara a necessidade de que envidemos esforços permanentes para implementar uma verdadeira “educação para o lazer” (MARCELLINO, 1995), fundamento de uma política de participação cultural, que, como já foi destacado, visa a minimização das barreiras acima colocadas, através de uma vivência crítica e criativa de nosso tempo disponível, superando o atual patamar em que nos encontramos, que de uma forma geral é marcado por uma postura marcadamente conformista.

Uma forma mais pertinente de se educar para o lazer é o incentivo constante ao desenvolvimento de variadas manifestações culturais durante o tempo disponível, buscando-se com isso uma ampliação nas possibilidades de usufruir esse tempo, passo inicial para se qualificar a opção por essa ou aquela atividade, criando alternativas às receitas impostas pela indústria cultural ou mesmo pelos especialistas da área.

Em contraposição à ação dos especialistas destaco o papel do animador sócio-cultural que, segundo Carvalho (s.d., p. 149), deverá colaborar com o desenvolvimento de uma ação que permita ao indivíduo

“[...] assumir o seu próprio desenvolvimento, o que pressupõe uma profunda tomada de consciência, por parte do animador, do significado da cultura e das necessidades do cidadão e do grupo em que atua”.

Agente direto da construção de políticas no setor, o animador sócio-cultural, tanto o profissional quanto o voluntário, será tratado de forma indireta nesse trabalho, pois privilegiarei a discussão dos fundamentos de uma política pública de animação, porém não me furtarei a discutir o papel do animador nos momentos em que isso se fizer necessário.

Em relação a essas políticas e com o objetivo de orientar o estabelecimento de ações, temos como importante ferramenta a classificação proposta inicialmente por Dumazedier (1980, p. 103) em que as atividades de lazer são divididas em cinco diferentes “conteúdos culturais”: os “físico-esportivos”, os “artísticos”, os “manuais” (ou “práticos”), os “intelectuais”, os “sociais”. Posteriormente esta classificação foi adendada por Camargo (1986, p. 26 – 28), que incluiu um sexto conteúdo, o “turístico”.

É importante frisar que essa classificação tem como seu maior mérito orientar a estruturação de políticas na área, e não buscar uma identificação individual sobre o que as pessoas estão fazendo, visto que cada atividade dificilmente poderá ser considerada de forma estanque neste ou naquele conteúdo e que o próprio participante pode estar dando um enfoque diverso daquele classificado pelo analista.

Para exemplificar, podemos classificar a atividade futebol dentro dos conteúdos físico-esportivos, já que predominantemente o que se destaca nesta atividade é o movimento corporal. Porém, em nível pessoal, o praticante pode estar mais interessado no

contato com os amigos, o que dá à atividade uma ênfase maior no convívio social do que na prática digamos mais técnica do esporte.

Ainda sobre esses conteúdos culturais, podemos notar que é muito comum no estabelecimento de políticas para a área o incentivo a apenas um deles, quando não, a uma única atividade, o que pode ser explicado muitas vezes pelo preconceito por parte dos formuladores dessas políticas, que acreditam que a população de uma forma geral só está preparada ou só se interessa pelos conteúdos físico-esportivos, os mais difundidos em nossa sociedade.

Este equívoco pode ser largamente minimizado quando a população em questão é ouvida e sua realidade cultural levada em consideração, pois a realidade é obviamente muito mais ampla e rica do que pensam os especialistas em lazer citados no exemplo acima.

O que muitas vezes acontece é que, sufocada por inúmeras políticas alheias à sua realidade e pela própria ação da indústria cultural, o próprio discurso da comunidade expressa esses valores mais restritos, não refletindo fielmente sua vivência cotidiana.

Mais uma vez fica clara a necessidade de se trabalhar com políticas integradas de difusão e participação cultural, que de um lado visem à participação efetiva da população na formulação de ações, resgatando sua cultura local, e por outro, à difusão de conteúdos culturais diversos, a fim de que esses possam ser conhecidos, elaborados e re-significados nas práticas da comunidade.

Nesse quadro é que a universidade aparece como um espaço privilegiado para a formulação das políticas culturais, não buscando suprimir os espaços do poder executivo, mas sim como uma forma de cumprir seu papel de análise dos diversos contextos, construindo a partir e em conjunto com o público alvo novos conhecimentos e propostas

que possam compor as políticas no campo do lazer, visto ser este um de seus objetos de estudo.

As faculdades de Educação Física, em especial, têm um papel importante nesse contexto, visto que trabalham diretamente com um dos conteúdos culturais do lazer, os físico-esportivos e também têm em seus currículos, desde 1962, a disciplina de recreação.

Infelizmente, mesmo sendo fortemente ligada ao lazer, nesta área o profissional de Educação Física exerce preponderantemente o papel de “*tarefeiro*”, pois a ênfase das disciplinas sobre o tema está na repetição acrítica de jogos e brincadeiras contidos nos manuais de atividades, sem o mínimo de contextualização necessária e, principalmente, sem um aprofundamento no vasto campo teórico do lazer (MARCELLINO, 1995a, p.76, 77).

Este tratamento dado às disciplinas ligadas à área do lazer, no interior das faculdades de Educação Física, em que se privilegia quase exclusivamente a vivência de atividades, pode ser parcialmente explicado como sendo a reprodução de uma realidade encontrada em grande parte da própria Educação Física, em que os seus conteúdos também são majoritariamente associados à realização prática de alguma modalidade de atividade corporal.

De qualquer forma, as faculdades de Educação Física são um importante local para o desenvolvimento de ações de extensão no campo do lazer, o que pode proporcionar que, com o desenrolar destes projetos, haja uma maior reflexão por parte destas faculdades em relação à área do lazer, campo fértil para redimensionar os conhecimentos sobre o tema, através da execução de novas pesquisas, ou pela resignificação do próprio ensino de graduação.

Temos então que a construção de uma política cultural que vise a democratização do lazer, embasada nos valores aqui expressos, pensada e implementada a partir de projetos de extensão universitária, focados em faculdades de Educação Física, têm extrema relevância tanto para se construir novas políticas na área, como para a própria discussão do lazer no interior dessas faculdades.

A fundamentação até o momento desenvolvida voltará a ser abordada nos próximos capítulos, porém como categoria de análise das pesquisas documental e de campo, que terão nos capítulos 2 e 3 seus resultados respectivamente expostos.

Em relação ao capítulo que segue, a análise documental foi realizada junto aos documentos referentes à questão da extensão universitária na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em suas diversas instâncias.

Por fim, vale também colocar que, tanto o presente capítulo quanto o segundo, servirão de base para a análise do “Projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária”, desenvolvido a partir do Departamento de Estudos do Lazer, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, que será detalhado no terceiro capítulo deste trabalho.

2. A Universidade e sua Faculdade de Educação Física – aspectos históricos e legais

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da pesquisa documental sobre o tema extensão, que teve como base a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), num nível geral e, de forma específica, a sua Faculdade de Educação Física, local também da pesquisa de campo que será apresentada no próximo capítulo.

É importante frisar que a escolha da universidade e da faculdade em questão se deu de forma não probabilística e intencional, respeitando critérios de acessibilidade, visto que na época do início da pesquisa eu trabalhava junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Universitários da UNICAMP, e representatividade, o que se justifica pelo fato da universidade em questão ocupar um lugar de destaque entre as demais universidades brasileiras.

Antes de apresentar os resultados da pesquisa documental e buscando melhor contextualizar o universo em que ela se efetuou, reservo um espaço para realizar um resgate de alguns pontos da história da UNICAMP, em especial de fatos relativos à sua criação e que têm ligação com a questão da extensão e ainda hoje interferem nessa realidade.

Na seqüência, analiso a legislação da Universidade, de seus Estatutos Gerais até o Regimento Interno da Faculdade de Educação Física, o que inclui o seu Departamento de Estudos de Lazer (DEL), no que concerne à problemática da extensão universitária, levando em conta os apontamentos efetuados no capítulo anterior.

2.1. A criação e desenvolvimento da UNICAMP

Em relação ao seu processo de criação e à linha de desenvolvimento de suas ações, a UNICAMP apresenta algumas singularidades em relação a grande parte das universidades

públicas brasileiras, o que pode nos fornecer importantes pistas para entender sua atual conjuntura, especialmente no que diz respeito à extensão.

A política de criação e instalação das universidades públicas em nosso país foi fortemente marcada pelo atendimento a interesses regionais, não como parte de um plano de desenvolvimento mais amplo, mas sim como uma forma de manter os privilégios de grupos políticos locais, em troca do apoio destes ao *establishment* da época (ROMANO, 2001).

Além disso, e também fruto dessa política, o papel dessas universidades era o de se tornar um local voltado para a educação dos filhos das elites regionais, explicando em parte o fato de que as ações ali implementadas tiveram como foco privilegiado o ensino, relegando a um segundo plano a atenção dada à produção de conhecimento (pesquisa) e também à extensão, como nos coloca Fávero (1977).

A UNICAMP porém, destacou-se dessa realidade, pois sua criação teve como principal fator propulsor a necessidade de fornecer um aporte na produção de tecnologias e na formação de mão de obra especializada para o parque industrial em implementação na região de Campinas, local em que a política de interiorização industrial em curso no Estado de São Paulo teve maior ênfase.

Neste contexto, Lima (1989) coloca que em plena ditadura militar e no auge do desenvolvimentismo, quando Campinas e região passaram rapidamente de um modelo marcadamente agrário para uma nova realidade econômica, com um impressionante crescimento de seu parque industrial, é que foram criadas as condições objetivas necessárias para que uma antiga aspiração da população campineira fosse finalmente

atendida⁵, ou seja, a implantação de uma Universidade na cidade, o que em várias oportunidades já havia sido protelado.

Um importante dado sobre o processo de criação da UNICAMP, que reforça o apontado acima, é a própria antecipação em seus Estatutos de itens que só estariam presentes na Reforma Universitária de 1968 (LIMA, 1989), e que já adiantavam o novo perfil que esta Reforma imprimiria, pelo menos legalmente, às universidades, privilegiando o papel destas enquanto produtoras de conhecimentos científicos que pudessem sustentar a política desenvolvimentista da época.

Friso a questão da intenção legal em contraponto com o resultado alcançado, pois a grande maioria das universidades públicas não teve condições humanas e materiais para cumprir estes novos objetivos traçados, visto que suas estruturas já estavam por demais alicerçadas no modelo antigo, calcado simplesmente no ensino e funcionando eventualmente apenas como reprodutoras de um discurso muitas vezes arcaico.

A UNICAMP, porém, desde sua gênese, já incorpora o papel de universidade tecnológica, posição que até nossos dias ocupa com destaque, muitas vezes em detrimento do próprio ensino de graduação e da extensão.

Sobre isso, Lima (1989) enfatiza em vários momentos de seu trabalho que essa “universidade tecnológica” é vinculada essencialmente ao setor produtivo, sendo inclusive fortemente financiada por ele, o que resulta num direcionamento de seus estudos, de suas pesquisas e de suas ações de extensão para a solução de seus próprios problemas.

⁵ Desde a década de 1950 a população de Campinas reivindicava uma instituição pública de ensino superior para a cidade. Inicialmente buscou-se a construção de uma Faculdade de Medicina, o que esteve perto de acontecer em vários momentos, porém nunca se efetivou. Somente após uma grande mobilização da cidade, já no início dos anos 60 é que o velho sonho tornou-se realidade, agora na forma de uma Universidade. Porém, não fossem as determinantes econômicas da época (descritas acima), também a Universidade não teria logrado sucesso, como inclusive esteve perto de acontecer. (LIMA, 1989, p. 72 a 81)

Temos com isso, traçando um paralelo com o discutido no capítulo inicial deste trabalho, que as ações da Universidade como um todo, e da extensão em particular, são definidas de antemão majoritariamente para um setor da sociedade, que por mais que seja importante e que tenha sido vital para a sua própria criação, não pode ser o único beneficiário de uma estrutura que é mantida em seu conjunto pela população de uma forma geral.

Sanchez (1996, p. 128), baseada em amplo estudo sobre a legislação da UNICAMP e nos relatórios de suas várias administrações, discute que o próprio entendimento de sociedade expresso nesses documentos é baseado numa visão “homogênea e generalista”, não fazendo uma clara distinção entre seus segmentos e classes.

“A sociedade é representada pelos setores privilegiados com os quais a universidade tem estabelecido suas relações, isto é, pelo setor produtivo [...]. Em algumas oportunidades fala-se de setores populares ou carentes para justificar alguns serviços assistenciais [...]”.

Ainda Sanchez (1996, p. 128 e 129) coloca a visão de alguns reitores da UNICAMP, que quando indagados sobre qual deve ser o parceiro ou o alvo das políticas de extensão da universidade, respondem que este deve ser o setor produtivo, pois é o mais privilegiado para “dar aplicabilidade social às pesquisas”.

Diferentemente da forma como foi tratada no primeiro capítulo, quando da apresentação dos resultados da pesquisa bibliográfica, a visão de extensão expressa acima é apenas voltada para a transferência da tecnologia produzida no interior da universidade para as empresas, que a colocarão, enquanto mercadoria, à disposição do grande público.

Nos textos analisados, é quase nula a presença de passagens que enfatizem uma visão de extensão que intervenha diretamente com a população, buscando neste

relacionamento construir novos conhecimentos e que possam, inclusive, (re)direcionar o escopo de suas pesquisas.

Ao fazermos esta colocação não estamos dizendo que a totalidade das pesquisas desenvolvidas na UNICAMP não tenha importância social, ao contrário, pois mesmo simples análises não estruturadas sobre a questão mostram-nos que uma infinidade de assuntos pesquisados e desenvolvidos no interior de seus laboratórios são de extrema relevância para a vida cotidiana de nosso país.

Mas o fato de ter o setor produtivo como intermediário privilegiado e quase que exclusivo com a sociedade faz com que a definição dos temas a serem pesquisados seja mais suscetível ao interesse desse setor, distanciando-se por vezes da necessidade do conjunto da população.

Além disso, nessa relação, a própria distinção entre o que é público e privado deve ser observada com mais atenção, pois não raro observamos que interesses eminentemente particulares direcionam os esforços e os investimentos de uma estrutura pública, que é a universidade.

Os cursos de extensão são um exemplo disso, pois muitos deles são oferecidos para atender a demanda de empresas privadas, deslocando grande parte da infra-estrutura universitária (material e humana), para um fim específico, definido não de acordo com possíveis objetivos mais amplos, mas sim para beneficiar interesses particulares.

Como vimos, o processo histórico da criação da universidade nos ajuda a entender sua realidade atual, em especial no que se refere à extensão. Assim também, um estudo mais detalhado da legislação universitária, em suas diversas instâncias, nos trará subsídios para definir com maior clareza seu quadro institucional, objetivo desse capítulo.

2.2. O trato legal sobre a extensão universitária no interior da UNICAMP

Mesmo que a pesquisa de campo que aqui será apresentada tenha sido restrita a um projeto de extensão desenvolvido no interior de um departamento, em uma das várias faculdades da Universidade Estadual de Campinas, aqui procederei à análise das normas que incidem sobre esta questão partindo da macroestrutura, a universidade, e caminhando até a microestrutura, que é o próprio departamento.

Espero com isso, juntamente com a análise realizada sobre alguns fatos históricos da UNICAMP, especialmente os relativos à sua criação, poder estabelecer uma visão ampla do universo em que o referido projeto de extensão se desenvolveu.

2.2.1. Na Universidade

Nessa trajetória, o passo inicial é me debruçar sobre os Estatutos da Universidade (SÃO PAULO, 1969), documentos que regem a UNICAMP como um todo, funcionando como pano de fundo para a normatização de suas demais instâncias.

Logo no início desses Estatutos, no artigo 2º, são enumeradas uma série de ações que a Universidade se propõe a fazer com vistas a alcançar seu objetivo, expresso no artigo 1º, que é promover o “bem estar físico, espiritual e social do homem”.

Apesar de não citar textualmente a palavra extensão, diferente de ensino e pesquisa, que encabeçam as duas primeiras ações descritas, esse artigo coloca nos seus incisos III e IV, respectivamente:

“III. estudar os problemas sócio-econômicos da comunidade com o propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração dos princípios da democracia;

IV. pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura, e o resultado das pesquisas que realizar”;

Dois pontos inicialmente chamam atenção nestes incisos: a amplitude de interpretações que o termo comunidade comporta e a definição de qual a linha mestra nas relações entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, expresso pelo termo “*pôr ao alcance*”.

Sobre a primeira questão, ao não fazer nenhum tipo de adjetivação ao termo comunidade, este poderá ser entendido de maneira ampla, ou seja, podendo significar qualquer grupo de pessoas que tenham alguma afinidade entre si, a partir de objetivos comuns, e que ocupem durante um determinado tempo uma mesma base espacial. Dessa perspectiva, podemos ter a comunidade acadêmica, a comunidade empresarial, a comunidade de um determinado bairro, entre outras intermináveis possibilidades.

Vê-se pois, que os Estatutos da UNICAMP não estabelecem quem deva ser seu público alvo, tanto internamente, quanto externamente, deixando desta forma também espaço para que as ações desenvolvidas em seu interior não tenham um eixo minimamente comum, possibilitando o atendimento a grupos ou interesses que muitas vezes podem não contribuir para a realização de seu objetivo principal, colocado acima.

Já em relação ao termo *pôr ao alcance*, entendo que este reflita uma visão em que a Universidade seja considerada num nível mais elevado que o restante da sociedade, e cabendo a ela então, tendo por base esse equívoco, rebaixar-se num ato de doação, a fim de que a comunidade, seja ela qual for, possa conseguir acessar o resultado de suas pesquisas.

Ora, discutimos no capítulo inicial desse trabalho, principalmente quando da análise de Freire (1975) e Saviani (1995), o equívoco contido nesta visão da universidade, desatrelada do cotidiano da sociedade e intitulado-se detentora absoluta dos saberes. Vimos que, desta forma, ela se inclina para o isolamento, contribuindo não para a superação, mas para a consolidação dos problemas sociais.

Também no Artigo 2º, em seu inciso IV, podemos destacar o tratamento dado à cultura, que mesmo não colocado explicitamente, deixa a possibilidade de que interpretemos que a universidade coloca-se como produtora privilegiada de cultura, enfatizando assim uma visão elitista do tema, e por consequência, negando que cultura é um bem público, produzido no cotidiano da sociedade, por todos os seus membros.

Nota-se também nesses primeiros artigos que não existe menção alguma que trate mais especificamente da consecução dos objetivos da UNICAMP – promover o “bem estar físico, espiritual e social do homem” – na perspectiva de se estabelecer políticas específicas para isso, ou mesmo contribuindo com outros órgãos para o estabelecimento de políticas mais gerais com esse fim.

Na seqüência dos Estatutos, nos artigos 5º e 6º, quando são enumerados os institutos e as faculdades que comporão a Universidade de Campinas, dá-se o aparecimento da primeira citação expressa do termo extensão.

Ao se listar quais devem ser as competências das unidades, além do previsto no Artigo 2º, diz-se que as unidades devem “ministrar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão”.

Note-se que a extensão aparece especificamente na forma de cursos, criando as bases para que ela tenha seu escopo confundido com o do ensino, o que gerará uma série de distorções, principalmente no que se refere a não se construir sua especificidade acadêmica, visto que as ações desenvolvidas nessa perspectiva não são propriamente de extensão, e sim de ensino.

Ainda nos artigos 5º e 6º, em seus respectivos *caput*, quando se discorre sobre a responsabilidade dos institutos e das faculdades, não é feita menção alguma sobre a extensão:

“Os Institutos (as faculdades), responsáveis pelo ensino e pela pesquisa nas respectivas áreas de conhecimento, são os (as) seguintes: [...]”.

A extensão só irá aparecer como uma de suas competências. Isso nos sinaliza que, embora seja considerada sempre uma das três funções básicas da universidade, quando de seu trato específico, a extensão frequentemente aparece num plano de menor importância que o ensino e a pesquisa, a começar nos próprios Estatutos da Universidade.

A confusão de papéis entre o ensino e a extensão fica novamente explícita no Artigo 17, que literalmente coloca a extensão como uma das modalidades do ensino, juntamente com a graduação, a pós-graduação, os cursos seqüenciais e os cursos de especialização e aperfeiçoamento, como podemos verificar abaixo:

“Artigo 17. O ensino na Universidade poderá abranger os seguintes cursos e programas:

- I. de graduação;
- II. de pós graduação;
- III. de extensão;
- IV. seqüenciais;
- V. de especialização e aperfeiçoamento”.

E isso ainda se agrava, pois no Título III – “Do Ensino e dos Cursos”, que reserva a maior parte dos artigos para a graduação e a pós-graduação, a extensão volta a ser encarada como cursos a serem oferecidos à comunidade, podendo inclusive abarcar sob sua denominação, cursos de mestrado profissionalizante, especialização e aperfeiçoamento.

Porém, é também no Título III dos Estatutos, no terceiro parágrafo do Artigo 36, que a extensão, ainda que de forma rápida, ganha uma possível nova dimensão, na forma de serviços:

“§ 3º – Os serviços de extensão, incluindo assessoria serão prestados sob formas diversas, com o atendimento de consultas, realização de estudos e elaboração ou orientação de projetos em matérias científica, técnica e

educacional, ou participação em iniciativas dessa natureza, ou de natureza artística e cultural”.

Apesar desta nova dimensão, que encara a extensão além da esfera do simples oferecimento de cursos, não se rompe com a proximidade e/ou confusão com o ensino, visto que ela é tratada como um apêndice deste.

No restante dos Estatutos, basicamente não se trata mais da extensão, a não ser quando se dispõe sobre a competência dos departamentos, a menor unidade administrativa da universidade, que tem como uma de suas atribuições ministrar os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão.

2.2.2. Na Faculdade de Educação Física

O Artigo 1º do Regimento Interno da Faculdade de Educação Física da UNICAMP (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 1992) nos diz que:

“Artigo 1º – A Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, tem por objetivo formar profissionais nos níveis de graduação e pós-graduação em determinados conteúdos da motricidade Humana, realizando pesquisas e **prestando serviços à comunidade**”.
(grifo nosso)

Observemos que mesmo antes de detalhar as competências da Faculdade, o termo prestação de serviços aparece como um de seus objetivos, ao lado da formação de profissionais da área e da realização de pesquisas.

Esse relativo descompasso com os Estatutos da Universidade, documento que na maioria das vezes coloca a extensão (ou a prestação de serviços à comunidade) num plano inferior ao do ensino e da pesquisa, pode em parte ser explicado por dois fatos presentes na história dessa Faculdade.

O primeiro deles diz respeito à própria área da educação física, que teve suas primeiras ações no país, seja fazendo parte dos currículos escolares ou como políticas públicas, datadas do início do século passado, e foi somente nas últimas décadas desse mesmo século que iniciou um processo organizado de estudo e pesquisa sobre o seu objeto, gerando um descompasso entre o desenvolvimento teórico da área e a sua difusão na sociedade.

Esse atraso entre a reflexão profunda sobre o seu objeto e seu desenvolvimento no seio da sociedade pode em parte explicar a tendência para a prestação de serviços, pois, numa área que historicamente deu uma grande importância para o desenvolvimento de atividades a terceiros, é de se esperar que isso se reflita também nas ações das próprias faculdades.

Em relação à Faculdade de Educação Física da UNICAMP, esta foi criada em 1985, em substituição à ATREFE (Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes), órgão que tinha responsabilidade por ministrar as disciplinas de Educação Física obrigatórias oferecidas aos demais cursos da Universidade, sendo também o local destinado ao desenvolvimento de práticas esportivas pela comunidade acadêmica e em geral.

Essa substituição não se deu de forma totalmente abrupta, visto que as atividades esportivas que eram oferecidas pela ATREFE à comunidade universitária persistiram na nova faculdade, fazendo com que esta nascesse imbuída desse papel de prestadora de serviços à comunidade, que no caso específico, era a da própria universidade.

Passando para a análise das competências da Faculdade, detalhadas no Artigo 2º de seu Regimento Interno, destaco o ponto II, que traz:

“II – ministrar cursos de pós-graduação, *latu e strictu sensu*, como também extensão universitária”;

Observamos que novamente a *extensão* aparece na forma de cursos, o que já foi analisado quando da leitura dos Estatutos da Universidade. A sutil diferença neste caso é que ela aparece juntamente com a pós-graduação, seja ela *latu* ou *strictu sensu*, podendo dar margem para uma confusão agora com esse nível de ensino, da mesma forma como se confundia nos primeiros documentos analisados com a graduação.

Ainda no mesmo artigo, agora em seu quinto ponto, temos:

“V – colaborar com a comunidade através da prestação de serviços técnicos e científicos”;

Aqui, tal qual no Artigo 1º, aparece a expressão “prestação de serviços à comunidade”, que além das considerações já realizadas sobre a ligação com a própria Educação Física, seja a área ou a faculdade, traz consigo um inegável caráter assistencialista, se realizada enquanto entrega, porém abre espaço para o desenvolvimento de projetos mais amplos de extensão.

O tratamento da extensão como “curso” ou como uma “ação a ser desenvolvida junto à comunidade” novamente surgirá no Regimento Interno da Faculdade, quando da análise do papel dos Departamentos, no Artigo 16º.

Cabe ressaltar que este artigo, quando trata dessa última questão, não fala de prestação de serviços, mas sim de “projetos de extensão à comunidade”, distanciando-se da conotação meramente assistencialista presente no primeiro termo.

Ainda no Regimento Interno da Faculdade de Educação Física, a extensão só é tratada mais uma vez, porém de uma forma bastante importante e talvez em um dos únicos momentos em que aparece num nível de igualdade junto ao ensino e a pesquisa. Isso se dá no Artigo 19º, que determina, entre as condições básicas para a instituição de um novo departamento, a necessidade de apresentação de “um projeto acadêmico consistente que

inclua atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível adequado”, o que contribuirá para que o trato da extensão seja feito de acordo com sua especificidade, ao lado do ensino e da pesquisa, e formando com esses um projeto acadêmico integrado.

2.2.3. No Departamento de Estudos do Lazer

A análise do Projeto Acadêmico (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1991) de criação do Departamento de Estudos do Lazer mostrou-nos que a *extensão* é tratada em três ocasiões distintas, sendo que em duas delas, de uma maneira diferente à tônica dada nos documentos anteriores, que a vêem principalmente como um apêndice das atividades de ensino.

A primeira consideração sobre a extensão se dá no item 02 do Projeto Acadêmico do DEL, que trata da “Esfera de competência e especialidade do Departamento”. Nesse trecho, quando é descrito qual deve ser o objetivo do departamento, lê-se: “Concentrar pesquisa, extensão e ensino em torno do lazer, privilegiando os conteúdos culturais ludo-esportivos”.

Mais à frente, quando estabelece o segundo objetivo do Departamento, reza o documento:

“[O Departamento deve] estabelecer conexões significativas com propósitos definidos entre ensino, pesquisa e extensão na área de estudos do lazer, de modo a constituir facetas de um todo maior, com relações interdependentes, estabelecidas durante o processo de elaboração, aprendizagem e difusão do conhecimento e sua execução, buscando uma interação do retorno, com a população envolvida”.

Ainda nos objetivos, mesmo sem o uso do termo extensão, o projeto do departamento coloca a necessidade de se “contribuir para a discussão e implementação de políticas públicas e privadas, no campo dos Estudos do Lazer”.

Como colocado acima, essa equiparação na importância do ensino, da pesquisa e da extensão, com um tratamento enfático privilegiando suas especificidades, e os entendendo dentro de um universo mais amplo que é a Academia, não aparece nos Estatutos da UNICAMP, e é colocada no Regimento Interno da Faculdade de Educação Física, porém de forma rápida, no momento em que discorre sobre as condições para criação dos departamentos.

A própria nomenclatura utilizada denota uma preocupação em se avançar de conceitos impregnados de caráter assistencialista, como vimos nos termos *pôr ao alcance da comunidade e prestação de serviços*. Do mesmo modo, as ações pontuais também perdem espaço para a discussão e implementação de políticas no campo do lazer.

Na seqüência do documento analisado, quando se esclarecem quais as atribuições do Departamento de Estudos do Lazer, temos uma reprodução fiel dos Estatutos da Universidade, carregando conseqüentemente os vícios já analisados. Nesse momento, porém, é explicitado que os termos utilizados fazem parte dos Estatutos, que necessariamente rege as instâncias da Universidade.

Outro ponto contido no Projeto Acadêmico do Departamento de Estudos do Lazer, que demonstram a diferença de perspectiva em relação à visão dos outros documentos analisados, está no sexto ponto do quinto item do projeto, que trata dos “Critérios para pertencer ao Departamento”. Um dos critérios colocados é o “desenvolvimento [pelos docentes] de atividades de extensão na área, entendidas não como mera prestação de serviços, mas vinculadas ao ensino e à pesquisa”, explicitando a necessidade de se superar o mero assistencialismo.

Apesar de não ter sido objeto específico de análise, acredito que as significativas diferenças entre o enfoque dado à extensão no DEL e nas instâncias superiores da

Universidade, deveram-se ao esforço do conjunto de professores que participaram dos momentos iniciais do departamento que, imbuídos de construir as bases do primeiro Bacharelado em Recreação e Lazer do Brasil, o fizeram a partir de uma abordagem mais crítica que aquela presente nos documentos anteriormente analisados.

2.3. Uma confusão e suas conseqüências

De uma maneira geral, após a análise destes documentos, podemos concluir que o tratamento dado à extensão é principalmente ligado ao ensino, principalmente na forma de cursos, seja no Estatuto da UNICAMP, em que isso aparece com uma ênfase muito mais acentuada, ou no Regimento Interno da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, que segue a legislação superior. A exceção pode ser feita em relação ao Projeto Acadêmico do Departamento de Estudos do Lazer, como pudemos constatar.

Um reflexo dessa forte ligação com o ensino é o crescimento dos cursos de extensão oferecidos, que levou, como nos coloca Sanchez (1996, p.118), à criação da Escola de Extensão (EXTECAMP), órgão responsável por centralizá-los e coordená-los.

Essa ligação com o ensino, ou melhor, a confusão de papéis estabelecida entre ensino e extensão não contribui para que esta última seja tratada a partir de sua especificidade, diminuindo assim a possibilidade de formar sua própria identidade e, a partir desta, desenvolver suas ações.

Talvez o mais grave fruto desta confusão seja a proliferação de cursos pagos, distorcendo, em troca da recompensa pecuniária, a própria atuação de alguns docentes, que vêem nesta modalidade uma enorme chance de aumentar significativamente seus salários e, paralelamente a esse fato, amparados na justificativa de que já realizam muitas atividades

classificadas como de extensão, distanciam-se de suas outras funções, em especial da docência na graduação e na pós-graduação e da pesquisa.

Note-se que o simples oferecimento de cursos de extensão em pouco ajudará para que a universidade se aproxime efetivamente dos segmentos sociais que têm pouco acesso a ela, pois na maioria das vezes esses cursos são realizados de acordo com a demanda imposta pelo setor produtivo, funcionando exclusivamente para suprir as necessidades destes.

Dessa relação, o que poderá acontecer é que o próprio ensino e a própria pesquisa tomem como necessidades sociais mais prementes as demandas desses setores, direcionando cada vez mais suas ações nessa direção, o que aumentará ainda mais a distorção entre o que a universidade produz, ensina e veicula, com a realidade em que ela se insere.

Volto a enfatizar que não se trata de virar as costas para o setor produtivo privado, mas ter esse como basicamente o único público atendido pela universidade não pode ser a prática de uma instituição pública.

Mesmo que nos Institutos e Faculdades, ou ainda nos Departamentos, que são os locais responsáveis pela implementação da extensão, as normas sejam mais específicas, como é o caso do Departamento de Estudos do Lazer, que teve seu projeto aqui analisado, a legislação superior da Universidade, presente em seus Estatutos, dá margem para que qualquer tipo de ação passe por extensão.

Do meu ponto de vista, alguns pontos-chaves deveriam ser especificados com maior clareza, entre eles, e talvez o mais importante, seja a necessidade de que qualquer atividade de extensão esteja ligada ao projeto acadêmico da instância em que esteja inserida,

apontando claramente qual será a sua interligação com o ensino e com a pesquisa, detalhando enfim essa relação de interdependência.

O silêncio estabelecido acerca do papel propositor que a universidade deveria ter no sentido da construção e/ou na colaboração com políticas mais amplas que caminhem no sentido de alcançar seu objetivo primordial – promover o bem estar físico, espiritual e social do homem – é sintomático, reforçando sua posição de isolamento frente aos problemas sociais do país. Também a Faculdade de Educação Física não faz menção alguma, em seu Regimento, sobre sua responsabilidade nesta questão, que têm no bem estar físico humano um de seus objetos de estudo.

Novamente, apenas o Departamento de Estudos do Lazer (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1991) abre espaço para esta possibilidade, a partir do momento em que coloca entre os seus objetivos:

“2.2.5. Contribuir para a discussão e implementação de Políticas Públicas e privadas, no campo dos estudos do lazer, devidamente articuladas com outras políticas setoriais, sem perder de vista o conjunto da sociedade na qual estão inseridas”;

No próximo capítulo, quando da exposição dos resultados da pesquisa de campo, buscaremos detalhar as questões aqui abordadas e outras como a própria importância da realização de ações de extensão numa perspectiva “não extensionista” no campo do lazer, buscando intervir na busca de se elaborar políticas culturais para a área.

3. O projeto de *Lazer Comunitário*⁶

No primeiro capítulo, momento em que expus os resultados da pesquisa bibliográfica sobre os termos-chaves desse trabalho, dentre uma série de observações acerca da extensão, cultura, lazer e educação física, foi possível constatar que uma das possíveis ações a ser desenvolvidas por faculdades de Educação Física, pode ser justamente a implementação de projetos de extensão na área do lazer. Vimos que tal fato se dá tanto pela necessidade premente de se propor novas políticas culturais para a área de esportes e lazer, como também para poder aproximar a prática do ensino e da pesquisa, desenvolvida no interior dessas faculdades, da realidade social em que está inserida.

No segundo capítulo, realizei uma análise de documentos que orientam a ação da UNICAMP, de sua Faculdade de Educação Física e do Departamento de Estudos do Lazer no que diz respeito à extensão universitária, e pude perceber que o tratamento a ela dispensado tem como principal característica sua pouca distinção em termos de especificidade com o ensino. Esta confusão, aliada a um enfoque altamente superficial de quais deveriam ser suas atribuições, leva a uma profusão de ações dos mais variados matizes e, não raro, contraditórias entre si.

Porém, nessa mesma realidade universitária em que foi feita a pesquisa documental, observamos que o Departamento de Estudos do Lazer (DEL-FEF) apresenta, pelo menos em seu Projeto Acadêmico, uma visão bastante diferente da Universidade no que concerne

⁶ Todas as experiências relatadas neste capítulo farão menção ao projeto com o nome “Recreação Comunitária”, visto que foi essa a designação que o projeto recebeu quando desenvolvido a partir da UNICAMP. Já no ano 2000, quando a metodologia foi desenvolvida também na Prefeitura do Município de Santo André-SP, sem o vínculo institucional com a Universidade, a sua designação foi alterada. O termo “recreação” deixou de ser adotado, dando lugar ao termo “lazer”, visto que a amplitude de significados deste último é mais condizente com a dimensão das ações desenvolvidas. Apesar de utilizar o nome original nos relatos, no título acima optei pela versão mais recente, por concordar com a alteração feita.

à extensão universitária, pois mesmo atendo-se as determinações das instâncias superiores, permite e ressalta a importância de ações de extensão com características que, em linhas gerais, promovam uma interligação entre as três áreas básicas da universidade (ensino, pesquisa e extensão), enfatizando a necessidade de se manter a especificidade de cada uma delas.

De posse desses elementos, realizarei neste capítulo o resgate de uma experiência de extensão realizada pelo DEL-FEF-UNICAMP, ocorrida a partir do ano de 1994 e que foi denominada de “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”, do qual tive oportunidade de participar como graduando da faculdade em que foi desenvolvido.

Para percorrer esse caminho, na seqüência, pretendo seguir os seguintes passos:

- Detalhar a metodologia utilizada na busca e análise dos dados;
- Descrever em linhas gerais a história do projeto, de sua criação até o momento desta análise, bem como meu envolvimento enquanto participante;
- Descrever a estratégia de ação operacional (ação comunitária) utilizada no projeto;
- Detalhar e analisar as experiências desenvolvidas, com ênfase nas realizadas na cidade de Campinas;

3.1. Metodologia de coleta e análise dos dados: sobre pontes e amigos

Recentemente, ao ser entrevistado por um aluno de graduação, como parte de seu trabalho de conclusão de curso, centrado no resgate da história do Movimento Estudantil na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, deparei-me com uma pergunta sobre a importância que esse movimento teve em minha formação acadêmica.

Ao responder, não tive dúvidas em apontar que tanto o Movimento Estudantil, quanto o “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”, com mais

ênfase a este último, foram de extrema importância para enriquecer meu curso de graduação. Inclusive, foi a partir dos momentos vividos nessas oportunidades, que muito do que era discutido em sala de aula, ou fora dela, era questionado, refletido e, não raro, reconstruído.

Em relação ao “Projeto Recreação Comunitária”, eu fiz parte do grupo que iniciou os estudos sobre as possibilidades de seu desenvolvimento e trabalhou durante toda sua implementação nos bairros da Vila 31 de Março e Vila Costa e Silva, ambos em Campinas. Também participei das experiências realizadas nas cidades de Diadema e São José dos Campos, quando o projeto foi desenvolvido enquanto assessoria aos poderes executivos locais.

Mesmo quando terminei minha graduação e assumi um cargo num executivo municipal distante de Campinas, minha relação com o projeto e seus membros continuou intensa, seja pelo contato direto com os participantes ou por fazer parte do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Privadas Setoriais de Lazer, vinculado ao DEL-FEF, que realizava discussões sobre os encaminhamentos do “Recreação Comunitária”.

Com esse histórico, quando comecei a recolher os dados sobre este projeto, tive uma agradável sensação de poder reviver vários desses momentos, podendo inclusive analisá-los com um distanciamento que na época não era possível.

As informações sobre o projeto foram extraídas principalmente da documentação produzida pelo acúmulo dos registros das ações, organizadas em pastas e à disposição pública na Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

Ao visitar essa biblioteca para tomar contato novamente com o material, lembrei as palavras do professor Marcellino, que coordenou o projeto durante toda sua realização e sempre teve uma preocupação extrema com o registro dos dados. Sobre isso ele sempre

dizia que o nosso trabalho (projetos de lazer) não é como uma ponte, que terminada a obra, ficará lá exposta por muitos e muitos anos. Ele não é de concreto. Se não registrarmos tudo o que fazemos, correremos o risco de ver nossas ações esquecidas e o que é o pior, não aprenderemos com nossas práticas, o que dificultará inclusive sua reprodução.

Eis então que, ao buscar as pastas com as informações sobre o projeto na biblioteca, deparei-me não com uma ponte, mas um imenso viaduto, tal a quantidade e qualidade de dados que tinha à minha disposição. Fotos, registros de atas, relatórios de avaliação, projetos de atividades, tudo meticulosamente arquivado, para servir como fonte para esta e outras pesquisas e trabalhos, inclusive nos mesmos moldes do “Recreação Comunitária”.

Também apliquei uma série de questionários (Anexo A) aos alunos participantes do projeto, buscando dados complementares aos dos documentos e para investigar a influência do “Projeto Recreação Comunitária” no cotidiano dos estudantes que dele participaram.

Em relação aos questionários tive uma outra surpresa muito gratificante, pois nada menos que 83,5% dos participantes do projeto, em todas as suas fases, ou seja, 15 alunos de um total de 18, responderam às minhas perguntas. Em relação aos três alunos restantes, não consegui sequer localizá-los.

Para conseguir as respostas, entrei em contato com os participantes, contextualizando-os sobre o trabalho que estava desenvolvendo e solicitando sua colaboração. A partir desse contato inicial, a grande maioria feita de forma presencial ou telefônica, enviava o questionário por correio eletrônico, indicando que esse mesmo canal fosse utilizado para resposta, colocando-me ainda à disposição para possíveis dúvidas.

Credito o excelente retorno dos questionários ao compromisso dessas pessoas com o projeto e pela importância que esse teve em suas vidas acadêmicas. Sobre esse ponto,

reproduzo abaixo alguns fragmentos dos questionários, com falas que denotam essa questão.

“Éramos um grupo coeso, participativo e referencial, e estivemos presentes em outras lutas dentro da Faculdade”.

Aluno 02

“Considero que o Projeto Recreação Comunitária foi uma experiência riquíssima na minha formação profissional e pessoal”.

Aluno 01

“A participação no projeto trouxe uma riqueza muito grande para a minha formação pessoal enquanto docente na área do lazer”.

Aluno 06

“Sou fã incondicional deste projeto, acredito muito na sua proposta, não consigo ver outra forma de atuação tão enriquecedora quanto a que acompanhei”.

Aluno 15

3.2. A história do projeto

Devido à amplitude que o “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” alcançou, farei nesse momento, em linhas gerais, um resgate de toda sua história, do momento de sua criação até as últimas ações realizadas pelo grupo da Universidade. Objetivo com isso expor o quadro mais amplo em que o projeto se desenvolveu para, na seqüência dessa dissertação, poder analisar pontualmente as experiências realizadas, momento em que aprofundarei algumas das questões que aqui serão rapidamente citadas.

O projeto “Recreação Comunitária” começou a se desenhar no segundo semestre do ano de 1993, durante a disciplina “Lazer e Sociedade”, oferecida para a modalidade Recreação e Lazer do curso de Educação Física da UNICAMP, na ocasião sob responsabilidade do professor Nelson Carvalho Marcellino.

Constou no programa da disciplina, naquele semestre, uma série de tópicos que procuravam contemplar as diversas relações estabelecidas na ementa⁷. O último tópico porém, era geral, e desenvolvia o tema “Políticas de lazer”, a partir da abordagem comunitária.

Para tratar o assunto, o docente baseou-se na estratégia da ação comunitária (REQUIXA, 1973) e desenvolveu o conteúdo a partir de vivências em sala, produzindo com os alunos, que faziam o papel de uma suposta comunidade, um projeto de lazer com essa fundamentação.

Essa experiência despertou nos discentes o desejo de repetir a ação junto a alguma comunidade de Campinas ou, como freqüentemente era colocado, apesar do equívoco que carrega o termo (MARCELLINO, 1995a), “na prática”.

O docente comunicou que no semestre subsequente (1º semestre de 1994) seria oferecida àquela turma a disciplina “Tópicos especiais em recreação e lazer I”, que previa em sua ementa⁸ a definição do conteúdo através de um acordo entre docente e discentes. Caso houvesse compromisso do grupo, ela poderia ser utilizada para a implantação de um projeto de lazer comunitário.

Além disso, no 2º semestre de 1994, o currículo previa ainda o oferecimento da disciplina “Tópicos especiais em recreação e lazer II”, que trazia a mesma ementa e poderia ser utilizada para a continuidade do projeto, garantindo um tempo suficiente para o seu desenvolvimento.

⁷ Ementa da disciplina Lazer e Sociedade: As relações entre lazer e trabalho, família, religião e educação. Estudo do lazer relacionado às diversas fases do ser humano: infância, juventude, idade adulta e terceira idade.

⁸ Ementa da disciplina Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I: Seleção de temas, definidos pelo docente e alunos em comum acordo à luz dos acontecimentos que envolvem direta, ou indiretamente a área de Recreação e Lazer.

Diante dessa perspectiva, o grupo de alunos que havia cursado a disciplina “Lazer e sociedade” se reuniu e decidiu que iria encaminhar ao Conselho do Departamento, através de sua representação, a solicitação para que o conteúdo da disciplina “Tópicos I” fosse o planejamento, execução e avaliação de um projeto de lazer comunitário em algum bairro de Campinas, ratificando o acordo prévio que haviam firmado com o professor Marcellino, o docente sugerido para a futura disciplina.

Após as devidas aprovações, iniciava-se em março de 1994, a disciplina “Tópicos especiais em recreação e lazer I”, com o comprometimento, entre alunos e professor, de desenvolver um projeto de lazer em algum bairro de Campinas.

Para que essa proposta fosse levada adiante, algumas ações foram efetivadas logo no início da disciplina, a fim de que fossem garantidas as bases para o desenvolvimento do projeto.

Entre essas ações destaco:

- Comprometimento do grupo: foi realizada uma profunda discussão sobre a ação que seria desenvolvida e a responsabilidade que todos iriam assumir perante o trabalho;
- Cotejo de valores entre as entidades participantes: antes de qualquer contato com a possível entidade parceira, no caso específico a Prefeitura Municipal de Campinas, foi realizado um estudo sobre quais os valores centrais que orientavam a gestão do executivo da época, a fim de saber se eram compatíveis com os do projeto, que tinham como eixo principal a participação popular;
- Definição do bairro: formulada a parceria com a Prefeitura, passou-se a buscar o local em que a ação seria desenvolvida;
- Formulação do “Projeto de ensino, pesquisa e extensão”: confirmados os pontos anteriores, foi redigido um projeto acadêmico com o objetivo de pleitear a

institucionalização da ação junto aos órgãos competentes da Faculdade, para caracterizá-lo não apenas como um projeto de uma disciplina isolada, mas um projeto de ensino, pesquisa e extensão do Departamento e da Faculdade.

Cumprido esses passos, o grupo estava apto a dar início às ações externas, que como veremos foram primeiramente desenvolvidas na cidade de Campinas. Já como assessoria, o projeto também foi realizado nos municípios de Diadema e São José dos Campos.

Em Campinas, as ações desenvolvidas tiveram como eixo básico de orientação o “Projeto de ensino/extensão”⁹ (Anexo B) que previa inicialmente a implantação de um projeto piloto em determinada região da cidade e que, caso obtivesse sucesso, seria reproduzido em cada uma das outras três regiões administrativas da cidade de Campinas.

Após o estabelecimento da parceria com o Setor de Recreação, do Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, o docente e os discentes da disciplina, que logo seriam identificados como a “equipe da UNICAMP”, iniciaram as atividades na Vila 31 de Março, bairro localizado na região leste da cidade e que foi o escolhido para receber o projeto piloto.

Os fatores que influenciaram nessa escolha foram a relativa proximidade do local com a universidade e a existência no bairro de um equipamento específico de lazer municipal em boas condições de conservação e aparentemente sub-utilizado, que poderia ser o centro do desenvolvimento do projeto.

As ações na Vila 31 de Março, que adiante serão detalhadas, desenvolveram-se a partir de março de 1994 até o final do ano de 1995.

⁹ Inicialmente o projeto apenas abarcava o ensino e a extensão. A partir do segundo semestre de 1994, com o desenvolvimento dos primeiros projetos de pesquisa, esta também foi incorporada ao projeto inicial.

Durante esse período, mais precisamente no início do segundo semestre de 1994, aconteceram dois fatos de extrema relevância para o desenrolar do projeto.

O primeiro foi o rompimento da parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, motivado pela ausência e/ou ineficiência desta nas ações em que se propunha realizar. Em substituição à prefeitura, foi estabelecida uma parceria com a 2ª Delegacia de Ensino de Campinas, o que levou o desenvolvimento das ações do “Recreação Comunitária” a partir das escolas estaduais dos bairros escolhidos.

O segundo acontecimento relevante foi o início dos contatos com representantes das prefeituras de Diadema e São José dos Campos, que mais tarde culminaria com o desenvolvimento do projeto também nessas cidades, porém enquanto assessoria e não como uma ação de extensão, que caracterizava o trabalho realizado em Campinas. O interesse dessas prefeituras surgiu após o relato da experiência realizada na Vila 31 de Março durante o Simpósio Internacional de Políticas para a Democratização do Esporte, realizado em Santos - SP, de 02 a 06 de setembro daquele ano.

No início do ano de 1995, já tendo como nova parceira a Delegacia de Ensino, e paralelamente com as ações desenvolvidas na Vila 31 de Março, que nesse momento já não demandavam um acompanhamento tão intenso, iniciava-se na Vila Costa e Silva uma nova frente de trabalho em Campinas.

Posteriormente, durante os anos de 1997 e 1998 e com a equipe de trabalho bastante reformulada (Anexo C), o “Recreação Comunitária” concentrou-se apenas nesse local, que como poderemos verificar na seqüência, foi onde houve a maior continuidade das ações.

Devido principalmente a essa maior continuidade dos trabalhos no bairro, que até hoje ressoam em diversas ações realizadas pela comunidade local, é que a experiência da Vila Costa e Silva será analisada de maneira mais detida no decorrer dessa dissertação.

Foi também no ano de 1995, a partir do mês de abril na cidade de Diadema, e do mês de junho na cidade de São José dos Campos, que se iniciaram duas novas frentes de trabalho, que buscavam implantar em cada um desses municípios, como parte de suas políticas de lazer, trabalho comunitários baseados na metodologia da ação comunitária, a exemplo dos que se desenvolviam em Campinas como uma ação de extensão do Departamento de Estudos do Lazer (DEL/FEF/UNICAMP).

Nessas duas cidades os trabalhos estenderam-se até o final do ano de 1996, quando os detentores de cargos nos poderes executivos vigentes encerraram seus mandatos, o que coincidiu com um outro momento bastante importante do “Projeto Recreação Comunitária”, que foi a formatura de grande parte dos alunos que compuseram o grupo inicial.

Antes porém de iniciar o detalhamento de cada frente de trabalho, com a ênfase já anunciada, discorrerei sobre a metodologia da ação comunitária, visto que ela compôs o pano de fundo de todas as ações desenvolvidas, o que torna sua compreensão essencial à análise das mesmas.

3.3. A estratégia operacional: ação comunitária

Sinteticamente o “Projeto de ensino, pesquisa e extensão: Recreação Comunitária” tinha como objetivo o desenvolvimento de ações ligadas ao lazer junto a comunidades previamente eleitas.

Ora, se nos basearmos apenas no objetivo imediato do projeto, sem nos atermos à sua estratégia operacional e os valores que ela comporta, não iremos encontrar diferenças significativas entre outras diversas ações desenvolvidas no campo do lazer, até mesmo entre aquelas desenvolvidas sob a ótica da indústria cultural.

É na análise detalhada da estratégia “ação comunitária” que poderemos encontrar os elementos que mais fortemente caracterizaram o projeto de extensão desenvolvido.

Vale ressaltar que a ação comunitária não é patrimônio do lazer pois, enquanto estratégia de ação, ela pode ser o pano de fundo para trabalhos nas mais diversas áreas, devendo apenas o seu desenvolvimento ser adaptado conforme as especificidades do campo em questão.

Outra questão essencial que deve ser colocada é que a ação comunitária é apenas um dos elementos que podem e devem estar contidos numa política mais ampla de lazer, principalmente quando a entidade promotora dessa política tenha como um de seus valores centrais a participação popular.

Porém, é de se esperar que na medida em que aumente o número de comunidades e grupos mobilizados atuando nas questões ligadas ao lazer, maior seja a intervenção destes na construção da política mais ampla da área, muitas vezes entrando em choque com os ditos especialistas, ou seja, grupos ou pessoas que, por estarem investidos de determinado cargo ou função, acham-se autorizados a ditar os rumos de políticas que interferem diretamente com o cotidiano de uma população, sem que estes sejam ao menos consultados.

Como podemos notar na definição abaixo, em que Requixa (1973) nos traz o conceito operacional da ação comunitária, podemos notar que a ênfase dada à participação das pessoas envolvidas supera em muito uma mera consulta.

Segundo Requixa (1973) a ação comunitária é

“[...] um trabalho socioeducativo que consiste em uma intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação das lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles

problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo”.

Para que esse conceito se operacionalize na realidade de determinada comunidade¹⁰, é proposto um “*plano geral de ação*” (MARCELLINO, 1996a, p.40), que apresenta três fases distintas, separadas para fins de análise e inter-relacionadas enquanto processo de ação.

A primeira dessas fases

“[...] é a da **deflagração** propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de **atividades-impacto**.

- a ação dos técnicos está presente com muita intensidade, no planejamento, na organização e na execução, buscando estimular e coordenar as iniciativas detectadas na análise da situação”. (MARCELLINO, 1996a. p.40-41, grifo do autor).

A fase de deflagração pode ser dividida também para fins de análise nas seguintes etapas:

- Reunião de sensibilização;
- Curso de capacitação de animadores sócio-culturais;
- Reunião ampliada com a comunidade;
- Organização e realização da atividade-impacto;
- Avaliação da atividade.

A reunião de sensibilização, organizada pela entidade promotora da ação, tem por objetivo iniciar os contatos da equipe técnica com a comunidade local, através da apresentação da proposta de trabalho que se pretende executar.

¹⁰ Entendida de maneira ampla, significa qualquer grupo de pessoas que tenham alguma afinidade entre si, a partir de objetivos comuns, e que ocupem durante um determinado tempo uma mesma base espacial.

O ideal é que já nesse momento se consiga mobilizar um grande contingente de pessoas, principalmente as lideranças do bairro, sejam elas diretamente ligadas à alguma organização ou não. Por ser a primeira reunião e com um caráter bastante plural, é aconselhável que o local de sua realização seja de uso da comunidade como um todo, para que as possíveis pessoas ou grupos interessados não se sintam constrangidos em participar.

“Este primeiro contato, denominado de ‘ação sensibilizadora’, servirá para esclarecer estas pessoas sobre qual o caráter do projeto que poderá vir a ser desenvolvido, quais seus objetivos e como ele é estruturado”. (PAIVA, 1995, p.45).

Cumprida a finalidade desse primeiro contato, que é apresentar a proposta de ação do “Projeto Recreação Comunitária”, explicitando seus objetivos e valores, e buscando apoio dos presentes, agenda-se o “Curso de Capacitação de Animadores Sócio-Culturais” (MARCELLINO, 1994).

Esse curso, desenvolvido normalmente em cinco encontros de 04 horas cada, aborda os principais eixos do projeto (lazer, ação comunitária e trabalho de grupo), buscando prioritariamente aprofundar as reflexões sobre esses temas, em especial o próprio lazer, pois como vimos ainda no primeiro capítulo, é grande a variedade de significados que ele comporta, tanto dentro como fora da academia.

Além disso, o curso de capacitação é um espaço privilegiado para se realizar uma análise da situação do local de desenvolvimento do projeto em relação ao seu tema central, que no caso do “Projeto Recreação Comunitária” é o próprio lazer.

O curso de capacitação trabalha com um grupo de cerca de 25 pessoas da comunidade, dessa forma é necessário que os diversos grupos presentes na reunião de sensibilização estejam representados uniformemente.

Após o curso realiza-se uma reunião com o objetivo de se expandir o grupo de pessoas ligadas ao projeto. Esse momento, denominado de “reunião ampliada com a comunidade”, é organizado a partir do curso de capacitação e de acordo com o definido pelos participantes.

Espera-se que o grupo inicial tenha um significativo aumento quantitativo e também qualitativo em relação à representação das diversas forças presentes na comunidade em questão, pois, com o levantamento da realidade do bairro, que é realizado durante o curso de capacitação, é possível que uma série de pessoas centrais para a comunidade sejam lembradas, muitas delas que sequer tinham contato com a entidade promotora do projeto, que fez o convite inicial.

Um dos motivos para se ampliar o grupo, talvez até mais importante do que se contar com uma maior equipe de trabalho, é o de alcançar as lideranças, formais ou não, que até o momento não se aproximaram do processo.

Com o término do curso de capacitação e a ampliação da equipe, o próximo passo do trabalho é a organização de uma grande festa de lazer, denominada de “atividade-impacto”. Esse nome deriva de um de seus objetivos, que é chamar a atenção da comunidade como um todo para o projeto que ali se realiza, buscando inclusive diversificar e ampliar suas ações.

É interessante registrar que essa atividade de lazer não é significativamente diferente enquanto programação de outras atividades que não tenham seu processo de organização baseado na participação da comunidade. Porém, é justamente nesse processo de organização que se encontra a grande particularidade da atividade-impacto.

Ao invés do *pacote de atividades* muito comum em políticas de lazer, em que a organização promotora do evento já *traz a festa pronta*, no processo de ação comunitária

cada detalhe do evento é discutido e decidido pela comunidade local, que assume o planejamento, execução e avaliação do evento.

Para isso, o grupo que participou da “reunião ampliada com a comunidade” é dividido em três comissões (coordenação, divulgação e materiais), com a responsabilidade de organizar o evento, desde a elaboração de seu projeto, até a viabilização e realização das ações, sempre tomando por base a situação do local em relação à temática do lazer e os valores do projeto, fundados na participação popular.

Após a realização da atividade-impacto, são feitas diversas reuniões de avaliação, buscando-se determinar as ações que tiveram êxito ou não. Com isso o grupo local, que vivenciou todo o processo de organização da atividade, consolida a sua experiência, minimizando as chances de virem a incorrer, em etapas futuras, nos mesmo equívocos que porventura já tenham acontecido.

Com a compilação das avaliações, encerra-se a “fase de deflagração” e, ato contínuo, inicia-se a segunda fase ou “período de carência”, momento em que se busca detectar quais os possíveis caminhos que o projeto pode seguir.

Em relação à participação dos agentes externos na fase de deflagração, o que se constata é que ela se dá de maneira bastante intensa, buscando-se criar um suporte para eventuais deficiências de recursos locais, comuns no início do trabalho.

Porém, a avaliação da intensidade da intervenção externa é subjetiva, cabendo aos próprios técnicos determiná-la, buscando encontrar um equilíbrio entre um afastamento maior, que pode ocasionar uma desarticulação das ações a ser desenvolvidas, e uma presença por demais intensa, que pode sufocar a iniciativa dos participantes locais.

Na primeira situação, a presença intensifica-se na medida em que as pessoas e grupos locais ainda não desenvolveram suas próprias ferramentas, os seus meios e métodos

para resolver os problemas e encaminhar as ações desejadas, o que pode ser construído com base nas discussões e troca de experiências com os agentes externos, que têm por função mostrar os caminhos possíveis e ajudar a trilhá-los. Dessa forma, a presença mais próxima desses técnicos é essencial, inclusive dispendo de recursos para viabilizar os objetivos pretendidos pelo grupo.

Neste momento, um afastamento maior muitas vezes pode ocasionar a paralisação do projeto, pois se, receosa em ferir a autonomia da comunidade, a equipe técnica simplesmente não interferir no desenvolvimento das ações, eventualmente, por falta de uma capacitação adequada dos participantes, elas correm o risco de não se efetivarem.

Dessa forma, todo o discurso baseado na autonomia cai por terra, pois o grupo não obteve sucesso na ação, e a culpa recairá numa suposta incapacidade dele próprio, e não na inabilidade dos agentes externos, que plantaram uma semente sem as condições necessárias para que vingasse.

Porém, essa aproximação não deve sugerir uma realidade muito distante do potencial do grupo e do local, o que também emprestaria ao trabalho um caráter superficial. Por exemplo, se dentro da programação definida pelo grupo de trabalho constarem apresentações musicais, de nada valerá os técnicos externos simplesmente trazerem renomados artistas, sendo que estes, sem o apoio externo, dificilmente poderiam ser contratados pelas pessoas e grupos locais.

Nesse exemplo, seria mais interessante buscar caminhos que no futuro possam ser refeitos, ou seja, descobrir locais em que seja possível conseguir a estrutura para a festa, estabelecer contato com atrações da própria comunidade e, porque não, até verificar a possibilidade de se firmar contatos com promotores, entidades e artistas que se disponham a viabilizar apresentações de maior vulto.

No segundo exemplo citado, o da presença sufocante dos técnicos externos, observa-se o problema inverso ao acima descrito. Muitas vezes por não acreditar no potencial das pessoas envolvidas no trabalho, a instituição e/ou técnicos externos tendem a realizar todas as ações, temendo que qualquer tipo de problema possa levar o projeto ao fracasso.

Essa postura paternalista contribuirá para geração de uma relação de dependência e não de autonomia entre comunidade e agentes externos, em que a primeira não será guindada a posição de agente da ação, ocupando uma posição secundária.

O fato de se evitar a qualquer custo a possibilidade do erro, temendo que as conseqüências sejam necessariamente negativas, não possibilita aos grupos envolvidos o exercício de sua avaliação e superação, o que também é essencial em trabalhos comunitários, independente de seu escopo.

Como colocado, é no espaço entre essas duas possibilidades, expostas propositadamente de forma extrema, que a participação de agentes externos se desenvolverá.

Retomando a descrição das fases da ação comunitária, é de se esperar que a ação técnica comece mais intensa e, no decorrer do trabalho, diminua gradualmente, sendo proporcionalmente inversa à capacidade das pessoas e grupos em desenvolver as ações de forma autônoma.

Na fase de deflagração a presença externa é mais constante, da mesma forma que o aporte ao trabalho é mais intenso. Nas demais fases, essa presença vai diminuindo gradualmente, até o momento que se torna bastante esporádica, ou apenas nos momentos em que o próprio grupo da comunidade a demandar para alguma questão pontual.

Porém, nada impede que, de acordo com as especificidades do local em que o trabalho esteja sendo desenvolvido, essa regra seja subvertida.

A segunda fase do plano geral de ação

“[...] é marcada pela **avaliação dos resultados** da ação, geralmente ocorridos, no que pode ser denominado de **período de carência**;
- aqui, a intensidade da ação dos técnicos já é menor, mas continua presente, através, por exemplo, de contatos, buscando a efetivação de resultados latentes;
- podem ser considerados dois grupos de resultados:
respostas, que estão intrinsecamente ligados aos objetivos da ação, geralmente necessitando de acompanhamento técnico para a continuidade do processo;
reflexos, que independem de acompanhamento, uma vez que são assumidos por grupos ou pessoas, ou podem não estar previstos no planejamento da ação”. (MARCELLINO, 1996a, p.41, grifos do autor).

A ação nesse momento, que normalmente dura cerca de um mês, resume-se à coleta dos resultados que o processo de deflagração possa ter gerado na comunidade em questão, para que na fase seguinte, eles possam ser encaminhados.

A realização de plantões em locais chaves da comunidade, a fim de que as pessoas possam ficar à disposição de grupos que queiram continuar trabalhando no projeto, a realização de reuniões ou mesmo as conversas informais são ferramentas eficazes para se perceber os resultados alcançados.

Nessa fase, a participação dos técnicos externos é tênue, pois ela se dá basicamente através do auxílio na organização dos plantões ou das possíveis reuniões.

Quanto aos resultados obtidos, eles são classificados de duas maneiras distintas: os “resultados-respostas” e os “reflexos”.

Os resultados-respostas caracterizam-se principalmente por já terem sido previamente previstos na fase de deflagração do projeto, tal sua relevância para a

comunidade local. Processo inverso ocorre com os resultados-reflexos, que surgem de forma mais inusitada, não prevista pela organização do processo.

É interessante notar que geralmente o processo de consolidação dos *resultados reflexos* se dá de forma mais rápida que os *resultados respostas*, muitas vezes cabendo aos técnicos externos apenas uma posição de acompanhamento.

Sobre isso Destefani e Grillo (1996, p. 56) colocam:

“Os resultados-resposta necessitam de um acompanhamento direto por parte dos técnicos envolvidos no processo deflagrado em uma comunidade. Estes deverão orientar, informar, promover contatos para a sedimentação das respostas. Acompanharão a formação do grupo, e sua estruturação, até que este se firme como tal, tornando-se autônomo. Um pouco diferenciada será a atuação com relação aos resultados-reflexo da ação. Não raro, a iniciativa parte da própria comunidade que se estrutura e se organiza de modo a exigir menor intensidade na atuação dos técnicos. Geralmente, os grupos de interesse mobilizam-se e comunicam a iniciativa já em andamento”.

O fato de não terem sido anteriormente previstos não significa que os *resultados reflexos* não sejam relevantes para a comunidade local. Ao contrário, muitas vezes por serem uma aspiração nova, latente entre as pessoas envolvidas, mas não detectada anteriormente, surjam com mais intensidade que os resultados já esperados.

Terminado o período de carência é elaborado entre os participantes do projeto um plano de continuidade, que objetivará a consolidação dos resultados obtidos.

Essa fase, segundo Marcellino (1996a, p.41, grifo do autor)

“[...] caracteriza-se como **continuidade** da ação, com a retomada dos resultados dependentes, num período de **sedimentação**, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de **autonomia**, onde o acompanhamento será levado a efeito a título de **reciclagem**”.

Dessa forma, após a realização do período de deflagração, marcado pela capacitação de membros da comunidade para execução da ação inicial (atividade-impacto), processo

que incentivará a mobilização de grupos de acordo com seus interesses, agora, na continuidade, inicia-se o processo de afastamento dos técnicos externos, com os grupos assumindo plenamente a responsabilidade por suas ações.

Esse afastamento porém, é cercado por uma série de cuidados, entre eles e talvez o principal, o estabelecimento de novas ações de capacitação, agora de acordo com o objetivo específico de cada grupo.

Essa nova capacitação pode se dar de variadas formas, mas sempre respeitando a demanda colocada pela comunidade, ou respeitando as

“[...] características dos grupos envolvidos e a cultura local, para não correr o risco de ignorar resultados que apareçam e que sejam diferentes de suas expectativas (dos técnicos externos) ou de insuflar manifestações que não sejam vontade da comunidade”. (DESTEFANI e GRILLO, 1996, p. 57).

Ações como o desenvolvimento de cursos de capacitação específicos e o estabelecimento de canais de comunicação entre os grupos locais e outros congêneres, que já possuam uma estrutura consolidada na área, são exemplos que podem ser implementados nessa fase de continuidade.

Novamente o técnico externo deve se colocar entre o apoio às ações propostas pela comunidade, através dos grupos configurados, e o distanciamento destas, buscando o desejado equilíbrio, que leve ao fomento das iniciativas, e não ao seu sufocamento.

Nesse momento deverá prevalecer uma espécie de afastamento atencioso que, mesmo guardando uma certa distância, esteja atento para prestar apoio ao grupo, assim que ele necessite. Dessa forma, com o transcorrer do tempo, essa distância irá continuamente sendo ampliada, até o momento em que o grupo conquiste sua plena autonomia de ação.

A partir desse momento se estabelece uma nova relação entre comunidade e instituição promotora da ação, em que essa última retira-se completamente do trabalho, colocando-se contudo, à disposição para novas intervenções, quando assim for demandado pelos grupos locais, visando à solução de problemas pontuais do próprio grupo ou da ação que ele desenvolve.

Finalmente, vale mais uma vez ressaltar que, apesar do fato do processo de ação comunitária ser dividido em três diferentes fases, na sua realização isso pode se apresentar de uma forma menos clara, não raro sobrepondo-se ações típicas de uma fase em outra. Cabe essencialmente ao técnico externo ter a sensibilidade para administrar esse processo, sabendo que o objetivo último da ação é “[...] sensibilizar, capacitar e conscientizar as pessoas para atuarem em grupo, buscando o encaminhamento de soluções de seus problemas ou realizações de suas aspirações” (DESTEFANI e GRILLO, 1996, p. 58).

O desenvolvimento do processo de ação comunitária, bem como a observação dessas possíveis variações de seu desenvolvimento, poderá ser observado nas páginas subsequentes, momento em que descreverei e analisarei as experiências realizadas.

3.4. A experiência da Vila 31 de Março

Local escolhido para o início dos trabalhos do “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”, a Vila 31 de Março é um bairro periférico de Campinas, pertencente à Região Leste da cidade, próxima à Rodovia Dom Pedro I, entre os shoppings centers Iguatemi e Galeria.

Apesar da proximidade com dois dos principais centros de consumo da cidade, a população da Vila 31 de Março é predominantemente de classe média baixa, o que contrasta com a exuberância dos shoppings e dos condomínios fechados que a cercam.

Acentuando esse contraste, e também vizinha do bairro, está a Vila Brandina, a maior favela da cidade.

Em relação a equipamentos de lazer, destaca-se no bairro a Praça de Esportes “Dr. Roberto Ângelo Barbosa”, um equipamento municipal que na época encontrava-se em satisfatório estado de conservação, com potencial para atender a demanda do bairro todo, mas que era pouco utilizado.

As primeiras ações no local ficaram a cargo de técnicos da Prefeitura Municipal, que tiveram a função de chamar o maior número de moradores para a reunião de sensibilização.

Tanto na primeira reunião, quanto no curso de capacitação que se seguiu, o número de pessoas da comunidade foi bastante reduzido, o que levou inclusive ao cancelamento do início do curso na data prevista, como uma forma de se buscar alcançar um número maior de participantes da comunidade.

Sem obter êxito com a prorrogação da data, o curso de capacitação se iniciou com apenas duas pessoas do bairro, ambas funcionárias da prefeitura. Também estavam no local outras 06 pessoas vinculadas ao poder executivo, além da própria equipe da UNICAMP, composta por 10 alunos e o professor coordenador.

Como é previsto no plano geral de ação que o número de participantes do projeto seja significativamente expandido na reunião ampliada com a comunidade, etapa seguinte ao curso, tomou-se a decisão de se realizar a capacitação, mesmo com poucas pessoas presentes.

Esta decisão mostrou-se acertada, visto que na reunião ampliada, verificou-se a presença de cerca de 40 pessoas do local que, ao se engajarem no projeto, viabilizaram a continuação da fase de deflagração.

Esse grupo então foi dividido em três comissões (coordenação, divulgação e materiais), com a responsabilidade de organizar a atividade-impacto, desde a elaboração de seu projeto, até a viabilização e realização das ações, sempre tomando por base a situação do local em relação à temática do lazer e os valores do projeto.

O projeto da atividade-impacto, elaborado inicialmente no curso de capacitação, e aprofundado posteriormente nas comissões, trazia como objetivo geral da ação a “[...] necessidade de se deflagrar um processo de participação popular, orientado pelos valores da democratização cultural, através de uma atividade-impacto, a ser realizada no dia 19 de julho de 1999”(Anexo D).

Ainda nesse mesmo projeto, são explicitados os seguintes objetivos específicos:

- 01 – buscar mecanismos de participação sócio-cultural na gestão de atividades da Praça (Praça de Esportes “Dr. Roberto Ângelo Barbosa”), através da participação mais atuante das lideranças locais e dos usuários.
- 02 – formar grupos de voluntários gerais e específicos;
- 03 – dar início a um processo de minimização das barreiras sociais e culturais para a prática do lazer, na Praça;
- 04 – dar início a um processo de otimização do uso do equipamento do Centro;
- 05 – dar início às discussões de extensão das atividades de lazer da Praça para outros equipamentos não específicos da região;
- 06 – dar início à diversificação dos conteúdos, procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer;
- 07 – dar início ao processo de elevação dos níveis, de conformistas, para críticos e criativos, tanto no gênero da prática, como do consumo ou fruição, quanto do conhecimento.

Pontos como a construção coletiva dos regulamentos dos torneios esportivos que fariam parte da programação, a realização de atividades para as variadas faixas etárias, o envolvimento de alunos da escola vizinha à praça de esportes como monitores, a insistência no aproveitamento de recursos humanos locais, a busca de recursos materiais na própria comunidade, a elaboração de uma programação ampla, que não se voltasse apenas aos interesses físico-esportivos do lazer, buscando atingir os demais (artísticos, manuais,

sociais, intelectuais e turísticos), entre outras ações, demonstraram a preocupação da organização como um todo de se manter coerente com os valores do projeto.

Como é de se esperar num início de projeto comunitário, tanto a UNICAMP, quanto a Prefeitura de Campinas, tiveram participação intensa nesse momento, buscando com isso principalmente colocar-se como suporte para eventuais deficiências de recursos locais.

Finalizados os preparativos, realizou-se nos dias 18 e 19 de junho de 1994, a “Festa na Praça”, a primeira atividade de lazer do “Projeto Recreação Comunitária”.

No período subsequente à atividade, foram realizadas diversas reuniões de avaliação que, juntamente com a tabulação dos questionários aplicados durante o evento, permitiram ao grupo fazer as seguintes considerações:

- de um modo geral os objetivos traçados no projeto da atividade foram alcançados, ou seja, a atividade cumpriu sua função de despertar, ainda que de forma inicial, a preocupação da comunidade para a questão do lazer;
- 129 pessoas envolveram-se na organização e realização da atividade, seja de forma profissional ou voluntária, com destaque para a participação dos alunos da E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima”;
- o público presente superou em muito as expectativas colocadas no projeto da festa, ou seja, bem mais de 3.000 pessoas estiveram presentes no local, durante os dois dias da atividade;
- o trabalho das comissões ocorreu de forma satisfatória. Notou-se em alguns casos que a participação da Prefeitura Municipal, através de seus serviços e técnicos, muitas vezes ficou a desejar;

Com a compilação das avaliações, encerrava-se a fase de deflagração do “Projeto Recreação Comunitária” e, ato contínuo, iniciava-se o período de carência, momento em que se buscava detectar quais os possíveis caminhos que o projeto poderia seguir.

Na seqüência dos trabalhos, através da realização de plantões, em que membros da comunidade e da universidade buscaram verificar quais as repercussões da primeira fase do projeto, ou melhor, quais os resultados alcançados, detectou-se a possibilidade de se trabalhar junto a cinco grupos prioritários, e para isso agendou-se novas atividades de lazer, no formato de festas abertas à comunidade, e que buscariam abarcar especificamente temas relacionados a esses grupos.

Dessa forma, as ações da continuidade ficaram estruturadas com as seguintes atividades:

- “Criança na praça”: atividade voltada ao público infante-juvenil;
- “Forró na praça”: atividade voltada para a terceira idade;
- “Torneio enxadrístico”: atividade voltada para um grupo de jovens que demonstrou grande interesse pela atividade durante a *atividade-impacto*;
- “Aniversário da praça”: para o público em geral, buscando otimizar o uso da praça de esportes;
- “Mulher e esportes na praça”: atividade voltada ao público feminino.

Dessas cinco novas frentes de trabalho, três haviam sido previstas durante a fase de deflagração, configurando-se pois como resultados-respostas. As outras duas, o “Torneio enxadrístico” e “Mulher e esportes na praça” surgiram por conta de resultados reflexos detectados somente após a *atividade-impacto*.

Durante a organização da *atividade-impacto*, um fato interessante ocorreu em relação ao xadrez. No momento de se escolher quais atividades constariam da programação,

os técnicos da prefeitura colocaram à disposição da organização um rol de possibilidades que eles estavam acostumados a oferecer durante seus eventos e, dentre essas atividades, figurava o xadrez. No momento em que a organização optou pelo xadrez, esses mesmos técnicos comentaram que talvez a atividade não fosse indicada para o local, visto tratar-se de um bairro de classe média baixa, e devido a isso, não atrairia interesse dos participantes.

Os outros membros da organização que estavam responsáveis por definir a grade da programação, discordaram e acharam interessante manter a atividade, que foi então desenvolvida durante a atividade-impacto.

Para a surpresa dos técnicos da prefeitura houve uma grande procura pelos tabuleiros de xadrez, em especial por parte de um grupo de alunos de uma escola estadual vizinha, que ao lado do monitor da prefeitura, também ajudaram a desenvolver a atividade.

Após a atividade, esse mesmo grupo engajou-se na organização do projeto e demandou a realização de uma atividade específica para o tema, que seria a propulsora para a formação de uma Associação Enxadristica no bairro.

Em relação à atividade voltada para as mulheres, ela decorreu do interesse demonstrado por um grupo de jovens que se sentiram preteridas na atividade-impacto, visto não haver na programação um torneio de futebol específico para mulheres. Para contornar a situação foi organizado um torneio relâmpago durante a festa e, posteriormente, já na fase de continuidade, jovens ligadas a grupo passaram integrar o projeto.

Durante o processo de organização da primeira atividade da fase de continuidade, a festa “Criança na praça”, ocorreram uma série de atritos envolvendo de um lado os técnicos da prefeitura municipal e de outro os membros da comunidade e da universidade.

O principal fator de tensão era que a prefeitura, através de seu corpo técnico, muitas vezes não demonstrava empenho na realização das atividades que estavam sob sua responsabilidade, o que causou em vários momentos problemas na organização do evento.

Na mesma época, o grupo da UNICAMP iniciava as negociações para iniciar uma nova frente de trabalho, em outra região da cidade, como previsto no projeto acadêmico inicialmente elaborado. Também durante esse processo de discussão houve uma série de atritos com a instituição parceira, causados especialmente pelo não comparecimento em reuniões agendadas para se definir os próximos passos do “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”.

Esses dois fatores, especialmente o primeiro, levaram a um rompimento da parceria entre UNICAMP e Prefeitura Municipal, sendo que na Vila 31 de Março essa decisão foi tomada juntamente com a comunidade envolvida, que também optou pelo rompimento, inclusive com mais afinco que a própria universidade.

Com essa nova configuração, agora sem o apoio da Prefeitura Municipal, foi necessário buscar alternativas para que o projeto pudesse ter continuidade, tanto na Vila 31 de Março, quanto em outras frentes que iriam se iniciar.

Especificamente na 31 de Março, a solução foi estabelecer uma parceria com a direção da E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima”, que no momento já funcionava como o local em que eram desenvolvidas as reuniões do grupo e passaria a também receber as atividades anteriormente agendadas.

Outra possibilidade que se apresentou foi junto à “Obra social do Parque Brasília”, uma entidade assistencial ligada à Igreja Católica, que se prontificou a ajudar na continuidade do projeto, do qual haviam tomado conhecimento informalmente através da atividade-impacto. Além do apoio, também ocorreu o engajamento do “JURIC – Jovens

Unidos Realizando Ideais Cristãos”, ligado à “Obra social”, que passou a fazer parte da organização do projeto no bairro, configurando-se com mais um resultado-reflexo.

O “Projeto Recreação Comunitária” tomava dessa maneira uma nova configuração na Vila 31 de Março, tendo que se adaptar a essa nova realidade que se impunha, o que gerou alterações inclusive nas atividades propostas, que passaram a ter a seguinte configuração:

- “Baile à moda antiga” (19/11/1994): atividade voltada para a terceira idade;
- “Festival Enxadristico Cuca Fresca” (27/11/1994): que marcou o lançamento da associação de xadrez pelo grupo de alunos;
- “Festa no Parque” (08/12/1994): atividade realizada na “Obra Social do Parque Brasília”, a partir do envolvimento do grupo de jovens do local;
- “Mulher e esportes” (18/12/1994): atividade voltada ao público feminino.

Excetuando-se a atividade “Festa no Parque”, todas as outras foram realizadas na E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima” e devido ao acúmulo de trabalho, a última atividade prevista (Mulher e esporte) foi transferida para o ano seguinte.

Realizada essas atividades, planejou-se para o próximo ano a seqüência dos trabalhos da fase de continuidade, que agora seriam dirigidos para quatro grupos em especial: Grupo de Idosos, Associação Enxadristica, Grupo de Alunos da E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima” e Grupo de Jovens do Parque Brasília.

Devido à grande flutuação de pessoas no projeto durante a fase de deflagração e posteriormente na fase de continuidade, e os problemas em termos da diferença de experiência e treinamento entre os membros da equipe daí advindos, o grupo optou pela realização de um novo Curso de Capacitação de Animadores Sócio-Culturais, logo no início de 1995.

Após o curso de capacitação, os participantes retomaram a organização da atividade “Mulher e esportes”, visando com isso cumprir o estabelecido no ano anterior e solidificar os grupos que agora se separariam de acordo com seus interesses específicos.

Desses grupos, os que seguiram com suas atividades com um período mais longo foram a “Associação Enxadristica Cuca Fresca” que chegou a se filiar na Liga Campineira de Xadrez e a participar de torneios intermunicipais. Além disso, conseguiu estabelecer uma sede na E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima”, que funcionava inclusive aos finais de semana, desenvolvendo entre outras atividades, uma escolinha de xadrez para crianças do bairro.

Também o grupo de jovens ligados à “Obra Social do Parque Brasília” também teve uma considerável continuidade, principalmente devido à sua ligação institucional já estabelecida, o que lhe garantia maiores condições de trabalho. Além disso, o grupo já era estruturado antes de se engajar no “Recreação Comunitária”, servindo esse principalmente para solidificar sua organização interna.

O grupo de idosos permaneceu organizado durante todo o ano de 1995, realizando inclusive atividades próprias e estabelecendo uma relação bastante próxima com um grupo de idosos ligados ao SESC de Campinas, que participou da atividade “Baile à moda antiga”.

Em meados de 1996, porém, com a saída de uma de suas lideranças, devido à sua mudança de residência para outra região da cidade, o grupo foi gradualmente desmobilizando-se.

Em relação ao grupo de alunos da E.E.P.S.G. “Joaquim Ferreira Lima”, este praticamente não se efetivou.

Finalizavam-se assim as ações do “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” na Vila 31 de Março, que, independente dos desdobramentos que teve, na minha opinião modificou a prática social de seus participantes, o que não foi analisado neste trabalho, por não ser o seu foco principal de análise.

Porém, além das ações desenvolvidas no bairro, fora dele, o projeto também foi responsável por uma série de desdobramentos acadêmicos. Como já colocado anteriormente, o projeto fez parte do conteúdo das seguintes disciplinas de graduação da Faculdade Educação Física/UNICAMP:

- Disciplina MH 711 - Tópicos especiais em recreação e lazer I;
- Disciplina MH 712 - Tópicos especiais em recreação e lazer II;

Também foi objeto das seguintes monografias apresentadas como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Educação Física, na modalidade Recreação e Lazer, UNICAMP. Parcialmente financiadas pelo SEED/MED. Todas as monografias abaixo também foram publicadas nos Anais do I Ciclo de Monografias de Graduação da FEF/UNICAMP.

- Andréia Destefani: Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado resposta - um estudo de caso.
- Cristiane Pereira: Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de extensão das ações, a partir do local de deflagração - um estudo de caso.
- José Luís de Paiva: Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização da fase de deflagração - um estudo de caso.
- Luis Eugênio Lázaro Nogueira: Lazer e ação comunitária – análise de espaços e equipamentos, a partir da visão do usuário.

- Maria de Fátima dos Santos Grillo: Lazer e Ação Comunitária: a operacionalização do processo de viabilização de um resultado reflexo – um estudo de caso.
- Paula Cristina C. Silva: Lazer e ação comunitária: o processo de reciclagem de animadores culturais profissionais.

Além das monografias, o projeto também deu origem às seguintes pesquisas de iniciação científica:

- Andréia Destefani: Subsídios para uma política setorial de lazer em Campinas-SP - a questão da interdisciplinaridade / Agência Financiadora: PIBIC / 07-95 a 07-96.
- Maria de Fátima dos Santos Grillo: Lazer e Ação Comunitária: a questão da participação popular - entre a vontade e a ação / Agência Financiadora: PIBIC / 07-95 a 07-96.
- Paula Cristina da Costa Silva: Lazer e Ação Comunitária: o processo de reciclagem de animadores profissionais / Agência Financiadora: FAPESP / 1994/1995.

A experiência da Vila 31 de Março ainda foi apresentada pelos participantes do projeto, seja individualmente ou coletivamente, em inúmeros congressos da área, tanto nacionais, como internacionais.

Um outro espaço para discussão e formulação do “Recreação Comunitária” foi o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Privadas Setoriais de Lazer, vinculado ao DEL/FEF/UNICAMP, que contava na sua estrutura com um sub-grupo específico que tratava do tema Lazer Comunitário.

Finalmente, o livro “Políticas Públicas Setoriais de Lazer - o papel das Prefeituras”, organizado pelo professor Nelson Carvalho Marcellino, publicado pela Editora Autores Associados, no ano de 1996, também traz relatos da experiência aqui descrita.

3.5. A experiência da Vila Costa e Silva

No segundo semestre de 1994, já com as ações na Vila 31 de Março em sua fase de continuidade, foram iniciados os entendimentos entre grupo da UNICAMP e Prefeitura Municipal de Campinas, visando estender o “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” para uma outra região da cidade.

Após a realização de uma série de reuniões preparatórias para a deflagração da segunda frente do projeto, que realizar-se-ia no Jardim São Marcos, a parceria com a prefeitura foi terminada.

Posteriormente a esse rompimento, o grupo da UNICAMP resolveu escolher um outro local para a realização da ação, o que levou ao estabelecimento de contatos com a diretora da E.E.P.S.G. “Prof^o Adalberto Prado e Silva”, localizada na Vila Costa e Silva, também pertencente à Região Norte da cidade.

Paralelamente a isso, foram formalizados contatos com a 2^a Delegacia Regional de Ensino, buscando o apoio desta para o projeto “Recreação Comunitária”, o que se cumpriu efetivamente.

Terminada as providências preliminares, que viabilizaram o início da ação, realizou-se no dia 09 de novembro de 1994 a reunião de sensibilização junto a lideranças da comunidade, o que é, como vimos, a primeira ação da fase de deflagração de um projeto de ação comunitária.

Realizou-se na E.E.P.S.G. “Prof^o Adalberto Prado e Silva”, no final do mês de novembro o curso de capacitação de animadores sócio – culturais, com uma presença bastante significativa de pessoas, tanto em número (18), quanto em representatividade comunitária, visto que vários participantes pertenciam a entidades do bairro.

Devido à proximidade do final do ano, período em que a mobilização comunitária é dificultada pelos seguidos feriados e as constantes viagens, o grupo de trabalho formado pelos moradores locais e a equipe da UNICAMP decidiu interromper os trabalhos do projeto durante as festas de final de ano e retomá-lo no início de janeiro, quando então seriam realizados os demais passos da fase de deflagração.

Dessa forma, no dia 17 de janeiro de 1995, após uma reunião preparatória entre os participantes do curso de capacitação, realizou-se a reunião ampliada com a comunidade da Vila Costa e Silva, passo fundamental para a organização da atividade-impacto.

Com o grupo ampliado e posteriormente dividido nas três comissões de trabalho (coordenação, divulgação e materiais) realizaram todos os preparativos para a atividade-impacto, que no local teve o tema “USUCAPIÃO – Costa e Silva 25 anos – DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA” (Anexo E) que, ao comemorar o aniversário do bairro, também buscou chamar a atenção para um problema bastante grave no local, que era a ocupação da praça central do bairro pelo tráfico de drogas, que inclusive utilizava-se do espaço para a prática de assassinatos.

Os objetivos construídos pelos participantes do projeto para essa atividade indicavam a necessidade de se iniciar um processo de ocupação da praça central do bairro, a fim de que a mesma pudesse se configurar como um espaço para a prática constante de atividades de lazer, minimizando assim um outro problema encontrado no local, que era a quase inexistência de espaços para esse fim.

A programação da festa teve dois aspectos bastante interessantes: o primeiro foi o grande número de apresentações feitas por grupos artísticos e esportivos locais; o segundo foi a participação da “Associação Enxadristica Cuca Fresca”, da Vila 31 de Março, como responsável por ministrar a escolinha de xadrez.

No período de carência que se seguiu à festa, o grupo de trabalho que atuava junto ao projeto pôde colher algumas informações a respeito do impacto da fase de deflagração no bairro. Dentre esses, verificou-se que a população local foi praticamente unânime em afirmar a necessidade de manter uma ocupação periódica da praça.

Também ficou evidente a forte tendência musical presente no bairro, inclusive verificou-se que entre os grupos que se apresentaram na festa, em especial os DJ's, houve um aumento de convites para que participassem de outros eventos.

Um outro traço que caracteriza o bairro em questão é a sua história de organização popular, que sempre girou em torno do Conselho de Moradores, a entidade representativa local.

De tal forma isso estava presente, que naquele momento do “Recreação Comunitária”, os dois grupos que emergiram com mais intensidade tinham uma ligação anterior com o Conselho, que na época encontrava-se desarticulado.

Desses dois grupos, apenas um deles optou por colocar entre os seus objetivos a reestruturação e rearticulação do Conselho de Moradores, o outro preferiu direcionar suas ações para a criação de uma nova associação, que trabalhasse mais diretamente na área da cultura, objetivando mais especificamente ocupar uma outra área do bairro, conhecida como “campão”, um equipamento municipal de lazer voltado aos interesses físico-esportivos, que estava em estado de total abandono, servindo inclusive como ponto de uso e tráfico de drogas.

Diante desse quadro, a estratégia utilizada pelo grupo da UNICAMP para acompanhar os resultados detectados durante o período de carência na Vila Costa e Silva, e colocada na reunião de retomada dos trabalhos realizada no dia 11 de maio de 1995, foi designar pessoas do grupo como observadores de cada uma das possíveis iniciativas.

Além disso, enfatizou-se que o papel da Universidade naquele momento seria o de assessoria às iniciativas surgidas, diferenciando-se assim do papel assumido na fase de deflagração, quando o grupo da UNICAMP teve uma atuação mais acentuada. Uma outra condição para a implementação dos acompanhamentos seria, inclusive, que os grupos do bairro procurassem os alunos que haviam sido designados para acompanhar cada ação.

Essa linha porém, não se manteve no trabalho cotidiano, visto que havia uma grande maleabilidade na relação entre grupos do bairro e da Universidade. Um exemplo disso é que em pelo menos duas iniciativas, as alunas colocadas como referência procuraram os seus respectivos grupos para esgotar todas as formas de contato, não correndo o risco assim de que um trabalho fosse inviabilizado por desencontros.

Das iniciativas detectadas, duas delas, a formação de um grupo com pessoas ligadas à música e a organização dos alunos visando a rearticulação do grêmio escolar, não obtiveram continuidade em suas ações.

Em relação ao trabalho junto aos alunos da E.E.P.S.G. “Profº Adalberto Prado e Silva” visando a formação de um grêmio estudantil na escola, uma das possíveis causas que colaboraram para que o projeto não fosse levado adiante talvez tenha sido um período de greve da Rede Pública de Ensino, que coincidiu com alguns momentos do projeto “Recreação Comunitária” no bairro, o que colaborou para a desmobilização dos interessados.

No que diz respeito ao grupo que tinha por objetivo comum o desenvolvimento de uma programação de atividades que fomentassem as iniciativas musicais no bairro, mesmo após os esclarecimentos das normas adotadas pelo projeto naquele momento e mesmo após uma série de contatos, que envolveram até professoras da E.E.P.S.G. “Profº Adalberto

Prado e Silva”, que se disponibilizaram para trabalhar nessa frente, não houve retorno das pessoas interessadas, o que levou ao cancelamento também desta ação.

Com a não consecução dos trabalhos junto aos alunos da escola e das pessoas ligadas à questão da música, apenas as duas outras frentes demonstravam potencialidade de se consolidar enquanto grupos de interesse.

A primeira delas, aglutinada em torno da rearticulação do Conselho de Moradores do bairro, enfrentou uma situação trágica e inusitada, que num primeiro momento proporcionou uma grande mobilização dos moradores da região, fazendo com que o Conselho voltasse a ser referência entre eles.

Imediatamente ao lado da Vila Costa e Silva, ligando Campinas à Paulínia, passa uma rodovia de tráfego bastante intenso, que também serve de acesso ao Distrito de Barão Geraldo, à UNICAMP e à Rodovia Dom Pedro I.

Nessa rodovia, conhecida em Campinas pelo nome de “Tapetão”, ocorreu no final do 1º semestre de 1995 um grave atropelamento, que vitimou uma criança moradora do bairro. Esse acidente despertou um forte movimento no bairro em prol da construção de uma passarela de pedestres no local, visto que por ali centenas de pessoas atravessam diariamente a pista para ter acesso a um ponto de ônibus localizado do lado oposto ao bairro.

Essa mobilização culminou na interdição da pista por vários dias, o que ocasionou um verdadeiro caos no trânsito de praticamente toda a cidade de Campinas, chamando assim a atenção para o problema da falta de segurança e fazendo com que a solicitação fosse atendida.

Como colocado anteriormente, uma outra consequência desse processo foi a aglutinação de diversas pessoas em torno do Conselho de Moradores, que assim começava a se reestruturar.

A relação do Conselho com o “Projeto Recreação Comunitária” não avançou no mesmo ritmo dos acontecimentos acima. Apesar dos intensos contatos entre essas duas partes, não se conseguiu efetivar até o final do ano de 1995 nenhum processo de assessoria mais contínuo a esse grupo.

Chegou a ser agendado um treinamento de capacitação específico para o grupo, a ser realizado no final do mês de outubro, porém o baixo comparecimento das pessoas ligadas ao Conselho determinou seu cancelamento.

A desmobilização do grupo de alunos da E.E.P.S.G. “Profº Adalberto Prado e Silva”, e o afastamento do grupo ligado ao Conselho de Moradores inviabilizou o desenvolvimento de uma programação de atividades na praça central do bairro, visto que esses dois grupos seriam os pilares para o desenvolvimento da ação.

Finalmente, em relação ao quarto possível grupo detectado durante o período de carência, o que tinha como objetivo comum a criação de uma associação ligada à área cultural, observou-se uma situação bastante diferente das três aqui já relatadas.

Um exemplo disso é que já na reunião de retomada dos trabalhos, realizada no dia 11 de maio, o grupo agendou um novo encontro com a equipe da UNICAMP, a fim de traçar um plano de continuidade de suas ações.

Empenhados em efetivar a criação da Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva, o grupo solicitou uma assessoria direcionada a dirimir as dificuldades relativas ao registro legal da Sociedade e a busca de canais de financiamento público para suas ações. O grupo também buscava ajuda para iniciar a reconstrução do “Campão”, um equipamento esportivo

municipal que se encontrava praticamente abandonado e onde funcionaria a sede da Sociedade.

A partir dessas solicitações, o grupo da UNICAMP conseguiu intermediar algumas reuniões entre os moradores envolvidos e professores ligados à Faculdade de Educação Física da UNICAMP, que tratariam das questões levantadas.

Em janeiro de 1996, após a efetivação desses primeiros passos, a Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva registrou seu Estatuto Social e começou a desenvolver uma série de ações no antigo “Campão”, conseguindo com isso, além de sua reestruturação física, sua efetiva ocupação.

Dentre as ações desenvolvidas na Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva, visto que o próprio espaço passou a assim ser designado, destacam-se:

- obtenção da doação de materiais esportivos e de recreação junto à Faculdade de Educação Física da UNICAMP;
- publicação de informativo da Sociedade (Anexo F) sobre a finalidade e as atividades desenvolvidas pelo grupo;
- elaboração de uma programação de atividades anual;
- realização periódica de reuniões da diretoria aberta à comunidade interessada;
- implementação de escolinhas de iniciação esportiva no local;
- realização de torneios esportivos;
- realização de festas promocionais para obtenção de recursos para a Sociedade;
- realização de atividades de lazer;
- estruturação de grupos de interesse (caminhada e dança, por exemplo);
- reestruturação e reativação da cantina localizada no local;
- estruturação da sede e do almoxarifado da Sociedade;

Com a efetivação dessas atividades, é interessante notar que um dos objetivos iniciais traçados logo na deflagração do projeto no bairro foi parcialmente atingido, ou seja, a comunidade local efetivamente ocupou e desenvolveu uma ação de animação constante em um dos locais do bairro que haviam perdido o direito de uso, devido ao abandono em que se encontrava. O local, porém, não foi a praça central do bairro, como anteriormente previsto, mas o “Campão”, que transformou-se na Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva.

Como relatado na experiência da Vila 31 de Março, o grupo de professor e alunos ligados ao “Projeto Recreação Comunitária” que trabalhou na Vila Costa e Silva passou por transformações marcantes em sua composição, principalmente após o ano de 1996, quando grande parte dos alunos concluiu sua graduação.

O trabalho desenvolvido, porém, não sofreu solução de continuidade por dois motivos principais: o primeiro é que a Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva já tinha plena autonomia em relação às atividades que desenvolvia; e o segundo, que foi em grande parte influenciado pelo primeiro, é que novos alunos se engajaram ao processo, alguns inclusive vinculados à disciplina Estágio Supervisionado, desenvolvida na Faculdade de Educação Física.

A participação da UNICAMP enquanto assessora, através do grupo da “Recreação Comunitária”, prosseguiu de uma forma sistemática até o final do ano de 1998, inclusive com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao projeto. Já durante os anos de 1999 e 2000 o acompanhamento se deu de uma maneira mais esporádica e afastada.

Nesse período é válido destacar que a Sociedade Esportiva e Cultural continuou desenvolvendo suas atividades normalmente, mesmo sem o apoio cotidiano da Universidade, nem tampouco o da Prefeitura Municipal.

Em relação à área, a primeira conquista foi conseguir que a mesma fosse destinada à Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, já que até o momento a mesma não era destinada a secretaria alguma, o que dificultava o desenvolvimento de ações no local. A segunda conquista, foi a instalação da sede do Conselho de Segurança do bairro no interior do equipamento, o que proporcionava uma ocupação mais constante por parte do Poder Público, dificultando assim novas invasões.

Ainda durante o período de invasão, a Sociedade Esportiva e Cultural procurou desenvolver algumas atividades, como o prosseguimento das ações do grupo de caminhada, como uma forma de mostrar que não estava rendida à violência instaurada.

Fruto dessa resistência constante e organização, recentemente, mais precisamente no dia 15 de setembro, a Prefeita de Campinas, durante um café da manhã comunitário, seguido de um culto ecumênico, lançou no local a pedra fundamental para a reforma e reestruturação do espaço, o que marca uma nova etapa na já rica história da Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva.

Como na experiência da Vila 31 de Março, os trabalhos na Vila Costa e Silva também foram objetos de análises em sala de aula ou através de pesquisas.

Em relação às disciplinas, além das já citadas anteriormente no decorrer deste trabalho (Lazer e Sociedade, “Tópicos I e II”), vários alunos da disciplina Estágio Supervisionado em Recreação e Lazer, tiveram no projeto um espaço para desenvolverem suas vivências.

Ligado ao tema, também foram desenvolvidas duas monografias de conclusão de curso (FEF/UNICAMP) e uma pesquisa de iniciação científica.

Monografias:

- Luciana Cristine Okamori: A Educação pelo Lazer num trabalho comunitário - iniciação lúdica aos conteúdos físico esportivos - um estudo de caso.
- Luciana Cristine Okamori: A Educação pelo Lazer num trabalho comunitário - iniciação lúdica aos conteúdos físico esportivos – um estudo de caso. Bolsa de Iniciação Científica SAE-UNICAMP (08/2000 a 07/2001), publicada no Caderno de Resumos do IX Congresso interno de iniciação científica da UNICAMP (CD-Rom / UNICAMP-CNPQ, Campinas-SP, 27 e 28 de setembro de 2001, p.39).

Os trabalhos realizados na Vila Costa e Silva especificamente, ou do “Projeto Recreação Comunitária” como um todo, também foram objeto de discussão no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Privadas Setoriais de Lazer (DEL/FEF/UNICAMP) e apresentados em diversos congressos da área.

3.6. As experiências nos municípios de Diadema e São José dos Campos

Um outro fruto do trabalho desenvolvido em Campinas e que por não se tratar do foco de análise dessa pesquisa, aqui será apresentado de maneira bastante rápida, são as assessorias desenvolvidas nos municípios de Diadema e São José dos Campos.

No mês de setembro de 1994, o grupo de professor e alunos que desenvolviam o “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” apresentou na cidade de Santos-SP, como tema livre do Simpósio Internacional de Políticas para a Democratização do Esporte, o relato da fase de deflagração do projeto na Vila 31 de Março.

Estavam presentes no local representantes das prefeituras municipais de Diadema e de São José dos Campos que demonstraram interesse em desenvolver o projeto em suas respectivas cidades.

Após uma série de contatos preparatórios que buscaram analisar a possibilidade de se concretizar esse objetivo, finalmente estabeleceu-se uma relação de assessoria, na qual o grupo da UNICAMP ficaria responsável por implementar o “Recreação Comunitária” nas respectivas cidades.

Em ambas as cidades, além do desenvolvimento do projeto junto a comunidades locais, foi previsto um período de capacitação junto aos técnicos, visando à formação destes como multiplicadores da ação, quando do término da assessoria.

O desenvolvimento do curso de capacitação junto aos técnicos da prefeitura, com o objetivo da formação de multiplicadores da ação, era diferenciado do curso desenvolvido na comunidade, mesmo que realizado com o mesmo material de apoio.

Em relação ao curso voltado para os técnicos, houve um aprofundamento intenso em relação aos aspectos didáticos presentes na relação entre o ministrante do curso e os participantes, o que denota a preocupação com a consolidação do papel de multiplicador desejado para estes técnicos.

Na cidade de Diadema o projeto foi iniciado em abril de 1995, com o desenvolvimento de um Curso de capacitação para animadores sócio-culturais junto a cerca de 20 técnicos do Serviço de Lazer e Recreação, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Após essa primeira etapa capacitação, foi iniciado no Bairro do Campanário, localizado na região periférica da cidade, um processo de ação comunitária nos moldes dos desenvolvidos em Campinas.

Com o término desta frente de trabalho, outras duas foram iniciadas na cidade, porém foram interrompidas ao final da fase de deflagração, devido à troca dos cargos nos

poderes executivos municipais, o que provocou uma descontinuidade dos trabalhos em andamento.

Já em São José dos Campos, as primeiras atividades foram iniciadas em junho de 1995, seguindo basicamente a mesma estrutura de Diadema, porém com uma dimensão ainda maior. Um exemplo disso é que na fase de capacitação dos técnicos, todos os servidores da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (mais de 100 pessoas) realizaram os cursos.

Em relação à implementação das frentes de trabalho, em São José, foram desenvolvidas duas, sendo que uma num bairro mais periférico e a segunda numa das praças do centro da cidade.

Nas cidades de Diadema e São José dos Campos, a preocupação com a capacitação dos servidores municipais que atuam na área do lazer, assim como o apoio praticamente irrestrito dado ao projeto de ação comunitária, foram aspectos que se sobressaíram na relação entre o grupo que prestava assessoria e os executivos envolvidos, principalmente por contrastar com a experiência anterior desse grupo, por ocasião da realização do projeto na cidade de Campinas.

3.7 – A participação dos discentes

A participação discente no “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária” foi bastante intensa desde o momento de sua idealização, ainda no ano de 1993.

Em todas as fases do projeto os graduandos envolvidos desenvolveram ações ligadas ao andamento das frentes de trabalho, seja diretamente nos bairros, ou através de

discussões em salas de aula ou desenvolvendo pesquisas, sempre sob a liderança, acompanhamento e supervisão do professor Nelson Carvalho Marcellino.

Nos questionários aqui realizados, buscou-se investigar primeiramente quais as principais motivações que levaram os alunos a participar do projeto, visto que pelo menos financeiramente ele não era tão atrativo, pois em grande parte do tempo os alunos não recebiam ajuda de custo alguma.

Exceção a isso foi o financiamento do então Ministério de Educação e Esportes, que forneceu uma verba para aquisição de materiais de consumo e distribuição de bolsas entre os discentes, que apenas foi viabilizado ao final do primeiro ano de trabalho.

Alguns alunos também recebiam bolsas de incentivo à iniciação científica de órgãos de fomento à pesquisa e outros, que participavam das assessorias à Diadema e São José dos Campos, também contavam com uma remuneração pelos serviços prestados.

O ingresso da maioria dos alunos no “Projeto Recreação Comunitária” deu-se após estes terem acesso à metodologia da ação comunitária durante sua graduação. Isso ocorreu na maioria das vezes através da disciplina Lazer e Sociedade, quando ministrada pelo professor Marcellino, que abordava a temática. Também outras oportunidades colocaram os graduandos da Faculdade de Educação Física em contato com o conteúdo do projeto. Um exemplo foram os cursos de capacitação de animadores sócio-culturais, desenvolvidos pelo docente citado junto à empresa júnior da faculdade.

Em ambos os casos, após o conhecimento da temática pelos alunos, acentuava-se neles o desejo de vivenciar o conteúdo em comunidades da cidade, enxergando nessa situação tanto uma possibilidade de mudança da realidade dessas comunidades, quanto uma nova possibilidade de atuação profissional, visto que trabalhos com essa metodologia ainda são raros de se observar.

“Ao tomar conhecimento da existência de uma metodologia como essa, senti-me motivada a colocá-la em prática e trabalhar junto a uma comunidade. Além das condições subjetivas (corpo discente e docente) determinadas condições objetivas contribuíram para o nascimento do projeto: as disciplinas “Tópicos especiais em lazer I e II”, que viriam na seqüência de “Lazer e sociedade” propiciaram um espaço oficial para o desenvolvimento do projeto, a parceria estabelecida com a prefeitura de Campinas e a possibilidade de financiamento do projeto que naquele momento apenas se anunciava”.

Aluno 01

“Aliado a isso, houve também o fato desta metodologia ter em vista a formação das comunidades, em um espaço democrático de discussão sobre o seu lazer para atuarem como cidadãos. Não posso desconsiderar também a possibilidade que o projeto trazia de complementar a formação acadêmica, aperfeiçoando conteúdos discutidos em sala de aula”.

Aluna 02

“Em 1997, eu dei início as disciplinas de Recreação, entre elas Lazer e Comunidade. Através desta disciplina passei a freqüentar a SECCS, através de projeto de extensão coordenado pelo Marcellino. O que me motivou a participar foram os depoimentos da Birigui, Fátima e Ana de Pellegrin na disciplina Introdução aos Estudos do Lazer, em que descreveram seus trabalhos com a comunidade juntamente com minha vontade de trabalhar com pessoas”.

Aluna 09

Após esse impulso inicial, quando perguntados sobre o motivo de sua permanência no projeto, o compromisso assumido com o trabalho e com as pessoas nele envolvidas aparece de forma destacada.

“Minha permanência no grupo se deu por vários aspectos. Primeiramente pelo compromisso assumido pelo coletivo em desenvolver um projeto de ação comunitária em um bairro de Campinas (Vila 31 de março) e, após um tempo, estendê-lo a uma outra comunidade (Vila Costa e Silva). Uma vez que assumimos essa responsabilidade tivemos que arcar, juntamente com o coordenador do grupo, com o prosseguimento dos projetos da melhor forma possível e no tempo em que havíamos determinado que seria necessário. Uma segunda motivação foi ligada ao meu envolvimento com um trabalho de iniciação científica que acabou se tornando minha monografia de final de curso para obtenção do título de bacharel em educação física, na área de estudos do lazer, e que tratava da participação dos funcionários da Prefeitura Municipal de Campinas nas atividades de lazer proporcionadas pelo governo municipal – especificamente eu

estudei a participação dessas pessoas nas ações ligadas ao projeto de extensão comunitária na Vila 31 de março”.

Aluno 14

Do conjunto de alunos em que apliquei questionários, grande parte desenvolveu pesquisas a partir das experiências vivenciadas no “Recreação Comunitária”, porém muitos deles estabeleceram um outro vínculo com o projeto, que variou desde a ligação com a disciplina em que estava matriculado no período, até a ampliação de conhecimentos neste campo de atuação, visando uma inserção futura no mercado de trabalho.

A participação cidadã, a possibilidade de entrar em contato com o cotidiano de um bairro e poder desenvolver trabalhos em conjunto com as comunidades locais, o que se contrapunha fortemente com a formação ascética que recebiam na faculdade, perpassou grande parte das opiniões emitidas pelos alunos, que viam nesse processo uma chance ímpar de crescimento pessoal e profissional.

Um terceiro ponto investigado nos questionários foi em relação aos frutos que o projeto proporcionou a seus participantes. Nesse caso específico houve questões bastante diversas, não apontando para uma única direção.

Foi muito citado o retorno acadêmico proporcionado pelo projeto, que se materializou através de pesquisas, apresentações, capítulos de livros, entre outros. Também ligado a essa questão, o projeto ajudou a alguns alunos a reafirmar sua opção pela área de lazer como campo profissional de atuação.

“Desenvolvi dois projetos de pesquisa de iniciação científica sobre o tema, um deles servindo como trabalho de fim de curso, trabalhos de assessoria para implantação de projetos de ação comunitária, para as prefeituras de Diadema e São José dos Campos, participação em grupos de pesquisa, apresentação de trabalhos em congressos e publicação de um artigo num livro sobre políticas públicas. Além disso, tive a possibilidade de trabalhar com pessoas excelentes, profissionais experientes que puderam aumentar ainda mais o meu repertório através da troca de experiências. Algumas dessas pessoas tenho como amigas até hoje.

Conhecer pessoas já engajadas profissionalmente e da própria comunidade com experiências de vida muito ricas, também reforçaram a idéia de que existem muitas maneiras de aprender”.

Aluno 13

Finalmente, quando instados a responder sobre a participação em outros projetos do tipo e a tecer críticas e/ou sugestões sobre o “Recreação Comunitária”, surgiram questões bastante interessantes, principalmente quando foram efetuadas comparações com outros projetos de que participaram.

Nesse caso nota-se que a principal diferença entre o “Recreação Comunitária” e o Projeto Rondon e o Universidade Solidária, nas experiências relatadas, foi que os dois últimos não tinham uma metodologia de trabalho clara, o que impingia à ação características assistencialistas, quando não levavam propriamente ao fracasso do trabalho.

“Há inúmeras diferenças entre essas experiências e a referente ao objeto de estudo dessa pesquisa. Entre outras questões, a possibilidade de atuar aqui junto com as pessoas da comunidade, a partir de seus interesses e expectativas procurando formar pessoas atuantes, cidadãs, ao contrário dos projetos citados acima, aonde chegávamos com o receituário pronto, atuando dentro de uma perspectiva assistencialista, sendo as atividades recreativas desenvolvidas como um elemento aglutinador das crianças e seus pais para as outras ações preparadas. Além disso, não havia uma metodologia clara, nem uma capacitação dos alunos dentro dessa metodologia para atuar junto às comunidades”.

Aluno 06

Em relação às considerações gerais, poucos alunos acrescentaram dados aos que já haviam relatado, exceto em dois casos. No primeiro, apontou-se para a necessidade da avaliação constante da própria metodologia, visando à melhoria principalmente dos materiais didáticos.

O segundo caso, com o qual encerro esse capítulo, sintetiza em grande parte o que significou o projeto para os alunos e qual a importância do mesmo em suas vidas acadêmicas:

“Muitas vezes o andamento do projeto sinalizou falhas em nossa formação acadêmica, provenientes de conteúdos mal desenvolvidos em outras disciplinas. Como ensino, pesquisa e extensão se complementavam, tivemos a oportunidade de minimizar tais carências”.

Aluno 02

Considerações finais

Como relatado na introdução deste trabalho, minha proximidade com a temática da extensão universitária remonta ao período de minha graduação, quando tive diversos envolvimento com a questão. Além disso, também após minha formatura, outras oportunidades de trabalho nessa área surgiram, o que culminou na apresentação deste estudo.

A primeira dificuldade encontrada em relação à temática extensão é a confusão de entendimentos que ela comporta. Nesse trabalho, longe de se pretender apresentar um conceito inédito sobre o tema, foi feito um resgate de alguns aspectos já trabalhados por especialistas sobre o assunto, procurando com isso estabelecer as linhas gerais que considero relevantes para abordar a extensão.

Pudemos observar no capítulo inicial que uma série de aspectos históricos que permearam a instituição da extensão na Universidade Brasileira, em muito nos ajuda a entendê-la atualmente, principalmente no que diz respeito à relação da Universidade com os grupos sociais que a cercam e permeiam.

Sobre isso, é sintomático o fato de que a extensão é criada como uma forma de aumentar a ação da universidade para com os grandes e explorados extratos de nossa sociedade. Porém, esse processo foi gestado a partir da própria universidade, ou seja, por aqueles que foram os agentes e usufruidores da elitizada estrutura universitária. Mudou-se para não se mudar nada.

Saviani (1995) é enfático ao afirmar que a extensão deve não só atender prioritariamente os grupos sociais menos favorecidos economicamente, como a relação

estabelecida entre universidade e comunidade não pode se pautar no assistencialismo, gerador da dependência e não da autonomia.

O desenvolvimento de projetos de extensão na perspectiva “não extensionista”, defendida por Saviani (1995), não é um mero favor da universidade para com esses grupos, mas sim uma obrigação, visto que são justamente esses segmentos que, apesar de historicamente alijados enquanto classe de pertencerem aos bancos universitários, contribuem significativamente para sua manutenção, através do sistema de recolhimento de impostos.

Superando-se o assistencialismo, os acadêmicos envolvidos em trabalhos de extensão deverão estabelecer uma via de mão dupla com a comunidade, buscando refletir e aprender junto com seus membros e com as possibilidades que se descortinarão na vivência do projeto, bem como encaminhar as ações no local, respeitando e valorizando a sua cultura.

Porém, a extensão é parte integrante de uma estrutura universitária, e só se justifica a partir do momento em que estiver integrada com os demais serviços dessa universidade, ou seja, o ensino e a pesquisa. Para isso, em linhas gerais, a realidade vivenciada nos trabalhos de extensão deve ser cada vez mais objeto das pesquisas acadêmicas, para que, como conhecimento sistematizado, possa ser debatida nas salas de aula.

A interligação entre ensino, pesquisa e extensão no interior das universidades é um importante instrumento quando se objetiva redimensionar a própria ação da academia, visto que, paralelamente com outras medidas, poderão apontar para uma efetiva democratização do Ensino Superior em nosso país.

Na UNICAMP porém, quando analisado seu Estatuto Geral, não se percebe uma clareza para designar o que se entende por extensão, nem para apresentar quais deveriam

ser suas especificidades. Ao contrário disso, observa-se uma acentuada confusão da extensão com o ensino, em que a primeira aparece muitas vezes como apêndice do segundo.

Além disso, a própria terminologia utilizada nos Estatutos Gerais da Universidade transparece uma postura assistencialista em relação aos possíveis grupos com que a universidade possa a vir trabalhar, em especial os menos favorecidos economicamente.

Esse mesmo tratamento também pode ser observado na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, a partir da análise de seu Regimento Geral. Apesar de incorporar termos menos carregados de um caráter assistencialista, como os observados nos Estatutos Gerais da Universidade, o Regimento da FEF não difere deste de forma intensa.

É somente no Projeto Acadêmico do Departamento de Estudos do Lazer, pertencente à Faculdade de Educação Física, que a extensão recebe um novo dimensionamento, que se destaca tanto da Universidade como da Faculdade, por tratar a extensão de forma mais equânime em relação ao ensino e à pesquisa, além de enfatizar o papel desta a partir da perspectiva “não extensionista” de Saviani (1995).

Vimos também que as ações de extensão podem também ser consideradas como um embrião de políticas culturais, quando fomentam formas de intervenção na realidade cultural de uma determinada comunidade.

Assumir essa posição porém, demanda que a própria visão de cultura seja firmada em bases diferentes da do senso comum ou da de outros entendimentos equivocados. Demo (1982) aponta três principais equívocos quando do trato da cultura: cultura reduzida à apenas à cultura da elite, ou a *artes e espetáculos* ou entendida como manifestação supérflua.

Essas três considerações que reduzem a amplitude da questão cultural, não consideram que os grupos envolvidos nos trabalhos de extensão sejam vistos como construtores de sua própria cultura, o que é justamente o preceito básico para a intervenção da universidade na realidade local.

Vimos que Macedo (1982, p.35) traz um outro conceito de cultura, que dá uma nova dimensão à questão, ou seja, a vê como um processo dinâmico que têm sua gênese no interior dos diversos grupos sociais e mesmo nas comunidades que os compõem.

Por consequência temos que uma ação que parta da universidade, que busque dialogar com determinada comunidade, tendo por base a cultura desta última, porém sem se restringir a ela, pode fomentar, a partir do contato entre esses dois saberes, novas possibilidades, tanto para a cultura, quanto da própria universidade.

Finalmente no primeiro capítulo deste trabalho, vimos que essa possibilidade de fomento de uma política cultural através de ações de extensão pode se dar de forma privilegiada no campo do lazer, a partir de faculdades de Educação Física.

Essa alternativa de intervenção e as possibilidades que dela se descortinam foram analisadas a partir de um projeto de extensão específico, desenvolvido pelo Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, em comunidades da cidade de Campinas.

O “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Recreação Comunitária”, apresentado em detalhes no terceiro capítulo, demonstrou a viabilidade de uma intervenção nos moldes apresentados acima e discutidos com mais profundidade no capítulo inicial deste trabalho, ou seja, desenvolveu uma ação “não extensionista”, baseada na interligação dos três serviços fundamentais da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Enquanto processo de ensino o “Recreação Comunitária” inicialmente versou sobre uma das possíveis áreas de intervenção do bacharel em Educação Física, na modalidade Recreação e Lazer, profissional que se forma a partir do Departamento em que o projeto foi desenvolvido.

Além dessa questão central, o próprio projeto foi ancorado em grande parte de seu desenvolvimento em disciplinas da grade curricular da Faculdade de Educação Física, objetivando com isso criar um espaço de discussão eminentemente acadêmico para refletir sobre a vivência que se desenvolvia nas frentes de trabalho, ou seja, questões que envolviam a postura dos acadêmicos, reflexões sobre as ações desenvolvidas por estes e outros pontos relativos à formação dos alunos que participavam do projeto tinham um espaço adequado para seu aprofundamento.

O conteúdo do projeto também foi e é desenvolvido em diversas disciplinas do curso de graduação da faculdade, principalmente através do relato de seus membros participantes.

Enquanto pesquisa, e esse talvez seja o fruto mais palpável do “Recreação Comunitária”, o projeto possibilitou a construção de uma série de pesquisa de iniciação científica e de monografias de conclusão de curso. Essas pesquisas foram apresentadas em diversos encontros da área da Educação Física e Lazer, além de se encontrarem em grande parte à disposição pública na Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação Física ou em publicações e livros da área.

Finalmente enquanto uma ação de extensão, o projeto teve a oportunidade de intervir diretamente em duas comunidades da cidade de Campinas, criando alternativas de ação na área do lazer, a partir do debate do tema com os participantes do projeto, baseando

essa ação na estratégia operacional da ação comunitária, que foi detalhada no decorrer do presente trabalho.

A própria ação comunitária enfatiza que a postura dos técnicos envolvidos na ação, papel exercido pelos acadêmicos, docente e discentes, no projeto, deve ser fomentadora da competência local, através de uma capacitação contínua, que tem como ponto central o incentivo constante à participação, o que garante que o projeto se desenvolve a partir das demandas locais, e não nas apresentadas pelos agentes externos.

Também é sintomática a postura dos alunos envolvidos em relação ao projeto, em que a grande maioria ressalta que o comprometimento com a ação e a possibilidade de se trabalhar com grupos comunitários como pontos definidores para sua vinculação com o “Recreação Comunitária”.

Isso tudo vai ao encontro com o que foi preconizado neste trabalho sobre qual deve ser o caráter de um projeto de extensão a partir de uma abordagem “não extensionista” e levando-se em consideração sua relação de interdependência com os demais serviços da Universidade.

O conjunto deste trabalho também nos possibilitou a realização de uma reflexão sobre a própria estratégia da ação comunitária, que atualmente apresenta-se como uma importante ferramenta no desenvolvimento de projetos e políticas de lazer, principalmente na área pública.

Sobre essa questão reafirmo aqui a viabilidade do desenvolvimento de projetos com este enfoque, tanto para o desenvolvimento da ação propriamente dita, visto que se estará fomentando a construção de programas de lazer, quanto para a formação cidadã dos participantes, posto que estes assumem papel preponderante na definição da ação, trazendo

para si a responsabilidade e optar pelos caminhos que acharem adequados, o que envolve até mesmo a definição do programas de lazer colocados acima.

Acredito que a principal contribuição deste estudo aos técnicos e às instituições que pretendem desenvolver projetos fundados na ação comunitária, é fornecer elementos para reflexão e ação acerca dos dois traços básicos que acredito serem necessários estar presentes desde o momento da deflagração da ação, que são o estímulo constante à participação e a sensibilidade sobre os caminhos a serem trilhados.

O primeiro ponto simplesmente justifica-se pelo fato de que não existe uma *meia participação*, ou seja, a instituição promotora deve acreditar e fomentar a participação dos grupos envolvidos, o que na maioria das vezes significará a perda do poder tradicional, baseado em ações assistencialistas, que criam uma dependência dos grupos para com essa instituição.

Caso a construção de efetivos canais de participação não seja a linha mestra do projeto, não se estará fazendo outra coisa senão um assistencialismo mascarado em participação, o que muitas vezes é mais perverso que as ações tradicionais baseadas em políticas conservadoras.

No caso específico do poder executivo municipal, verificamos como isso se apresentou em três diferentes municípios, sendo que em um deles, Campinas, o não respeito ao projeto, o que significou o não respeito à participação das pessoas, levou ao rompimento da parceria estabelecida.

A análise da implementação de políticas públicas de lazer em seus variados níveis e o cotejo dessas com o discurso ou a proposta política que direciona tal instituição e seus dirigentes é um campo bastante amplo para novas pesquisas, que poderão verificar a coerência ou não entre esses dois momentos.

A segunda questão, que diz respeito à sensibilidade dos técnicos da instituição promotora, é também essencial visto que qualquer trabalho comunitário está sujeito às mais imprevistas situações.

Vimos que a própria metodologia da ação comunitária pode ser reconstruída a partir da realidade de cada projeto, diante da especificidade de cada local e de cada grupo de pessoas. A busca desmedida em adaptar a realidade local à forma do projeto incorrerá no desrespeito à própria participação dos membros locais, que como vimos, deve ser estimulada e não tolhida.

O “Projeto Recreação Comunitária” teve como ferramenta básica de ação a apostila do Curso de Capacitação de Animadores Sócio-Culturais (MARCELLINO, 1994), um material que tem um grande valor se trabalhado dentro da perspectiva acima e com uma leitura atualizada de seus textos, visto que a maioria deles datam da década de 1980. Uma leitura descontextualizada do material necessariamente levará também a uma análise descontextualizada da realidade, visto aos quase vinte anos que nos separam do momento da escrita dos textos.

A própria reconstrução dessa apostila, atualizando ao momento social que vivemos, coloca-se como um desafio presente aos que forem trabalhar com a metodologia da ação comunitária.

Ainda em relação à ação comunitária, vale enfatizar que ela é um instrumento que compõe uma política pública mais ampla, que como afirmamos, influenciará em muito na configuração dessa própria política, mas ela não deve ser considerada como a política em si, visto que essa é mais ampla e aborda uma outra série de aspectos que não dizem respeito diretamente a esse campo.

Finalmente, espero que esse estudo possa balizar a análise e/ou a implantação de projetos de extensão nas universidades brasileiras, visto que estes têm um papel fundamental na própria reflexão sobre a universidade que queremos e sobre a sociedade em que vivemos, hoje ambas tão esperançosas por mudanças.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1992, 1318 p.
- BOTOMÉ, Sílvio P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, 248 p.
- BRASIL. Lei Federal 5.540 de 29 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 29 de novembro de 1968.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, 292 p.
- CAMARGO, Luis O. L.. *O que é lazer*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 100 p.
- CARVALHO, A. Mello *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa, Compendium, s.d., 263 p.
- CAVALLEIRO, Cristina; SALGADO, Marlene. “Diadema: direitos que vamos construindo”. in: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996. 133 p.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultura do povo e autoritarismo das elites”. in: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José. (Org.) *A cultura do povo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1982, 144 p.
- _____. “Cultuar ou cultivar”. *Teoria e debate*, São Paulo, nº 08, p. 50-56, 1989.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: FAPESP: Iluminuras, 1997. 383 p.
- DEMO, Pedro. *Dimensão cultural da política social*. Recife: Editora Massangana, 1982, 53 p.
- DESTEFANI, Andreia, GRILLO, Maria F. S. “Resposta e reflexo: dois tipos de resultados e suas peculiaridades”. in: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996. 133 p.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo, SESC, 1980, 180p.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Projeto Acadêmico do Departamento de Estudos do Lazer. Campinas: UNICAMP, 1991. (mimeo).
- FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. 134 p.

- FÁVERO, Maria de L. A. *A Universidade Brasileira: em busca de sua identidade*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1977. 102 p.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975, 93 p.
- FREITAG, Bárbara. *Política educacional e indústria cultural*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987, 86 p.
- GARCIA, Walter E. *Educação contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: McGraw, 1976, 277 p.
- GURGEL, Roberto M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 182 p.
- LIMA, Eloi J. S. *A criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. Campinas, 1989. Dissertação (Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas).
- MACEDO, Carmem C. “Algumas observações sobre a questão da cultura do povo”. in: VALLE, Edênio e QUEIROZ, José (Org.) *A cultura do povo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1982, 144 p.
- MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, 198 p.
- MARCELLINO, Nelson C.. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983, 88 p.
- _____. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. Campinas: UNICAMP, FEF, DEL; Brasília: MED, SEED, PFDC, 1994, 48 p.
- _____. *Lazer e educação*. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995, 164 p.
- _____. ‘A Dicotomia Teoria/Prática na Educação Física’. *Motrivivência*, ano 7, no.8, p.73-78, 1995a.
- _____. *Estudos do lazer – uma introdução*. Campinas: Editora Autores Associados, 1996, 100 p.
- _____. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996a. 133 p.
- _____. *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, Autores Associados, 2001, 188 p.
- PAIVA, José L. *Lazer e ação comunitária – a operacionalização da fase de deflagração – um estudo de caso*. Campinas, 1995. Monografia (Bacharelado em Educação Física, modalidade Recreação e Lazer – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas).

- REQUIXA, Renato. *Lazer e ação comunitária*. São Paulo, SESC, 1973.
- ROMANO, Roberto. *Universidade: história e compromisso social*, in: IV Seminários de Atualização, 2001, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 2001.
- SANCHEZ, Luz. H. T. *A Extensão Universitária: o histórico da experiência da UNICAMP*. Campinas, 1996. Dissertação (Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas).
- SANTOS, José L. *O que é cultura*. 9 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, 86 p.
- SÃO PAULO, Decreto Lei Nº52.255 de 30 de julho de 1969. TEXTO. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, de 30 de julho de 1969.
- SAVIANI, Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre Universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995, 110 p.
- SOUSA, Ana L. L. *A história da extensão universitária*. Campinas: Alínea Editora, 2000, 138 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Conselho Universitário. *Deliberação CONSU A-013/93*, de 07 de agosto de 1992.
- VANNUCCHI, Aldo. *Cultura brasileira, o que é, o que se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 141 p.
- www.undp.org.br, 2002.

Anexos

Anexo A – Questionário

Anexo B – Projeto de ensino e extensão: recreação comunitária

Anexo C – Listagem de alunos por fase

Anexo D – Projeto da atividade impacto na Vila 31 de Março

Anexo E – Projeto da atividade impacto na Vila Costa e Silva

Anexo F – Informativo da Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva

Anexo A – Questionário

Questionário

Responsável: José Luis *Luli* de Paiva (Programa de Pós Graduação, Depto. de Estudos do Lazer Faculdade de Educação Física - UNICAMP).

Tema: PROJETO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO RECREAÇÃO COMUNITÁRIA.

Data: ____ / ____ / 2002

Nome: _____

Favor preencher:

Tempo de participação: _____

Locais de atuação: _____

Fases em que participou do projeto: _____

Indicar outros(as) alunos(as) que participaram com você do projeto: _____

1. O ingresso no projeto (motivações e expectativas):

R:

2. A permanência e a participação no grupo (motivações, ligações ou não com o ensino e a pesquisa, definição profissional, formação profissional e formação cidadã):

R:

3. Frutos pessoais (ensino, pesquisa (incluindo participação em congressos, publicações, etc.), continuidade dos estudos - definição profissional – expectativas profissionais - participação cidadã):

R:

4. Se participou de outros projetos de extensão, qual(is) a(s) comparação(ões) que pode(m) ser estabelecida(s):

R:

5. Outras observações (use o espaço para quaisquer outros comentários relacionados ao projeto):

R:

Anexo B – Projeto de Ensino/Extensão: Recreação Comunitária

PROJETO DE ENSINO/EXTENSÃO: RECREAÇÃO COMUNITÁRIA

Faculdade de Educação Física

Departamento de Estudos do Lazer

Docente responsável: Nelson Carvalho Marcellino

1. Objetivo:

Este projeto de ensino é também de extensão, uma vez que se caracteriza como intervenção deliberada, numa determinada comunidade, para a realização de atividades de lazer, a partir da abordagem Ação Comunitária¹¹.

Envolve portanto um processo didático pedagógico de abordagem comunitária, a partir da Teoria Sociológica da decisão¹² e um processo de pesquisa ação¹³, com a participação das Comunidades envolvidas.

O processo didático pedagógico, que o caracteriza como projeto de ensino, procura fornecer elementos que permitam a compreensão dos alunos envolvidos, da abordagem comunitária como uma das estratégias de ação, no campo do lazer, bem como relações com a pesquisa, a partir de sua inserção na comunidade.

2. Desenvolvimento:

O processo é desenvolvido em três fases, interligadas, separadas aqui, somente para fins didáticos¹⁴.

Primeira fase: é a da deflagração propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção, definição de

Notas: ¹¹ A ação comunitária é definida, em síntese, como “um processo de funcionalização de forças latentes e de movimentos causais de uma determinada comunidade, a fim de torná-las socialmente eficazes” (conforme, Renato REQUIXA, Ação Comunitária – SESC São Paulo – s/d.p.16).

¹² Conforme, J. DUMAZEDIER, Planejamento do Lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. SESC, São Paulo, 1980.

¹³ Conforme, Michel THIOLLENT, Metodologia da pesquisa ação. 4ª ed. São Paulo, Cortez/C. Associados – 1988.

¹⁴ Conforme, N. C. MARCELLINO et alli. A participação comunitária na implantação de uma política de lazer. SESC, São Paulo, 3 s/d.

objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de atividade impacto.

Segunda fase: caracteriza-se como continuidade da ação, com a retomada dos resultados dependentes, num período de sedimentação, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de autonomia, onde o acompanhamento será levado a título de reciclagem.

Disciplinas diretamente envolvidas

O projeto foi formulado a partir do interesse dos discentes que cursaram a disciplina “Lazer e Sociedade”. O último tópico temático dessa disciplina – Políticas de Lazer – previa o estudo da abordagem “Ação Comunitária” – (programa anexo).

A partir desse interesse foi decidido pelos corpos docente e discente, em reunião do Departamento, que as disciplinas “Tópicos Especiais em Recreação e Lazer I e II”, teriam como tema, em 1994, “a abordagem comunitária em programações de lazer” – (programas anexos).

3. Projeto piloto:

A partir da análise de várias alternativas de ação, o corpo discente optou por realizar o trabalho em conjunto com o Setor de Recreação, Do Departamento de Turismo, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, da Prefeitura Municipal de Campinas.

Após visita conjunta Prefeitura/alunos/professor a diversos bairros da cidade, optou-se por realizar um projeto piloto no Centro Esportivo da Vila 31 de Março, em desenvolvimento desde o mês de abril/94.

4. Ampliação:

Do Projeto Piloto, além de técnicos do Setor de Recreação da Prefeitura de Campinas, participam representantes das SARs – Secretarias de Ação Regional, com possibilidade de atuação como elementos multiplicadores, nas suas áreas de ação.

Além disso o processo de ação comunitária “...não se define por um dado momento em que as alternativas acontecem, mas, em contraposição, se revela como uma interação com certo grau de historicidade, onde as atividades fazem parte de uma ação técnica que deve ser sistemática e contínua no tempo e no espaço”¹⁵.

¹⁵ Renato REQUIXA, op.cit., p.14.

Assim, o trabalho na Vila 31 de Março será desenvolvido até o final do segundo semestre de 1994. Paralelamente, serão acompanhados outros possíveis processos de intervenção, a partir do interesse das SARs envolvidas no projeto piloto.

5. Resultados esperados:

enquanto projeto de ensino:

- fornecer elementos que permitam aos alunos envolvidos a compreensão da abordagem comunitária como uma das estratégias possíveis de ação, no campo do lazer, bem como na comunidade, necessários à formação do bacharel da área.

enquanto projeto de extensão:

- contribuir com o Setor de Recreação do Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, esportes e Turismo de Campinas, fornecendo elementos para a implementação de uma política setorial de lazer, a partir da participação comunitária.

6. Participantes:

Docente responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Alunos de graduação envolvidos: Ana de Pellegrin, Andréia Destefani, Cristiane Pereira, Guilherme C. Baptista de Oliveira, Iara Milito dos Santos, José Luis de Paiva, Luís Eugênio Lazare Nogueira, Maria de Fátima dos Santos Grillo, Paula Cristina da Costa Silva.

Anexo C – Listagem de alunos por fase

Participação dos discentes por local, período e fase do processo:

Vila 31 de Março:

- Fase de deflagração e Período de Carência (1º sem./1994): Ana De Pellegrin, Andréia Destefani, Cristiane Pereira, Guilherme Campanelli, Iara Milito, José Luis Paiva, Luciana M. Maia, Luís Eugênio Nogueira, Maria de Fátima Grillo, Paula Cristina Silva;
- Fase de continuidade (2º sem./1994): Guilherme Campanelli, Iara Milito, José Luis Paiva, Luís Eugênio Nogueira, Maria de Fátima Grillo, Paula Cristina Silva;
- Fase de continuidade (1995): Carlos A. Forte, José Luis Paiva, Luís Eugênio Nogueira, Maria de Fátima Grillo, Paula Cristina Silva;

Vila Costa e Silva:

- Fase de deflagração (2º sem./1994 e 1º Sem./1995): Ana De Pellegrin, Andréia Destefani, Carlos A. Forte, Cristiane Pereira, Luciana M. Maia;
- Período de carência e Fase de continuidade (1º sem./1995): Ana De Pellegrin, Andréia Destefani, Carlos A. Forte, Cristiane Pereira;
- Fase de continuidade (1996 a 1998 – não necessariamente durante todo esse período ininterruptamente): Cássio Roberto de Oliveira Muragaki, Débora Alice Machado da Silva, Eva Maria Molnar, Janísio Xavier de Souza, Luciana Cristine Okamori, Marcelo Augusto Antonielli, Roberta Mello Alves;

Diadema:

- Ana De Pellegrin, Andréia Destefani, Carlos A. Forte, José Luis Paiva, Maria de Fátima Grillo, Paula Cristina Costa e Silva;

São José dos Campos:

- Ana De Pellegrin, Andréia Destefani, Carlos A. Forte, José Luis Paiva, Maria de Fátima Grillo, Paula Cristina Costa e Silva;

Anexo D – Projeto da atividade impacto na Vila 31 de Março

Projeto: FESTA NA PRAÇA^{16 17}

Data: 19/junho/1994 – das 9:00 às 18:00 horas

Local: Praça de Esportes “Dr. Roberto Ângelo Barbora” – Vila 31 de Março

Promoção:

Prefeitura Municipal de Campinas – Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo – Departamento de Turismo – Divisão de Recreação

SAR – Secretaria de Ação Regional Leste

Faculdade de Educação Física da UNICAMP – Departamento de Estudos do Lazer

Comunidades da Vila 31 de Março e Adjacências

Colaboração:

CAEF – UNICAMP

Tempo Livre – Empresa Júnior

PROPOSTA DE ATIVIDADE-IMPACTO PARA A “PRAÇA DE ESPORTES DR. ROBERTO ÂNGELO BARBOSA”, LOCALIZADA NA VILA 31 DE MARÇO, EM CAMPINAS

Fundamentação:

A análise da situação do local onde se situa a Praça revelou a existência de poucos equipamentos específicos de lazer mantidos pelo Poder Público, mas também detetou uma série de equipamentos não-específicos, com possibilidades de adaptação.

Uma primeira análise dos recursos humanos, em termos de possibilidades de atuação como voluntários gerais e mesmo para as atividades específicas, revelou abundância de pessoal e de alternativas.

¹⁶ Atividade impacto com o objetivo de deflagrar o processo de participação popular

¹⁷ Parte do projeto piloto do “Projeto de Extensão: Recreação Comunitária”.

Apesar disso, e a despeito de já terem sido efetuadas algumas atividades de médio e grande porte na Praça de Esportes, a participação popular na gestão da programação não pode ser caracterizada como atuante.

Por outro lado, a Praça continua atendendo apenas a população da área mais próxima e o uso do equipamento não é otimizado, em todos os horários, e principalmente na relação semana/finais de semana.

Percebe-se, na programação e desenvolvimento de atividades, a quase exclusividade dos “interesses físico-esportivos” no lazer, e não existe uma política específica e sistemática para minorar os efeitos das “barreiras” que se verificam no plano social (econômica, educacional, de sexo, de faixa etária) e no plano cultural (esteriótipos).

Objetivo geral:

Tudo isso aponta a necessidade de se deflagrar um processo de participação popular, orientado pelos valores da democratização cultural, através de uma atividade impacto, a ser realizada no dia 19 de junho de 1994.

Objetivos específicos:

1. Buscar mecanismos de participação sócio-cultural na gestão das atividades da Praça, através da participação mais atuante de lideranças locais e dos usuários;
2. Formar um grupo de voluntários gerais e específicos;
3. Dar início a um processo de minimização das barreiras sociais e culturais para a prática do lazer, na Praça;
4. Dar início a um processo de otimização do uso do equipamento do Centro;
5. Dar início às discussões para a extensão das atividades de Lazer da Praça para outros equipamentos não específicos da região;
6. Dar início à diversificação dos conteúdos, procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer;
7. Dar início ao processo de elevação dos níveis, de conformistas, para crítico e criativos, tanto no gênero da prática, como do consumo ou fruição, quanto no do “conhecimento”;

Descrição das atividades:

Os objetivos específicos que nortearam a elaboração da programação são os de números 4, 6 e 7.

Visando atender esses objetivos procurou-se montar uma programação geral (diversificação de conteúdos), com atividades que contemplem os três gêneros (prática, assistência e conhecimento), a

partir do nível da população local, mas que, ao mesmo tempo, sirva de divulgação das possibilidades de utilização do equipamento, no seu cotidiano.

Programação

A – Atividades fixas ou permanentes (das 9-00 às 17-00 horas):

1. piscina – só para associados
2. bocha
3. “play ground”
4. futebol (“pelada”)
5. exposição e venda de artesanato
6. exposição de cartazes sobre futebol, voley e basquete
7. venda de “comes” e “bebes”

B – Atividades paralelas (a serem realizadas no sábado, dia 18, com as finais no domingo, dia 19):

1. Torneio de futebol masculino – 3 faixas etárias
2. Torneio de basquete masculino e feminino – 3 faixas etárias
3. Torneio de voley masculino e feminino – 2 faixas etárias

C – Atividades especiais (das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas)

1. Escolinha de jardinagem
2. Pintura
3. Pintura no rosto
4. Modelagem
5. Confecção de flores
6. Torneio de truco
7. Jogos de mesas – damas, xadrez, dominó
8. Chinelão
9. Perna de pau
10. Queimada
11. Carrinho de rolimã
12. Peteca
13. Corda
14. Bambolê
15. Corrida de saco

D – Apresentações

11:30 – Premiação dos Torneios

12:00 - Bombeiros

14:30 – Grupo de dança

14:30 – Capoeira

15:00 – Aeróbica aberta

15:30 – Violeiros

16:00 – Quadrilha

17:00 – Pagode

18:00 – Samba

Objeto:

Tendo em vista o fixado no objetivo específico nº 03, o objeto é constituído pelo público em geral, procurando enfatizar a população de baixo poder aquisitivo, de ambos os sexos, nas faixas etárias infantil e idosa.

Metas :

Tendo em vista que a frequência à Praça, em dias de “pico” atinge cerca de 600 pessoas, nossa meta, com a realização do evento impacto é quintuplicar esse número, prevendo o atendimento de cerca de 3.000 pessoas.

Recursos:

1. Físicos:

Para a preparação do evento, realização de treinamentos, reuniões das comissões, preparação de voluntários, serão utilizadas salas da EMEI Hilton Federich e da E.E.P.S.G. Prof. Joaquim Ferreira Lima.

Para a realização do evento serão utilizadas as dependências da Praça, do Núcleo e da rua que faz frente à Praça.

2. Materiais:

(Listagem detalhando todos os materiais utilizados durante a atividade-impacto.)

3. Humanos:

(Listagem detalhando todas pessoas que trabalharam durante a atividade-impacto.)

Avaliação:

A avaliação da atividade inclui:

1. Aplicação de formulário aos participantes, no dia da realização do evento em horários específicos, que abrajam todo o período;
2. Reuniões de avaliação sendo:
 - a. Comissão de Divulgação
 - b. Comissão de Materiais
 - c. Monitores
 - d. Comissão de Coordenação

Reunião de Avaliação: Roteiro:

Para as comissões:

Levar em conta:

1. O rol de atribuições de cada uma das Comissões foram cumpridas de modo adequado?
2. A relação com as demais Comissões
3. A relação com a Comunidade em geral
4. As observações efetuadas antes e durante a realização da atividade

Para os monitores:

Levar em conta:

1. A orientação recebida antes da realização da atividade
2. A assistência recebida no dia da realização da atividade
3. As observações sobre a atividade monitorada
4. As impressões gerais sobre a atividade como um todo.

Cronograma:

1. Levantamento de situação
Estabelecimento de objetivos e meios
Treinamento inicial 01/3 a 16/5/94
2. Convite e reunião com as lideranças locais para montagem das comissões 16/5 a 19/5/94
3. Reuniões das Comissões de Coordenação, Material e Divulgação 23/5 a 18/6/94
4. Preparação e arrecadação do material 30/5 a 18/6/94
5. Recrutamento e treinamento de voluntários 06/6 a 18/6/94
6. Divulgação dos torneios e das barracas 28/5 a 01/6/94
7. Inscrições para os torneios 31/5 a 09/6/94

8. Credenciamento de barracas	11/6/94
9. Definição dos regulamentos dos torneios	11/6/94
10. Divulgação do evento	06/6 a 18/6/94
11. Preparação final do evento	18/6/94
12. Realização das eliminatórias dos torneios	18/6/94
13. Realização do evento	19/6/94
14. Reuniões de avaliação	20/6 a 30/6/94
15. Redação do relatório final de avaliação	01/07 a 10/07/94
16. Devolução do material emprestado, ofícios de agradecimento, etc.	20/06 a 30/6/94

Anexo E – Projeto da atividade impacto na Vila Costa e Silva

Projeto: “USUCAPIÃO”¹⁸ – Costa e Silva – 25 anos

“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”¹⁹

Data: 26 de março de 1995 (Domingo)

Horário: das 09:00 às 12:00 horas
13:00 às 18:00 horas

Local: Praça Costa e Silva

Promoção: - Comunidades da Vila Costa e Silva e Adjacências
- Faculdade de Educação Física da UNICAMP – DEL e CODEX
- 2ª D.E.R. – E.E.P.S.G. “Prof. Adalberto Prado e Silva”
E.E.P.G. “Prof. Newton Silva Telles”
- M.E.D. – “Programa de Fomento Desportivo na Comunidade”

PROPOSTA DE ATIVIDADE-IMPACTO PARA A “VILA COSTA E SILVA” E ADJACÊNCIAS

Fundamentação:

A análise da situação revelou a existência de poucos equipamentos específicos de lazer “mantidos” pelo Poder Público, na sua totalidade abertos (nenhum fechado), com pouca conservação e nenhuma política sistemática de animação, ou mesmo administração. Detectou uma série de equipamentos não-específicos, com possibilidades de adaptação.

Uma primeira análise dos recursos humanos, em termos de possibilidades de atuação como voluntários gerais e mesmo para as atividades específicas, revelou abundância de pessoal e de alternativas.

Com relação ao item anterior, devem ser ressaltadas duas observações: a pouca organização, ou até mesmo a des-estruturação de grupos, alguns deles com tradição de atuação no bairro, como é o caso

¹⁸ USUCAPIÃO – Modo de adquirir móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo.

¹⁹ Atividade impacto do Projeto de Pesquisa – Ensino – Extensão: “Recreação Comunitária”. – projeto nº02 – Vila Costa e Silva e adjacências.

dos grêmios, associação de moradores, grupos de jovens ligados à Igreja e grupo de interessados em transformar o “Campão” em Centro Esportivo; a falta de ligação mais efetiva com a população local, em termos de atuação, dos possíveis grupos de atividades específicas, nos diversos conteúdos culturais do lazer, como é o caso das bandas de diversos ritmos, grupos de capoeira e lutas marciais, teatro, dança, e mesmo monitoria ligada a arte e artesanato.

O espaço destinado ao Centro Esportivo do bairro, funciona apenas como “Campão”, não tendo recursos de infra-estrutura e de pessoal para funcionamento, estando bem distante do projeto original que previa uma Praça de Esportes – equipamento médio de polivalência dirigida.

A Praça Costa e Silva vem funcionando apenas como ponto de encontro e, no período pré-carnavalesco, como local para ensaio da Escola de Samba Estrela Dalva. Está bem distante do projeto original, que previa uma série de equipamentos.

Não há qualquer política de animação, por parte do Poder Público, que ultrapasse a realização de eventos isolados, muito espaçados (periodicidade superior a um ano).

Algumas iniciativas da população local tentam suprir a falta, caso do grupo que se reuniu, recentemente, para a construção e administração de um campo de vôlei de areia.

O bairro, no seu desenvolvimento desde a fundação (faz, em 1995, 25 anos), já contou com atividades tradicionais, caso da prova pedestre, que era realizada no aniversário do bairro (julho), mas que não ocorre nos últimos anos.

Objetivo geral:

Tudo isso aponta a necessidade de se deflagrar um processo de participação popular, orientado pelos valores da democratização cultural, que vem sendo preparado com lideranças locais, desde novembro de 1994, através de uma atividade impacto, a ser realizada no dia 26 de março de 1995.

Objetivos específicos:

1. Buscar mecanismos de participação sócio-cultural na gestão do principal equipamento de lazer aberto do bairro, a Praça Costa e Silva, através da participação mais atuante de lideranças locais e dos usuários;
 - 1.a. isso implica em incentivar e dar início a um processo de re-estruturação de grupos, outrora atuantes e que hoje estão des-estruturados, revitalizando-os;
 - 1.b. dar início a um processo de fortalecimento dos grupos atuantes;
 - 1.c. dar início a um processo de aproximação dos grupos específicos e dos valores individuais, ligados à manifestação de conteúdos culturais, ao bairro e região;

A consideração desses três itens leva ao segundo objetivo específico:

2. Formar um grupo de voluntários gerais e específicos;
3. Dar início a um processo de minimização das barreiras sociais e culturais para a prática do lazer, no bairro, iniciando um processo de valorização dos equipamentos específicos de lazer abertos, de extensão das atividades para equipamentos não específicos, e levando à reivindicação do direito à existência de equipamentos específicos públicos, no bairro;
4. Dar início à diversificação dos conteúdos, procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer;
5. Dar início ao processo de elevação dos níveis, de conformistas, para crítico e criativos, tanto no gênero da prática, como do consumo ou fruição, quanto no do “conhecimento”;
6. Dar início a um processo de retomada de atividades consideradas tradicionais, no bairro, hoje não realizadas.

Descrição das atividades:

Trata-se de atividade impacto, que vem sendo planejada desde o início do processo na Vila Costa e Silva, por um grupo de cerca de trinta moradores, pertencentes a diversas organizações como grêmios, escolas, etc., todos eles voluntários. Esse grupo, em sua maioria, fez um Curso de Capacitação de Animadores Sócio-Culturais, abrangendo três eixos: Teoria do Lazer, Trabalho em Grupo e Ação Comunitária, com duração de vinte horas. Posteriormente, realizou-se uma reunião ampliada na comunidade, dividindo-se em três comissões (Coordenação, Material e Divulgação, que vem trabalhando de forma integrada, reunindo-se semanalmente.

A atividade é geral (procura atender aos diversos conteúdos culturais do lazer), a ser realizada em local aberto (equipamento específico).

Os objetivos que nortearam a elaboração da programação são os de número 3, 4 e 5, de modo específico.

Além disso, a atividade marca o início das comemorações das festividades do 25 aniversário do bairro, fato que deverá ser levado em conta nas possíveis atividades de continuidade.

Programação

A – Atividades especiais:

Atividades esportivas de exibição e de competição que abrirão o evento, no período da manhã, com premiação no final da manhã.

09:00 – corrida pedestre infantil, masculino e feminino (categorias: chepetinha, fraldinha, infantil, pré-mirim e mirim)

- 09:30 – apresentação da fanfarra do CAP
- 10:00 – futebol de salão para portadores de deficiência visual
- 10:30 – futebol de salão infantil masculino e feminino
- 11:00 – apresentação de capoeira (Academia Ritmo Brasil/Academia Salvador)
- 11:30 – apresentação de Kung-Fu (Academia Bien-Hoo)
- 12:00 – premiação
- apresentação do Corpo de Bombeiros de Campinas

A partir das 09:00 h até às 12:00 h, nos intervalos, animação com os DJ's: Estevam, Thor, Beto e Chiquinho.

B – Atividades fixas ou permanentes (das 9:00 às 11:30 h e das 13:30 às 15:00 horas):

1. Pintura no papel
2. Pintura no rosto
3. Reciclagem de papel
4. Confeção de pipas
5. Escolinha de jardinagem
6. Modelagem
7. Cantinho de receitas de alimentos e artesanato
8. Pintura no tecido
9. Jogos de mesas (damas, dominó, truco, vareta, trilha, xadrez, quebra-cabeças, jogo da velha)
10. Jogos gigantes (damas, dominó, vareta, trilha, xadrez, quebra-cabeças, jogo da velha, ping-pong)
11. Dragão
12. Segredão
13. Vôlei
14. Futebol de salão
15. Chinelão
16. Cordas
17. Petecas
18. Corrida de saco
19. Leitura sobre cultura esportiva, revistas, jornais.

C – Atividades especiais: apresentações

Horário: das 15:00 às 18:30 horas

15:00 h – Grupo Esperança - MPB
15:15 h – “Simplório Solução” - MPB
15:30 h – Coral Shalon
15:45 h – Adriana (cantos de louvor)
16:00 h – Paulo César e Anderson (dupla sertaneja infantil)
16:15 h – “Traço de União”- Pagode
16:30 h – “Mania de Pagode”- Pagode
16:45 h – “Canto da Razão” - Pagode
17:00 h – Grupo Dilema - MPB
17:15 h – Grupo Extra – Punk-Rock
17:30 h – “Alerta Sociedade” - RAP
17:45 h –Encerramento das atividades com a tetracampeã do Carnaval Campineiro “Escola de Samba estrela Dalva”

A partir das 13:00 h e nos intervalos, animação com os DJ’s: Estevam, Thor, Beto e Chiquinho.

Objeto:

Público em geral, enfatizando mulheres, criança, idosos e grupos especiais, de acordo com o objetivo 3.

Metas :

Atendimento de 2.000 pessoas (tendo por base o número de participantes dos ensaios da “Escola de Samba estrela Dalva”, realizados no mesmo local, multiplicado pelo número de horas – o ensaio leva em média três horas).

Número de atendimentos previstos: 10.000 (tendo em vista o número de atendimentos/pessoa).

Recursos:

1. Físicos:

(Listagem de todos os espaços utilizados para a preparação e realização do evento.)

2. Materiais:

(Listagem detalhando todos os materiais utilizados durante a atividade-impacto.)

3. Humanos:

(Listagem detalhando todas pessoas que trabalharam durante a atividade-impacto.)

Avaliação:

Serão combinadas as seguintes técnicas:

1. Formulário, a ser aplicado no dia do evento, em quatro horários: 10:30, 11:30, 16:30 e 17:30 horas, em cinco pontos, previamente determinados, num total de no mínimo 60 e no máximo 180.
2. Observação, utilizada durante todo o processo, a ser relatada em reuniões específicas, sendo:
 - a. Comissões (divulgação, materiais e coordenação);
 - b. Monitoria;
 - c. Pedagógica

Reuniões de Avaliação – roteiro:

- a. para as comissões, levar em conta:
 1. O rol de atribuições;
 2. A relação com as demais Comissões
 3. A relação com a Comunidade em geral
 4. As observações realizadas antes e durante a realização do evento.
- b. para a pedagógica, levar em conta:
 1. o processo de ensino/aprendizagem, a “prestação de serviços” e a pesquisa;
 2. as especificidades deste processo, comparado ao anterior;
 3. a realização como parte do processo de aprendizagem;
 4. observações realizadas antes e durante a realização das atividades.
- c. para os monitores, levar em conta:
 1. A orientação recebida antes da realização da atividade
 2. A assistência recebida no dia da realização da atividade
 3. As observações sobre a atividade monitorada

Cronograma:

Reuniões das comissões para a montagem do projeto	nov/94 a 13/03/95
Reuniões das comissões para preparação da atividade	nov/94 a 25/03/95
Preparação e arrecadação do material	06/01 a 25/03/95
Recrutamento de voluntários para monitoria	09/03 a 12/03/95
Treinamento de voluntários para monitoria	13/03 a 20/03/95

Contatos e entendimentos com autoridades	06/01 a 25/03/95
Ofícios junto a órgãos competentes	06/02 a 25/03/95
Divulgação do evento – imprensa regional	06/02 a 25/03/95
Divulgação do evento – imprensa local	06/02 a 25/03/95
Montagem do almoxarifado	25/03/95
Preparação do evento	25/03/95
Realização do evento	26/03/95
Transporte do material a ser utilizado no evento	25 e 26/03/95
Devolução do material	27/03/95
Transporte do material utilizado no evento	26 e 27/03/95
Reuniões de avaliação	27/03 a 01/04/95
Tabulação dos dados dos formulários aplicados	27/03 a 10/04/95
Ofícios de agradecimentos	27/03 a 10/04/95
Redação do relatório final	27/03 a 10/04/95



EDITORIAL

Durante anos a população da Vila Costa e Silva e Bairros vizinhos anseiam por um local de lazer onde possam ir e levar sua família para praticar esportes ou simplesmente descontraír. Estando sem opção aqui no bairro, a única alternativa sempre foi a Lagoa do Taquaral, porém mesmo estando tão próxima, ainda assim fica de difícil acesso para um grande número de moradores.

Diante desta perspectiva um grupo de moradores da Vila Costa e Silva, preocupados com a situação de abandono do único espaço de lazer do Bairro, decidiu se unir e formar uma Diretoria para administrar a Praça de Esportes da Vila Costa e Silva, conhecida pela maioria da população como **CAMPÃO**, situada à Rua dos Aimorés, nº 385, atrás da garagem da Cometa.

Esta Praça outrora refúgio de marginaís e depósito de entulho, hoje já apresenta uma nova característica, a qual os moradores vizinhos e pessoas que passam pelo local já puderam observar. Desde Outubro de 1994, nossa Diretoria está se reunindo e já desenvolveu várias atividades no local, como foi a **I INTERFEST BAIROS**, o Campeonato Família Esperança entre outras. Desta forma, satisfeitos com os resultados que vêm sendo obtidos, decidimos Batizar a Praça com o nome de "**SOCIEDADE ESPORTIVA E CULTURAL COSTA E SILVA**", pois nele estão expressos nossos objetivos que visam integrar a Sociedade, onde todos possam participar para a prática de Esportes em suas diversas modalidades e onde desenvolvam atividades Culturais, tais como: Teatro, Dança, Artes etc.

Portanto nessa primeira edição do **INFORMA SECCS**, visamos levar a vocês mensalmente nossa agenda de atividades que estaremos desenvolvendo no decorrer do ano.

Esperamos poder contar com sua confiança, sua presença e seu apoio ao nosso trabalho.

A Diretoria

Reabertura da Praça de Esportes

No próximo dia 10/03 a partir das 08:00 hs. da manhã, realizaremos a Festa de Reabertura da Praça de Esportes.

PROGRAMAÇÃO:

- Grupo Resistência do Pagode;
- Grupo Dance Music,

e durante todo o dia haverá o "I Torneio Entre Amigos" de futebol adulto, com times da V. Costa e Silva e bairros vizinhos.

Se você ainda não inscreveu seu time, não perca tempo ! Ligue já para F:43-4109 c/ Donizete ou F: 42-3104 c/ Everaldo.

Inscrições somente até o dia 08/03.

HAVERÁ PREMIAÇÃO PARA OS TIMES PARTICIPANTES

Aulas de Dança



Todas às segundas e quintas-feiras, às 20:00 hs. no vestiário da Praça de Esportes. Aulas de Dança gratuitas. Procurar Vanessa ou Glaucia no local.



  **Cuide do seu Sorriso !**  

Aguardem.

Em breve estaremos com Convênio Odontológico !
Estamos em negociação com o plano "CDA".



Reuniões:

- Todas às terças-feiras, às 20:00 hs. nossa Diretoria se reúne na Praça de Esportes para o agendamento de uso do campo, sugestões e informações, faça-nos uma visita.

Telefones para contato:

- 43-3120 c/ Maria do Carmo;
- 43-4109 c/ Donizete;
- 42-6553 c/ Paulo Reis.

 **Parabéns Escola de Samba Estrela D'alva**
 **pelo "PENTA CAMPEONATO"** 

INFORMA SECCS

Informativo da Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva
Rua dos Aimorés, 385 - Vila Costa e Silva Edição No. 02 - Junho/1996

EDITORIAL

*Estamos aqui novamente, embora tenhamos dado um espaço entre nossas edições (a última foi em Março), retornamos este mês com novidades para a população. Outrora nosso interesse fosse o de fazer um Informativo mensal, temos a consciência de que se não tivermos uma proposta de atividades concretas para apresentar preferimos nos abster do **Informativo SECCS** e levar até vocês somente o quê realmente realizaremos.*

*De Março até hoje, foram realizados diversos jogos e mini campeonatos em nossa Praça de Esportes. **A SECCS** realizará no dia 23 de Junho o Festival de Brincadeiras, evento este em que estaremos utilizando o material que nos foi doado pela FEF-Unicamp (Faculdade de Educação Física da Unicamp), o qual foi utilizado no Projeto "Usucapião - Daqui não saio, daqui ninguém me tira", na Praça Central da V. Costa e Silva, em Março de 1995, quem participou deste projeto irá se lembrar.*

Outra novidade será a construção da Cantina e a reforma da Quadra poliesportiva, com início previsto para o próximo mês.

Estamos trabalhando incansavelmente para tornar a Praça de Esportes em um local onde toda a população possa frequentar e se distrair, porém, precisamos da sua participação para tornar isto realidade. Venha nos fazer uma visita, reuniões todas às terças-feiras às 20:00h.

Traga suas propostas e sugestões.

A DIRETORIA



Festival de Brincadeiras



Dia 23 de Junho das 9:00 às 15:00h, na Praça de Esportes da Vila Costa e Silva, R. Aimorés, 385 (atrás da garagem da Cometa).
Venha participar de um dia de muitas brincadeiras e diversões, para você e seus filhos.

- Jogos
- Gincana Surpresa
- Shows e Apresentações relâmpagos

CONSTRUÇÃO DA CANTINA

A SECCS em conjunto com a SAR/LESTE estará iniciando a construção da nova cantina, que será anexa aos vestiários, assim estaremos atendendo melhor aos usuários.

Fornecendo: ● Lanches ● Sucos ● Porções ● Bebidas

Você que ainda não conhece a Praça de Esportes, venha nos fazer uma visita e participar de um ambiente totalmente familiar.

AGUARDEM A REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA

Dentro de alguns dias estaremos iniciando a reforma da Quadra, com a troca do piso, pintura, troca de tela, tabelas e conserto da iluminação. Durante as reformas pedimos aos frequentadores um pouco de paciência, pois será para melhor atendê-los, com isso em breve estaremos realizando torneios no local.

A reforma será executada pela SAR/LESTE.

DOE SANGUE, SALVE UMA VIDA!

Você já doou sangue alguma vez? Não? Porquê?

Quando você doa sangue, ele não afina, não engrossa, não aumenta e não diminui, e você estará ajudando a quem precisa.

Toda última quarta-feira do mês, o **Hemocentro da Unicamp**, realiza coleta de sangue aqui no Bairro. Dia **26 de Junho** estará havendo a coleta na Rua dos Guainumbis, 115 (ant. Rua 29) das **8:00 às 12:00h**.

Colabore você também, não tenha preconceitos, doar sangue é um ato de cidadania. E lembre-se um dia você também pode precisar.

Para entrar em contato com a SECCS ligue:

- 243-3120 c/ Maria do Carmo
- 242-3559 c/ Donizeti
- 242-6553 c/ Paulo Reis